



**RESOLUÇÃO CONSUP Nº 98 DE 22 DE JULHO DE 2024.**

*Aprovar, Plano Estratégico de Acesso, Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSC: Prevenção e Enfrentamento À Evasão Escolar.*

O Presidente do CONSELHO SUPERIOR do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições estatutárias, e atendendo as determinações da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008,

CONSIDERANDO o inteiro teor do Processo SIPAC Nº 23292.014576/2024-05;

CONSIDERANDO as decisões do Conselho Superior na 87ª Reunião Ordinária em 24 de junho de 2024;

**RESOLVE:**

Art. 1º Aprovar o Plano Estratégico de Acesso, Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSC: Prevenção e Enfrentamento à Evasão Escolar, na forma do anexo I.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da sua publicação.

**MAURÍCIO GARIBA JUNIOR**

Presidente do Conselho Superior

Autorizado conforme despacho no processo nº 23292.014576/2024-05.

**PLANO ESTRATÉGICO DE ACESSO,  
PERMANÊNCIA E ÊXITO DOS ESTUDANTES  
DO IFSC:  
PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO  
À EVASÃO ESCOLAR**



**INSTITUTO  
FEDERAL**  
Santa Catarina



**Reitor**

Maurício Gariba Júnior

**Pró-Reitor de Ensino**

Adriano Larentes da Silva

**Diretora de Ensino**

Juliana Almeida Coelho

**Diretor de Assuntos Estudantis**

Evandro Belmiro da Silva

**Diretora de Estatísticas e Informações Acadêmicas**

Sandra Lopes Guimarães

**Diretor do Centro de Referência em Formação e Educação a Distância**

Marco Antônio Neiva Koslosky

**Grupo de Trabalho**

Instituído pelas portarias do Reitor N° 912, de 1 de abril de 2022 e  
N° 3049, de 18 de outubro de 2022.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fluxo para revisão e atualização do PEAPEE-IFSC.....	11
Figura 2 - Estrutura do PEAPEE-IFSC .....	14
Figura 3 - Linha do Tempo do IFSC.....	16
Figura 4 - Tríade Acesso, Permanência e Êxito .....	24
Figura 5 - Taxa de Evasão no IFSC.....	34
Figura 6 - Gráfico 1 Comparativo entre taxas de evasão em 2021 na modalidade EJA.....	35
Figura 7 Grupos minorizados.....	53

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Indicadores Institucionais.....	39
Quadro 2 - Indicadores Acadêmicos.....	40
Quadro 3 - Indicadores sociais .....	41
Quadro 4 - Fases de planejamento dos trabalhos do PEAPEE-IFSC .....	48
Quadro 5 - Acompanhamento, monitoramento e avaliação de ações e/ou projetos do PEAPEE-IFSC .....	51
Quadro 6 - Fases de atendimento ao público-alvo .....	55

## LISTA DE SIGLAS

ABAPEVE	Associação Brasileira de Prevenção da Evasão na Educação Básica, Profissional e Superior
AEE	Atendimento Educacional Especializado
CAPE	Comissão de Acesso, Permanência e Êxito
CEFET-SC	Centro Federal de Educação Tecnológica de Santa Catarina
CEPE	Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão
CF	Constituição Federal
CPEJA	Comissão de Implementação da Política de EJA
CONSUP	Conselho Superior
CSIPE	Coordenadoria de Suporte Institucional à Permanência e Êxito
DAE	Diretoria de Assuntos Estudantis
DEIA	Diretoria de Estatística e Informações Acadêmicas
DEING	Departamento de Ingresso
DEJAETI	Departamento de EJA e Ensino Técnico Integrado
DEPE	Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão dos campus
DIRCOM	Diretoria de Comunicação
DIREN	Diretoria de Ensino
EAD	Educação a Distância
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
ETI	Ensino Técnico Integrado
GT	Grupo de Trabalho
IFs	Institutos Federais
IFSC	Instituto Federal de Santa Catarina
LDB	Lei de diretrizes e bases da educação nacional
MEC	Ministério da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional

PEAPEE-IFSC	Plano Estratégico de Acesso, Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSC: Prevenção e Enfrentamento à Evasão Escolar
PNAES	Plano Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PNP	Plataforma Nilo Peçanha
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
PROAD	Pró-reitoria de Administração
PRODIN	Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROEN	Pró-reitoria de Ensino
PROEX	Pró-reitoria de Extensão e Relações Externas
PROPI	Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (MEC)
SIGAA	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SISTEC	Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
TCU	Tribunal de Contas da União

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>PREÂMBULO.....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>OBJETIVOS DO PEAPEE-IFSC.....</b>	<b>15</b>
2.1	OBJETIVO GERAL .....	15
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	15
<b>3</b>	<b>CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....</b>	<b>16</b>
<b>4</b>	<b>BASE LEGAL.....</b>	<b>20</b>
<b>5</b>	<b>PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) 2020-2024.....</b>	<b>22</b>
<b>6</b>	<b>REFERÊNCIAS CONCEITUAIS .....</b>	<b>24</b>
6.1	<i>Acesso.....</i>	25
6.2	<i>Permanência.....</i>	26
6.3	<i>Êxito.....</i>	28
6.4	<i>Evasão escolar.....</i>	30
<b>7</b>	<b>ASPECTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>32</b>
7.1	<b>DIAGNÓSTICO.....</b>	32
7.1.1	Fatores Intervenientes na Evasão Escolar .....	33
7.1.2	Indicadores .....	37
7.1.3	Descrição dos indicadores quantitativos.....	37
7.1.4	Indicadores Qualitativos .....	42
7.2	<b>Organização das Comissões de Acesso, Permanência e Êxito (CAPE)...</b>	43
7.2.1	Comissão Central de Acesso, Permanência e Êxito .....	44
7.2.3	Planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações	46
<b>8</b>	<b>PARÂMETROS PARA ORGANIZAÇÃO DE AÇÕES E PROJETOS.....</b>	<b>52</b>
8.1	<i>Modalidades de Ensino.....</i>	52
8.2	<i>Articulação com outros movimentos e documentos institucionais.....</i>	52
8.3	<i>Públicos e grupos minorizados.....</i>	52
8.4	<i>Atendimentos e ações que vão do acesso ao egresso: público-alvo, candidato, ingressante, calouro, discente e egresso .....</i>	54
8.4.1	Fases de atendimento .....	54



<b>8.5</b>	<b><i>Atividades junto aos discentes</i></b> .....	<b>56</b>
<b>8.6</b>	<b><i>Macroações em andamento no IFSC</i></b> .....	<b>56</b>
<b>8.7</b>	<b><i>Possibilidades de ações em rede nos territórios</i></b> .....	<b>57</b>
<b>8.8</b>	<b><i>Ações em programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão</i></b> .....	<b>58</b>
<b>9</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>58</b>
<b>10</b>	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>60</b>
–	<b>APÊNDICE A - CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DO PEAPEE-IFSC</b> .....	<b>63</b>
–	<b>Apêndice b - Ficha Técnica dos Indicadores PEAPEE-IFSC</b> .....	<b>65</b>
–	<b>Anexo 1 - PROJETO DE ACOMPANHAMENTO DA FREQUÊNCIA ESCOLAR</b> .....	<b>75</b>
–	<b>Anexo 2 – Relatório de articulação da coordenadoria de suporte institucional a permanência e êxito junto aos campus do ifsc</b> .....	<b>90</b>
–	<b>Anexo 3 - Evento em números: VII COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR V WHORKSHOP DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR</b> .....	<b>102</b>
–	<b>Anexo 4 – Relatório do encontro das comissões locais de acesso, permanência e êxito dos estudantes - 2023</b> .....	<b>111</b>
–	<b>Anexo 5 – Campanha de atualização dos dados dos estudantes quanto à renda, grupo familiar, autodeclaração de cor/raça e endereço no sistema integrado de informações acadêmicas (sigaa)</b> .....	<b>122</b>
–	<b>Anexo 6 – minuta para ofício do IFSC EM Resposta ao OFÍCIO 1044/2023-TCU/AudEducação de 18/7/2023, da Secretaria-Geral de Controle Externo Unidade de Auditoria Especializada em Educação, Cultura, Esporte e Direitos Humanos (24/07/2023)</b>	

## 1 **PREÂMBULO**

A proposição deste **Plano Estratégico de Acesso, Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSC: Prevenção e Enfrentamento à Evasão Escolar (PEAPEE-IFSC)** relaciona-se à decisão que definiu que a permanência e o êxito dos estudantes juntamente com a desburocratização e a qualidade de vida, compõem a tríade de temas prioritários da gestão 2021-2025 do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). A instauração da revisão e atualização do Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSC/2018, que dá origem a este novo PEAPEE-IFSC, ocorreu em paralelo com seis encontros virtuais<sup>1</sup>, organizados pela Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), no período de outubro a dezembro de 2021, transmitidos pelo canal do Youtube do IFSC, chamados “Olhares sobre a evasão”. No mesmo período, teve início a organização do VII Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar e V Workshop de Educação Profissional e Evasão Escolar, em parceria com a Associação Brasileira de Prevenção da Evasão na Educação Básica, Profissional e Superior (ABAPEVE), realizado presencialmente nos dias 09 e 10 de novembro de 2022<sup>2</sup>.

Deste modo, a revisão e atualização do Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSC não ocorreu de maneira isolada, e foi nesta perspectiva que a Coordenadoria de Suporte Institucional à Permanência e Êxito (CSIPE), vinculada à Diretoria de Estatística e Informações Acadêmicas (DEIA), foi instituída no novo organograma da PROEN. A criação dessa coordenadoria resultou do entendimento da equipe gestora da Pró-Reitoria de Ensino de que a efetivação do plano precisaria de aportes da estrutura organizacional, podendo o próprio plano ser uma ferramenta metodológica institucional importante para a organização, articulação, bem como para compor a formação, acompanhamento e consolidação das ações e projetos que visam à prevenção e enfrentamento à evasão escolar e, conseqüentemente, diminuição dos índices relacionados a ela.

---

<sup>1</sup>Programação dos encontros virtuais:

- 7 de outubro de 2021- Palestra de abertura: "Políticas Públicas e Evasão Escolar". Palestrante: Professor Roberto Leher.

- 5 de novembro 2021– Palestra: Evasão em tempos de pandemia. Professora Rosângela Fritsch (Unisinos e Abapeve), e professor José Adelmo Menezes de Oliveira (IFSE e Abapeve)

- 17 de novembro 2021– Relatos das rodas de conversas realizadas com estudantes do IFSC no período de isolamento social e atividades remotas: sobrevivência e resistência no período pandêmico. Lino Gabriel Nascimento (professor do IFSC); Olaine Aparecida Zilio Morona (assistente social do IFSC); Diogo Moreno Pereira Carvalho (professor do IFSC); Sandra Lopes Guimarães (pedagoga, Proen/IFSC).

- 24 de novembro 2021– Palestra: Por que os discentes evadem? Uma abordagem para o fenômeno sob a ótica da Engenharia do Conhecimento. Sérgio Nicolau da Silva (analista de TI do IFSC). Palestra: Acesso, inclusão e direito à educação. Rosileia Lucia Nierotka (assistente social da UFFS).

- 25 de novembro 2021– Palestra: Pontos e contrapontos do plano estratégico de permanência e êxito do estudante.

João Oliveira Ramos Neto (professor do IF Goiano); Carlos Daniel Ofugi Rodrigues (professor do IFSC)

- 8 de dezembro 2021– Palestra: O abandono escolar e os desafios para a permanência estudantil. Alessandra Dal Pizzol Coelho Zanin (professora do IFRS); Patrícia Maccarini Moraes (assistente social do IFSC).

<sup>2</sup> Link do evento: <https://www.ifsc.edu.br/coloquio-ept-e-evacao> (O APÊNDICE C apresenta informações relacionadas à participação dos estudantes, bem como o resultado do evento em números).

O planejamento da revisão e atualização do plano estratégico ocorreu em fevereiro de 2022, a partir da definição dos seguintes pontos:

Nos meses que se seguiram, o grupo de trabalho (GT) foi instituído por meio da Portaria do

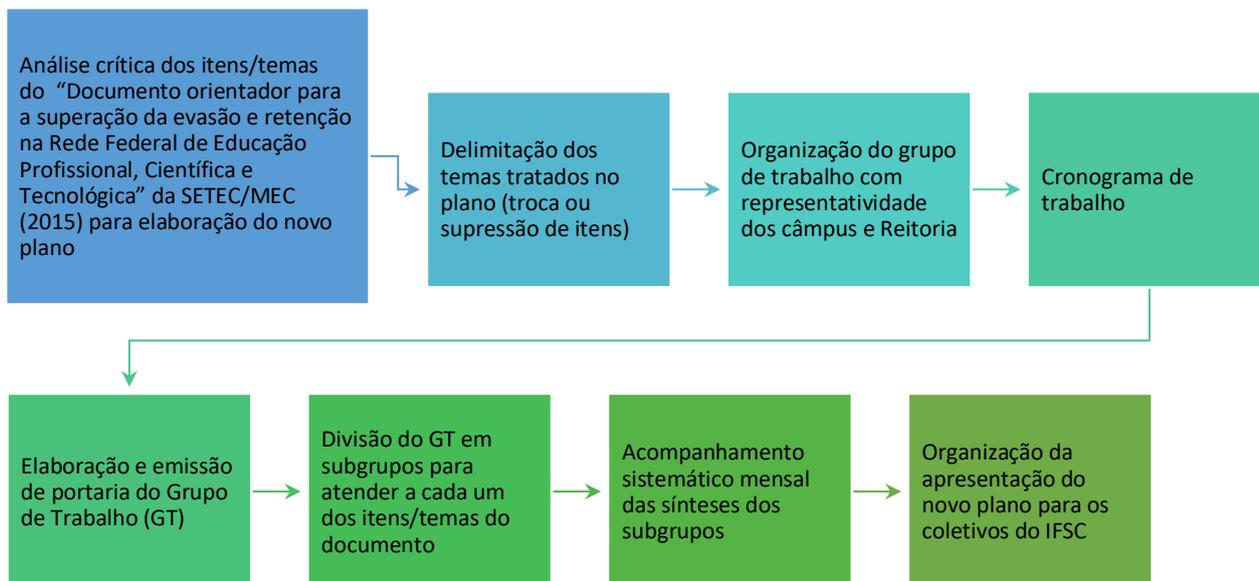


Figura 1 - Fluxo para revisão e atualização do PEAPEE-IFSC

Reitor nº 912, de 1 de abril de 2022, e subsequentemente pela Portaria do Reitor N° 3049, de 18 de outubro de 2022, para organizar o conteúdo do PEAPEE-IFSC.

O trabalho coletivo desenvolvido ao longo desses meses resultou no documento ora apresentado, o qual está sistematizado da seguinte forma:

- a) **OBJETIVO:** na continuidade desta seção, são apresentados os objetivos geral e específicos do PEAPEE-IFSC.
- b) **CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA:** apresenta-se, de modo sucinto, a importância dos temas: acesso, permanência, êxito e evasão para o IFSC ao longo dos últimos anos. Em especial, o processo de elaboração e consolidação dos planos estratégicos que sistematizam e orientam as ações na instituição.
- c) **BASE LEGAL:** nesta seção são mencionadas as principais referências relativas à legislação brasileira, especialmente o direito constitucional relativo à educação. Igualmente, discorre-se sobre as políticas sociais que asseguram as condições mínimas para a permanência e êxito dos estudantes e os documentos institucionais que orientam o trabalho no IFSC.
- d) **PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) 2020-2024:** diante da iminente atualização do PDI, este PEAPEE-IFSC lança bases para futuras discussões, destacando, do PDI vigente, temas centrais para a instituição como acesso, permanência, êxito e evasão.

- e) **REFERÊNCIA CONCEITUAL:** busca-se apresentar os conceitos que balizaram a elaboração do PEAPEE-IFSC e que orientarão as ações institucionais de acesso, permanência, êxito e enfrentamento à evasão. Estes pressupostos são fundamentais para o planejamento, como um processo organizado e alinhado em rede, considerando-se a diversidade dos 22 câmpus do IFSC e a abrangência territorial destes.
- f) **ASPECTOS METODOLÓGICOS:** neste capítulo, são indicados os aspectos fundamentais para a organização do diagnóstico, com base em indicadores quantitativos e qualitativos, nos fatores intervenientes, considerando, para tanto, a composição das comissões de acesso, permanência e êxito central e locais. O Quadro 5 (p. 46) apresenta o cronograma de acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações e projetos vinculados ao PEAPEE-IFSC, de modo a organizar as etapas de trabalho.
- g) **PARÂMETROS PARA ORGANIZAÇÃO DE AÇÕES E PROJETOS:** este item do PEAPEE-IFSC destaca a importância de algumas características institucionais e do público atendido, que devem ser consideradas na proposição de projetos e ações, ressaltando as modalidades de ensino, a articulação com movimentos e documentos institucionais, o público e grupos minorizados, o atendimento e ações e do acesso ao egresso, atividades junto aos discentes, outras macroações institucionais – sinalizando a interlocução entre o presente documento e outros movimentos e ações do IFSC – e, por fim, evidenciando a importância do trabalho com a rede de serviços socioassistenciais.

O presente documento é resultado, portanto, do que se vislumbrou como necessidade para revisão e atualização do antigo plano, visando à sua plena efetivação em todos os câmpus, e em articulação com os setores da Reitoria<sup>3</sup>. É importante destacar que o texto aqui apresentado é resultado de um trabalho coletivo e participativo, mediante o qual foram produzidas sínteses a partir de estudos e debates que consideraram os conceitos que referenciam e circunscrevem a temática da evasão, do acesso, da permanência e do êxito escolar a fim de subsidiar as ações e projetos institucionais.

A título de registro, cabe destacar que durante o período de consulta pública<sup>4</sup> da minuta do Plano Estratégico de Acesso, Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSC: Prevenção e Enfrentamento à

<sup>3</sup>Contexto das contribuições para a minuta do PEAPEE:

- No período em que foi realizada a consulta pública da minuta, a maioria dos Câmpus ainda não tinha definido a Comissão Local, por este motivo os Chefes DEPEs foram mobilizados para esta ação.
- Dos 22 campus apenas 9 responderam o formulário.
- Os servidores da PROEN puderam responder ao formulário antes da consulta pública, e as adequações indicadas foram feitas no texto da minuta da consulta que foi encaminhada aos Campus.
- Os apontamentos relevantes indicados durante as reuniões das consultas públicas, bem como apontamentos do TCU e da auditoria foram considerados na minuta.

<sup>4</sup>**Organização do formulário para consulta pública da minuta do PEAPEE nos Campus do IFSC, e definição de critérios para resposta:**

. Formulário com 28 perguntas indicando “Concorda totalmente, concorda com ajustes, indica exclusão do item. Por favor, descreva sua opinião.” para cada item da minuta.

. Foi proposto que cada Campus respondesse/encaminhasse um formulário.

. **Critérios de análise das contribuições dos 9 formulários respondidos pelos Campus na Consulta Pública:**

- ✓ Coerência teórica com os autores e teorias propostas pelo GT .
- ✓ Coerência legal.
- ✓ Coerência com o objetivo do documento
- ✓ . **Relevância quanto a questão gramatical e ortográfica.**

Evasão Escolar (PEAPEE-IFSC), duas intercorrências (Reunião do dia 21/06/23 com Apresentação da Auditoria Operacional -tema: Evasão de Estudantes na Rede Federal- Número do processo: TC 014.924/2023-4; relator: Ministro Antônio Anastasia; e o OFÍCIO 1044/2023-TCU/AudEducação, de 18/7/2023) sinalizam a importância do presente documento, bem como a organização e efetivação das Comissões Locais de Permanência e Êxito, e ferramentas/metodologias de acompanhamento e monitoramento das ações do PEAPEE.

- 
- ✓ Relevância para a compreensão textual.
  - ✓ Similaridade de indicação dos ajustes, ou muita discrepância.
  - ✓ Conformidade com a incidência da resposta (por exemplo: 6 concordam totalmente, 2 concordam com ajustes e 1 indica exclusão – após analisar e considerar o indicativo de ajustes o texto foi mantido).



Figura 2 - Estrutura do PEAPEE-IFSC

## 2 OBJETIVOS DO PEAPEE-IFSC

Para a elaboração de seus objetivos, o Plano Estratégico de Acesso, Permanência e Êxito do Estudante no IFSC: Prevenção e Enfrentamento à Evasão Escolar (PEAPEE-IFSC) fundamenta-se na missão, visão e valores do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC).

### 2.1 OBJETIVO GERAL

Promover o acesso, permanência e êxito de estudantes do IFSC

### 2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ☐ Mapear as ações e projetos realizados e em andamento;
- ☐ Produzir diagnósticos a partir dos fatores intervenientes;
- ☐ Fomentar a mobilização e integração dos gestores e dos coletivos com relação à temática;
- ☐ Identificar as questões estratégicas (possibilidades e desafios) que viabilizem a implementação do plano;
- ☐ Estabelecer, de forma participativa e democrática, programas e projetos nos câmpus e na Reitoria;
- ☐ Contribuir nas tomadas de decisão relacionadas a acesso, permanência, êxito e enfrentamento à evasão escolar;
- ☐ Subsidiar a consolidação da identidade institucional, reconhecendo as identidades dos coletivos;
- ☐ Sensibilizar a comunidade acadêmica e mobilizá-la para a discussão e efetivação de ações e projetos sobre a temática.

### 3 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

O Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) é uma instituição pública federal de ensino, que atua na oferta de educação profissional, científica e tecnológica, oferecendo cursos nos mais diversos níveis de escolaridade – qualificação profissional, cursos técnicos de nível médio (integrados, concomitantes e subsequentes), superiores (bacharelados, licenciaturas e de tecnologia) e de pós-graduação (*lato sensu e stricto sensu*) – nas modalidades presencial, a distância (EaD), Educação de Jovens e Adultos (EJA), todas articuladas à Educação Profissional.

O IFSC, assim como os demais institutos federais (IFs), foi criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica<sup>5</sup>. Essa lei estabeleceu novas atribuições ao, então, Centro Federal de Educação Tecnológica/SC (CEFET-SC) que, por sua vez, também foi parte de mudanças relativas à oferta do ensino técnico no Brasil realizada ao longo de mais de 100 anos<sup>6</sup>. Tal oferta ocorre desde 1909, com a publicação do Decreto Federal nº 7.566, em 23 de setembro de 1909, que criou as Escolas de Aprendizes Artífices, e que, em 1910, deu origem à instalação de 19 unidades em capitais de diferentes estados, incluindo Santa Catarina. Neste período, a Educação Profissional não mudou apenas de nome, mas passou também por atualizações sociais, políticas e pedagógicas.



Figura 3 - Linha do Tempo do IFSC

<sup>5</sup> Os Institutos Federais são instituições educacionais pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.

<sup>6</sup> No portal do MEC está disponível um documento de referência denominado “Um novo modelo em Educação Profissional e Tecnológica”, em que se destacam a história e constituição dos Institutos federais. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category\\_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 06 mai. 2022.

Considerando que as informações sobre a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e, especificamente, sobre o IFSC, já se encontram amplamente divulgadas, e as questões relativas a ela, debatidas por inúmeros pesquisadores e em documentos institucionais, não está no escopo do presente documento fazer a apresentação de sua história, tampouco analisar as mudanças pedagógicas ocorridas no decorrer dos tempos. Contudo, entende-se que os diferentes tipos, formas e modalidades dos cursos ofertados pelo IFSC, no âmbito da EPT, mesmo que atualizados ao longo do tempo, estão imbricados com as questões e índices de exclusão escolar que ecoam até hoje de forma atualizada. Ou seja, muda-se a nomenclatura institucional, renovam-se as ofertas de cursos e áreas, mas a evasão, a repetência e a retenção escolar andam *pari passu*, e seguem enunciadas pelas narrativas de sua época.

Patto (1999), em sua obra “A Produção do Fracasso Escolar”, fundamentada na teoria histórico-social, indica que, em cada período da história, a evasão e a repetência escolar são entendidas e justificadas, de maneira a responsabilizar especialmente o sujeito estudante pelo seu insucesso nos estudos, e não a reconhecer que a evasão escolar integra os resultados nefastos de uma sociedade excludente. Dito de outro modo, cada momento histórico apresenta uma narrativa socialmente, e, até, cientificamente, aceita para justificar o processo capitalista de exclusão escolar e a produção de um exército de reserva. Diante dessa problemática, percebe-se que ao longo da história do IFSC e de seus cursos, desafios e especificidades vêm sendo evidenciados com relação aos índices de evasão e de repetência escolar, uma vez que a organização de um trabalho institucionalizado para tratar destas questões (acompanhamento e análise de dados e pesquisas) é muito recente.

Nesta perspectiva, cabe destacar que alguns relatórios, relatos orais e pesquisas indicam que o IFSC sempre realizou atividades de enfrentamento à evasão escolar, nem sempre de modo institucionalizado e sistematizado, por meio das quais se buscou, com ou sem sucesso, reverter tais índices. Somente em 2006, tem-se o registro do desenvolvimento de um projeto institucional com tal finalidade, o Projeto Permanência e Êxito do Educando no CEFET-SC<sup>7</sup> – elaborado por um GT multiprofissional e intercâmpus, sob a Portaria nº 291, de 07 de agosto de 2006, da Diretora-Geral – que teve como objetivo promover ações imediatas de resgate aos estudantes “evadidos”, assim como uma reestruturação institucional a fim de “efetivar processos para garantir a permanência do estudante no seu itinerário de formação” (IFSC, 2006, p. 07).

A alusão a esse projeto é particularmente importante por tratar-se de uma iniciativa institucionalizada, da gestão e da comunidade escolar, para enfrentamento ao problema, que desencadeou várias ações, repercutiu na instituição e, inclusive, em outros CEFETs, considerando que o CEFET-SC, entre seus pares, foi o primeiro a propor um projeto relacionado a esse tema.

---

<sup>7</sup> IFSC. Grupo de Trabalho Permanência e Êxito 2006 -2008. Projeto Permanência e Êxito do Educando no CEFETSC. [Documento restrito à Intranet do IFSC]. Disponível em: [https://intranet.ifsc.edu.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=504&Itemid=271](https://intranet.ifsc.edu.br/index.php?option=com_content&task=view&id=504&Itemid=271)

As atividades desenvolvidas pelo GT refletiram na adesão à temática por alguns documentos institucionais e consolidaram determinados termos, tais como acolhimento, permanência, êxito escolar, no ideário pedagógico, ainda que muitos deles, ao longo do tempo, tenham sofrido um esvaziamento de sentido. Como exemplo, cita-se o termo 'acolhimento', que, no acompanhamento das atividades acadêmicas dos campus, tem se referido, em geral, a ações de cunho mais burocrático.

Diante desse contexto, quando recebeu a demanda da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC/MEC) – por meio da Nota Informativa nº 138/2015/DPE/DDR/SETEC/MEC<sup>8</sup>, que continha orientações para elaboração dos Planos Estratégicos Institucionais para a Permanência e o Êxito dos Estudantes na Rede Federal, referenciada pelo Documento Orientador para a Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal de Educação Profissional, Científica, e Tecnológica, de 2014, – diferentemente de outros IFs, o IFSC já tinha certa orientação e experiência sobre o tema. Em resposta à referida demanda, em 2018, o Conselho Superior (Consup) do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) aprovou *ad referendum*, a Resolução nº 23, de 21 de agosto de 2018<sup>9</sup>, que estabeleceu o Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSC, e, em 10 de outubro do mesmo ano, o apresentou à comunidade acadêmica.

Cabe observar que o plano de 2018 se originou a partir de orientações e diretrizes da SETEC; além disso, o momento histórico e a posição político-pedagógica institucional, em 2015, diferiam do tempo e dos entendimentos institucionais de 2006; o que, conseqüentemente, gerou resultados distintos, considerando a circunstância e o modo como a demanda para elaboração do documento chegou à instituição; ou seja, em 2015, a iniciativa para ações não partiram do IFSC, como em 2006, mas da SETEC, que designou a produção de um plano estratégico na rede em função do acórdão Nº 506/2013 do Tribunal de Contas da União (TCU). Nesta perspectiva, de acordo com um mapeamento das comissões locais realizado pela Coordenadoria de Suporte Institucional à Permanência e Êxito, entre novembro e dezembro de 2021, observou-se que no período de outubro de 2018 a dezembro de 2022, do total de 22 câmpus do IFSC, apenas sete

---

<sup>8</sup> Demanda da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC):  
Memorando circular Nº 28/2016-DAE-REI (11.01.04.06) IFSC (25/04/2016)  
Ofício Circular nº 084/2015/CGPG/DDR/SETEC/MEC (02/09/2015);  
Ofício Circular nº 77/2015/CGPG/DDR/SETEC/MEC (20/08/2015);  
Ofício-circular nº 60/DDR/SETC/MEC (17/07/2015);  
Nota Informativa nº 138/2015/DPE/DDR/SETEC/MEC (15/07/2015);  
Nota Técnica nº 282/SETEC/MEC (09/07/2015);  
Portaria Setec/MEC 23, de 10 julho de 2015  
Trabalho do Grupo de Trabalho – Evasão e Retenção na Rede Federal (Portaria nº 39 SETEC/MEC, de 22/11/2013).

<sup>9</sup> Resolução Consup nº 23, de 21 de agosto de 2018. Aprova, *ad referendum*, o Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSC. Disponível em:  
[https://intranet.ifsc.edu.br/images/file/Resolucao\\_Consum\\_23-2018-PPE\\_IFSC\(1\).pdf](https://intranet.ifsc.edu.br/images/file/Resolucao_Consum_23-2018-PPE_IFSC(1).pdf).

comissões locais estavam consolidadas (formalizadas, ou desenvolvendo atividades), e quanto à Comissão central estabelecida pela portaria de 2018, não foram identificadas informações.

Na situação atual, o presente PEAPEE-IFSC reflete uma demanda interna (câmpus e Reitoria) e um compromisso com os referenciais teóricos e normativos<sup>10</sup> do IFSC, da Educação profissional e Tecnológica e da Pedagogia Histórico-Crítica. Nele, buscou-se ampliar o número de referências teóricas, de pesquisadores da área, produções acadêmicas e de experiências da Rede Federal de Educação Profissional para fundamentar as dimensões teórica e metodológica do plano.

Destaca-se, por fim, que o PDI 2020-2024 prevê em seu Capítulo 6, sobre o Planejamento estratégico institucional, item 6.7.2., do Plano Estratégico de Permanência e Êxito, que este deveria ser revisado a partir de 2020. Além disso, vários IFs têm caminhado na direção de atualizar seus Planos Estratégicos de Permanência e Êxito, independentemente de uma exigência da SETEC.

---

<sup>10</sup> Legislações que propõem diretrizes e metas que respaldam ações de enfrentamento à evasão escolar na perspectiva da permanência e êxito:

Constituição da República Federativa do Brasil;

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional);

Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014 (PNE);

Declaração Mundial sobre Educação para Todos (UNESCO 1990);

Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019 (PDI), e no Projeto Pedagógico Institucional (PPI). Disponível em: [https://drive.google.com/drive/folders/1KwP0LnxB\\_w8EvfvfLGBU3R5BbUfteF5s](https://drive.google.com/drive/folders/1KwP0LnxB_w8EvfvfLGBU3R5BbUfteF5s)

Resolução Consup nº 07 de 04/03/2020 - Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSC (2020-2024). Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1XiW-lox93MuAimDCT2BcZTfrGfG0nC1T/view>

Plano de Desenvolvimento Institucional -PDI 2009-2013. Disponível em: [https://www.ifsc.edu.br/documents/23567/524605/PDI\\_2009-2013.pdf/4fd64183-0e89-4c0e-8504-ed83073acb01](https://www.ifsc.edu.br/documents/23567/524605/PDI_2009-2013.pdf/4fd64183-0e89-4c0e-8504-ed83073acb01).

## **4 BASE LEGAL**

O acesso, a permanência e o êxito escolar encontram base legal em diferentes documentos legais, tais como a Constituição Federal de 1988 (CF), o Plano Nacional de Educação (PNE – Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), a Lei Brasileira de Inclusão (LBI - Lei 13.146 de 6 de julho de 2015), Lei de Cotas para Ingresso (Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996). Todos eles defendem o direito à educação de qualidade, com garantia ao acesso, à permanência e ao êxito dos cidadãos e cidadãs.

O artigo 205 da Constituição Federal de 1988 assinala que a educação é dever do Estado e da família, e direito de todos, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa – a educação, como processo amplo, é entendida para além do espaço escolar. Na sequência, o artigo 206 da Constituição Federal estabelece que o ensino deve ser ministrado conforme alguns princípios, dentre os quais destaca-se a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, p. 119). Igualmente, o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 53, reafirma o direito à igualdade de condições de acesso e permanência na escola, além do respeito pelos seus educadores. Portanto, referem-se às condições que extrapolam aquelas que garantem o ingresso dos estudantes às instituições de ensino. Ao abordar o acesso e a permanência, marca-se a importância de uma visão de formação integral, na qual as expressões da questão social são enfrentadas.

Reafirmando o disposto na CF, a LDB sublinha a educação como direito social básico de crianças, jovens e adultos, versando acerca da organização dos sistemas e modalidades de ensino, orçamento e qualidade da educação, dentre outros parâmetros. A LDB trata, sobretudo, do acesso à educação básica como um direito público subjetivo, podendo qualquer pessoa acionar o poder público para exigir tal direito. O PNE, Lei nº 13.005/2014, traz uma série de metas e estratégias para o ensino em todos os níveis, que compõem dez diretrizes, envolvendo a erradicação do analfabetismo e a melhoria da qualidade da educação, por exemplo.

Com foco nos jovens da educação superior pública, outro dispositivo legal que contribui para a garantia da permanência e do êxito estudantil é o Decreto nº 7.234/2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. No Art. 2º deste documento constam como seus objetivos:

I– democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. (BRASIL, 2010, s/p)

É importante ressaltar que, para além do acesso, o decreto preconiza a igualdade de condições de permanência dos jovens na educação superior, buscando minimizar as desigualdades sociais na esfera educacional que impedem muitos estudantes de concluir seus estudos com êxito. Alinhado à proposta do PNAES, desde 2011, estão sendo implementados programas de assistência estudantil no IFSC, atentando, para além dos estudantes do ensino superior, também àqueles vinculados ao ensino técnico de nível médio (em suas diversas formas de oferta). Deste modo, os estudantes têm tido acesso a atividades desportivas, auxílio financeiro e apoio à participação em eventos, alimentação escolar, dentre outros.

No que diz respeito aos estudantes com deficiência, a permanência e o êxito são consideradas garantias essenciais para os IFs e estão previstos na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, destacada no capítulo destinado à Educação, Art. 28, inciso V, que prevê a “adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino” (BRASIL, 2015, p. 20). Em decorrência dessa lei, foi publicado o Decreto nº 7611/2011, que dispõe, dentre outras providências, sobre o atendimento educacional especializado (AEE) – uma medida efetiva, adotada pelo IFSC, de atendimento e acompanhamento desse público.

No âmbito institucional, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFSC destina um item do terceiro capítulo para tratar exclusivamente da permanência e êxito do estudante. O PDI orienta a implementação de diversas ações programáticas, como o acompanhamento pedagógico sistemático do processo de ensino-aprendizagem, o apoio psicossocial, em casos de dificuldades emocionais, afetivas e de aprendizagem, o fomento de ações articuladas das atividades de ensino, pesquisa e extensão como princípio educativo, a promoção de atividades artísticas, culturais e desportivas, entre outras.

## **5 PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI) 2020-2024**

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020-2024 do IFSC é um dos documentos de referência institucional, sendo que, nele, são indicadas as estratégias adotadas para alcançar os objetivos e metas, atentando para a identidade e a intencionalidade institucional. Além disso, o PDI também merece destaque devido à sua função orientadora para a elaboração de outros documentos institucionais. Dada sua importância, o presente capítulo propõe-se a uma reflexão acerca de alguns de seus pontos relativos ao acesso, permanência, êxito dos estudantes e ao enfrentamento à evasão escolar no Instituto Federal de Santa Catarina.

No PDI 2020-2024, o Capítulo 03 - Projeto Pedagógico Institucional (PPI), define o ideal educativo da instituição para as políticas de ensino, pesquisa e extensão. Neste sentido, o subcapítulo 3.4.2. Permanência e Êxito, ao mencionar o Plano Estratégico de Permanência e Êxito do Estudante (2018), afirma que seu objetivo é “promover a permanência e êxito dos estudantes em sua oferta educativa, por meio de um conjunto de medidas que visam ao enfrentamento da evasão e retenção, enquanto fatores que comprometem o atendimento da missão institucional.” (PDI 2020-2024, p. 82). Entende-se, assim, que tal conjunto de medidas deve estar associado a todas as ações, projetos e programas institucionais, haja vista a complexidade, dinamicidade e relevância do tema. No atual PPI, o tema é direcionado a um determinado coletivo, especificamente às “equipes interdisciplinares” dos câmpus. Entretanto, evasão e retenção são fenômenos de responsabilidade institucional, não perfazendo atribuição específica de um ou outro coletivo.

Defende-se neste PEAPÉE-IFSC, portanto, que as mobilizações, ações e projetos de acesso, permanência e êxito escolar, bem como o enfrentamento à evasão, devem ser de responsabilidade de toda a comunidade acadêmica, considerando-se a realidade, as características e as dimensões dos campus, setores e coletivos. O presente PEAPÉE-IFSC propõe que este tema esteja diretamente implicado com todo ensino, isto é, que seja reconhecido como atribuição, e até mesmo diretriz de trabalho, de todos os setores da Pró-Reitoria de Ensino, da Reitoria e dos campus.

Cabe observar, ainda, que no Capítulo 03 do PDI atual, a permanência e o êxito dos estudantes, bem como a evasão escolar, estão diretamente vinculadas aos Assuntos Estudantis (3.4. ASSUNTOS ESTUDANTIS, p. 80) – vínculo que não reflete a atual estrutura e organograma da PROEN, uma vez que foi criada a Coordenadoria de Suporte Institucional de Permanência e Êxito (CSIPE), vinculada à Diretoria de Estatística e Informações Acadêmicas (DEIA/PROEN). Com esta reestruturação, o IFSC evidencia a priorização do tema na instituição.

Reitera-se que o Capítulo 6 do PDI – Planejamento Estratégico Institucional, subcapítulo 6.7.2. Plano Estratégico de Permanência e Êxito, versa sobre a construção do Plano Estratégico



de Permanência e Êxito do Estudante (2018) como resultado de uma demanda externa, motivada pela SETEC/MEC, enquanto, no contexto atual, o processo de revisão e reformulação do Plano Estratégico de Permanência e Êxito ocorre em função de uma demanda interna, gerada pela preocupação inerente à relevância do tema para os processos de ensino-aprendizagem e a missão institucional.

## 6 REFERÊNCIAS CONCEITUAIS

Considerando os objetivos do Plano Estratégico de Acesso, Permanência e Êxito do Estudante no IFSC: Prevenção e Enfrentamento à Evasão Escolar (PEAPEE-IFSC), o intuito desta seção é abordar, de forma direta e resumida, em especial para aqueles que não são estudiosos da temática, conceitos estratégicos sobre acesso, permanência, êxito e evasão escolar. Para isso, a partir de uma construção coletiva, apresenta-se aqui um estudo de alguns dos principais teóricos que pesquisam o assunto. Tendo em vista a complexidade de explicitar conceitos, uma vez que cada indivíduo insere sua percepção sobre um determinado fato a partir de sua vivência, foram feitas algumas escolhas estratégicas, delimitando conceitos e tecendo articulações importantes para a compreensão dos referidos fenômenos que envolvem diretamente toda a comunidade acadêmica.

A tríade acesso, permanência e êxito constitui um conjunto de políticas públicas, ações e projetos institucionais interdependentes que estão presentes ao longo de todo o processo acadêmico do estudante. A necessidade dessa interdependência advém do fato de que não basta possibilitar ao estudante o acesso à instituição; é preciso disponibilizar-lhe condições de frequentar o curso até que receba seu certificado de conclusão (ARAÚJO; SILVA, 2017).



Figura 4 - Tríade Acesso, Permanência e Êxito

A referência a esta relação dialética entre acesso, permanência e êxito também se vincula à promoção da inclusão e democratização dos bens sociais, posto que o princípio da inclusão orienta a missão institucional do IFSC. Não há como trabalhar acesso, permanência e êxito sem considerar os preceitos da inclusão escolar.

Os pesquisadores Araújo, Silva e Mendes (2014), ao analisarem as ofertas dos Institutos Federais (IF) apontam que tais instituições:

[...] são organizações novas que trazem a originalidade como uma de suas marcas. Segundo a Lei 11.892/2008, os IFs devem ofertar educação em diversos níveis e modalidades: cursos de formação inicial e continuada aos trabalhadores em todos os níveis de escolaridade; educação profissional técnica de nível médio; cursos de educação superior (tecnólogos, licenciaturas, bacharelado e engenharia); além de cursos de pós-graduação. Essa situação revela que nenhuma outra instituição educacional brasileira tem as características assumidas pelos IFs: ofertar diferentes níveis e modalidades de educação profissional voltados para a articulação entre o pensar e o agir. Eis por que original: proposta educacional pluricurricular e multicampi, que visa a um público tão diverso e heterogêneo em uma mesma instituição, voltada para uma formação integral comprometida com o desenvolvimento social, produtivo e cultural local, articulado com um novo projeto social emancipador, que transforma vidas e realidade social. (ARAÚJO; SILVA; MENDES, 2014, p. 15).

Ainda nesta perspectiva, os autores alertam quanto a esta nova institucionalidade dos IFs e seu compromisso com os estudantes:

[...] temos de construir políticas concretas que venham garantir a permanência e o sucesso escolar desses novos estudantes. Caso contrário, democratizaremos o acesso, mas não democratizaremos o conhecimento, algo imprescindível para rompermos com a cultura escolar elitista, segregadora e dualista. (ARAÚJO; SILVA; MENDES, 2014, p. 16).

É justamente neste novo modelo de instituição, os IFs, por meio de políticas efetivas que garantam permanência e êxito, que se transcenderá o acesso – promovendo o conhecimento – objetivo deste PEAPEE-IFSC.

## 6.1 Acesso

Mesmo atendendo aos dispositivos legais que garantem o **acesso** à educação, vislumbram-se poucas pesquisas e estudos direcionados à temática do acesso<sup>11</sup>, seja como direito, seja como política pública. E, aqui, aparecem duas questões muito importantes relacionadas ao entendimento do conceito de acesso propriamente dito: a primeira, que diz respeito ao aumento de pesquisas relacionadas a políticas de cotas, referentes ao acesso e seus públicos específicos; e a segunda, referente à diferença entre o conceito de acesso e o de ingresso, aqui, entendendo o ingresso como uma etapa, uma

---

<sup>11</sup> Na pesquisa bibliográfica realizada foram encontrados muitos trabalhos na perspectiva do acesso relacionado a cotas, por exemplo.

estratégia e uma complementação do acesso ao ensino.

Assim, é importante entender e formular políticas que ampliem as oportunidades de acesso aos cursos do IFSC, compreendendo que o acesso envolve questões muito mais abrangentes, que ultrapassam a problemática das formas de ingresso na instituição.

As dimensões que [o acesso] comporta (ingresso, permanência, conclusão e formação), vistas no conjunto, segundo os indicadores quantitativos (quantos?) e na sua complexidade (a quem? a que fins? como?), sinalizam as possibilidades da democratização do acesso. (SILVA; VELOSO, 2010, p. 222).

A democratização do acesso também está relacionada à garantia de meios materiais (tecnologias, qualidade de internet, linguagem e meios de disseminação das informações) que favoreçam o sujeito. Nesse contexto, visando à democratização do acesso e, conseqüentemente, do direito à aprendizagem, o IFSC entende ser fundamental que se conceba, em suas bases, o acesso, a partir das dimensões de ingresso, permanência, formação e conclusão, de maneira indissociável. Logo, acredita-se estar proporcionando ao estudante, além do direito de estar fisicamente na instituição, o direito de nela permanecer com qualidade e de concluir seus estudos com êxito, respeitando o seu ritmo e no seu tempo.

## **6.2 Permanência**

No tocante à **permanência** estudantil, faz-se imperioso demarcar as discussões que a entendem como contraponto, antítese à evasão escolar (MENDES, 2020), mas, por serem contrapostos, estão em constante articulação e interação dialética. Assim, a discussão sobre a permanência estudantil parte dos diagnósticos, dos levantamentos de fatores intervenientes, dos indicadores sobre a evasão escolar, mas não se esgota neles. A permanência dos estudantes se articula com o reconhecimento e com a garantia do direito à educação e requer o empreendimento de esforços e iniciativas das instituições, da sociedade civil, bem como dos estudantes, seja de modo individual e/ou coletivo. Nesta perspectiva, a permanência estudantil precisa ser reconhecida e assegurada como política pública, efetiva do Estado, voltada a garantir e fortalecer a trajetória dos estudantes.

Santos (2009, p. 77) conceitua permanência “como a possibilidade do estudante em manter os seus estudos até final do curso, preferencialmente com qualidade suficiente que lhes permita a transformação individual e do seu meio social”. Considerando os aspectos da estrutura da sociedade, como a desigualdade social e a produção reiterada

de exclusão social observada com o adensamento das políticas neoliberais, compreender os fatores que intervêm nas condições que os estudantes encontram para permanecer está relacionado com aspectos múltiplos e de diversas ordens, e envolve tanto aspectos individuais quanto das instituições nas quais estão inseridos.

Moraes (2021), em associação com os aspectos acima citados, entende que a permanência estudantil se articula com as condições de vida dos estudantes e com as condições institucionais. O primeiro tipo de condição refere-se à inserção dos estudantes e de suas famílias no mundo do trabalho e nas relações de produção, bem como às estratégias que desenvolvem para manutenção e reprodução da vida, tanto nos aspectos biológicos, quanto sociais e culturais. Já as condições institucionais são compostas pelos programas desenvolvidos pelas instituições, que têm como objetivo promover a permanência dos estudantes e, também, pelas diversas ações, nem sempre registradas e formalizadas, que são realizadas no cotidiano institucional, no âmbito da gestão dos cursos, no dia a dia das salas de aulas, nas equipes de apoio pedagógico, entre outros (MORAES, 2021). Mendes (2020), por sua vez, postula que a permanência estudantil se articula com a elaboração de estratégias, configuradas como um

[...] conjunto de discursos, ações ou movimentos empreendidos por estudantes ou pelas instituições universitárias, com o intuito de favorecer a sobrevivência e a manutenção com qualidade dos estudantes em seus cursos até a conclusão. Estas estratégias podem ser consideradas no âmbito informal, seja individual ou coletivamente, ou formal instituídas como política institucional. (MENDES, 2020, p. 402-403).

Esse conjunto de ações, que se configura nas estratégias de permanência, possui dimensões materiais e simbólicas (SANTOS, 2009; MENDES, 2020). Na dimensão material, as estratégias empreendidas pelos estudantes estão relacionadas com fatores/movimentos como conciliação entre trabalho e estudo, opção por cursos no período noturno, procura por bolsas e auxílios, outras formas de apoio ou subsídios (MENDES, 2020). A dimensão simbólica da permanência se expressa em processos mais individuais dos estudantes, maior dedicação aos estudos, buscar apoio em colegas e professores, e também em dinâmicas coletivas relacionadas à organização em movimentos de afirmação de identidade e reconhecimento, entre outros (MENDES, 2020). Santos (2009) estabelece que as condições simbólicas de permanência possuem relação com “a possibilidade que os indivíduos têm de identificar-se com o grupo, ser reconhecido e pertencer a ele” (SANTOS, 2009, p. 71). Nesse sentido, pode-se verificar situações de inadaptação, exclusão ou discriminação, que podem ameaçar a permanência simbólica de alguns grupos, principalmente daqueles recém-chegados às

instituições. Para garantir essa permanência, os estudantes precisam adquirir *status* de pertencimento, de igualdade; o que exige adquirir e decodificar códigos da cultura institucional (SANTOS, 2009).

Observa-se, a depender da situação social do estudante, que as duas dimensões da permanência podem aparecer de forma articulada, pois, raramente, essas dimensões aparecem isoladas ou são vivenciadas de forma unívoca pelos estudantes. Na maioria das vezes, compõe-se um emaranhado de situações e de vivências que impactam ou ameaçam a permanência dos estudantes. Por exemplo, a busca pela permanência material pode fazer com que o estudante procure por um trabalho para complementar a renda, o que interferirá no tempo que terá disponível para viver a instituição em sua plenitude, principalmente quando a área de inserção laboral é distinta da área de formação.

Segundo Castelo Branco e Nakamura (2013), a análise da categoria permanência tornou-se importante diante do contexto que se desenvolveu no Brasil, com a ampliação do acesso para a parcela mais empobrecida da população, antes excluída do sistema educacional formal, desde a educação básica até o ensino superior.

Portanto, conforme Costa e Picanço (2020), a permanência se refere às reais possibilidades de um estudante ingressar na instituição de ensino e desenvolver uma trajetória que permita a instrumentalização acadêmica de qualidade e o seu encerramento. Para os trabalhadores estudantes, os riscos de evasão são ainda mais contundentes pela dificuldade de conciliar horários de estudo, incompatibilidade entre trabalho e estudo, dificuldades de integração por reprovações, entre outros fatores que podem vir a comprometer mais a trajetória dos ingressantes de camadas populares, especialmente trabalhadores, baixa renda e que padecem com as desigualdades de raça e gênero.

### 6.3 Êxito

O conceito de **êxito** é sempre muito debatido e questionado tanto por seu caráter subjetivo e pessoal quanto por sua “medição” (Será possível medir o êxito de um sujeito? Como?). Na perspectiva pessoal, este conceito apresenta-se como subjetivo, e cabe a cada sujeito interpretá-lo em sua trajetória. Contudo, para a finalidade que este plano pleiteia, bem como para resgatar a história deste termo nos documentos do IFSC, cabe demarcar que a palavra êxito foi indicada pelo Grupo de Trabalho que elaborou o já citado “Projeto Permanência e Êxito do Educando no CEFETSC” (2006), como uma forma de

contraposição ao conceito de fracasso escolar. Posteriormente, fora apontado no trabalho de Guimarães (2012) ao descrever que:

Nos documentos oficiais do MEC (Ministério da Educação), vamos encontrar sempre o termo sucesso escolar atrelado às questões do Acesso e da Permanência. Dessa forma, quando trabalhamos o conceito de “Fracasso Escolar”, o fizemos na perspectiva de desconstruir o conceito, pensando também em um indicador que levasse em conta o tempo e o processo de escolarização do aluno e um indicador referente ao nosso egresso. Ao levarmos em conta o caráter fugaz e passageiro do termo sucesso, fomos instigados a refletir com relação ao resultado e ao significado que tem o processo escolar/acadêmico na vida de nosso aluno. O que está subjacente ao “sucesso” de nosso aluno? E, nessa via de reflexão, optamos por utilizar o termo êxito escolar para salvaguardar os efeitos e os desafios do processo de ensino aprendizagem de cada aluno. Na língua inglesa, a expressão *success* pode ser traduzida como êxito ou sucesso; o mesmo ocorre com a expressão alemã *erfolg* e, em francês, com a palavra *succès*. Nesses idiomas não há diferenciação entre sucesso e êxito como em nossa língua, o que ocasiona “distintas” traduções. Na Língua Portuguesa, segundo o Novo Aurélio (1999, p.860), a palavra êxito refere-se a “resultado, consequência, efeito”, e sucesso alude a “aquilo que sucede, acontecimento, ocorrência, resultado, conclusão”. Podemos observar uma sutil distinção entre os dois substantivos masculinos, mesmo que os dois refiram-se a um resultado. Assim, se tomarmos “êxito” como efeito ou consequência e “sucesso” como acontecimento ou ocorrência, podemos concluir que, na época, o GT anunciava que estava preocupado com o processo e não exclusivamente com o momento no qual o sucesso é aferido. O projeto tinha por objetivo propor acompanhamentos e ações para que o aluno chegasse ao êxito como efeito ou consequência do processo de ensino aprendizagem ao longo do curso. Ao contrário, a preocupação com o “ter sucesso”, embora também voltada à expectativa de conclusão do curso, pensava-a como resultado de uma ocorrência ou acontecimento. A diferenciação é tênue mas faz parte de uma posição frente ao “Fracasso Escolar”. Na época, o trabalho de Fernández (2001, p. 28) nos advertiu com relação à “ética do êxito escolar” e foi nesta direção que o GT decidiu fazer a distinção entre concluir o curso com êxito e não apenas com sucesso. Essa explicação é necessária aqui para marcar a relação e a distinção entre os documentos/propostas do MEC e os documentos do IF-SC (CEFET/SC). Fica assim esclarecida a diferenciação e a relevância da escolha do termo empregado no projeto e que aparece posteriormente nomeando os documentos e as ações do IF-SC. (GUIMARÃES, 2012, p.13-14).

Ressalta-se, para fins de organização de indicadores, que o êxito pode ser aferido na perspectiva da instituição, que garante condições para que o estudante conclua o curso no tempo proposto no Projeto Pedagógico do Curso (PPC), bem como na perspectiva do estudante, que permaneceu no curso e obteve sua certificação/diplomação no prazo previsto para integralização.

Importante salientar que mesmo que o estudante evada do IFSC e continue seu percurso formativo em outra instituição de ensino, não haverá êxito para a instituição, pois

ela não conseguiu identificar com antecedência os fatores intervenientes que motivaram sua saída e, tampouco, proporcionar as condições necessárias para a sua permanência na oferta do curso.

Autores de referência como Bernard Lahire, em sua primorosa obra, *Sucesso Escolar nos Meios Populares: As Razões do Improvável*, também não indica uma mensuração para os sucesso, posto que o sucesso a que o autor faz referência é justamente as condições para que as classes populares permaneçam na escola e concluam sua escolarização. O não evadir-se é sucesso. Assim como apregoa que a vulnerabilidade social do sujeito é uma condição, mas não é um determinante para a evasão escolar.

Nesta perspectiva, no que tange a relação da instituição com o êxito de seus estudantes podemos destacar a necessidade de mapeamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação – indicadores – de todo esforço do IFSC (pedagógico, financeiro, de recursos humanos e capacidade de articulação em rede) para a formação integral do sujeito e a efetivação da conclusão do curso em acordo com nossa missão e valores (PDI).

O acompanhamento de egressos poderá fornecer informações com relação a vida acadêmica (se prosseguiu ou não sua formação no IFSC ou em outra instituição de ensino), sobre sua inserção profissional (se esta trabalhando; se esta trabalhando na área; ou se esta trabalhando em outra área distinta da formação do curso), e sobre as características de necessidades para a continuidade ou não de seus estudos (tipo e modalidade de cursos), assim estes marcadores podem auxiliar a compor um diagnóstico da oferta do curso para a sociedade. Contudo, o “êxito escolar” como a própria expressão anuncia esta demarcando o êxito no âmbito escolar e não o êxito na esfera do mundo do trabalho.

Trabalhar na perspectiva da garantia de acesso, permanência e êxito escolar é uma escolha e uma estratégia de enfrentamento à evasão escolar de forma preventiva e contínua; para tanto, é, antes de tudo, indispensável entender o fenômeno tratado aqui, suas imbricações históricas, sociais, políticas, culturais e educacionais, ou seja, os fatores intervenientes (conceito que será abordado em item próprio neste plano) que engendram o processo de evasão escolar.

#### **6.4 Evasão escolar**

O fenômeno da **evasão escolar** figura entre os problemas educacionais mais preocupantes dos últimos tempos e está presente nos diversos níveis e modalidades de

ensino, embora se manifeste de formas diferentes em cada contexto. De maneira geral, compreende um fenômeno internacional que afeta instituições tanto públicas quanto privadas (SILVA FILHO et al., 2007; VITELLI; FRITSCH, 2016).

Contudo, conforme apontam Dore e Lüscher (2011a; 2011b), há uma variedade de situações que podem ser associadas à evasão, e não se encontra na literatura uma consistência quanto à compreensão do fenômeno. Entre tais situações, as autoras apontam a saída do estudante de um curso, da instituição ou do sistema de ensino, a não conclusão de um nível de ensino, entre outras. Essa diversidade de situações compreendidas como evasão, aliada à busca pela compreensão dos processos excludentes, torna o exame e a investigação do problema ainda mais complexos. Assim, a reflexão sobre a temática da evasão demanda que se leve em conta uma série de questões, a fim de evitar reducionismos e análises rasas. Entre elas, Dore e Lüscher (2011b) apontam o nível de escolaridade em questão (educação básica ou superior), ou o contexto da educação, obrigatório ou eletivo, o tipo de evasão de que se está tratando (descontinuidade, retorno, não conclusão definitiva, entre outras) e as possíveis razões que motivam a evasão.

A retenção e a repetência escolar podem ser fatores associados ou não a outros do contexto socioeducacional que resultem em evasão escolar. Assim como a distorção idade série, desemprego, problemas de saúde, ausência de pertencimento na instituição, sentimento de inadequação àquele ambiente escolar, a escolha de outra instituição de ensino, trabalho, problemas pessoais ou sociais, entre outros tantos, são fatores que podem ser identificados, mas que não podem e não devem ser estudados isoladamente como causa de evasão escolar. Muitas vezes, o sujeito nem sabe ao certo expressar os motivos de sua saída da instituição, pois para além de motivos aparentes e emergentes, coadunam-se processos subliminares alimentados pela forma de produção capitalista, que Saviani (1984, p. 20) aponta como sendo “[...] o papel que a escola desempenha: reproduzir a sociedade de classes e reforçar o modo de produção capitalista.”

Com relação ao conceito de evasão escolar, é importante destacar que, para muitos autores, o conceito de evasão e de abandono são sinônimos, assim como podem estar sendo usados como sinônimos os termos ‘êxito’ e ‘sucesso’; assim também, o conceito de fracasso escolar está associado, para muitos estudiosos, a uma relação interdependente entre repetência, retenção e evasão escolar. Por esse motivo, é necessário fazer uma análise crítica do autor e do texto lido, de modo a identificar o que é uma escolha conceitual e o que é o uso de sinônimos para enriquecimento da escrita.

Considerando os autores e as referências conceituais aqui elencadas, bem como o objetivo do Plano Estratégico de Permanência e Êxito do Estudante no IFSC: Prevenção e Enfrentamento à Evasão Escolar, é necessário salientar que foram mapeados referenciais que pretendem colaborar com o entendimento do fenômeno complexo, que é a evasão escolar, bem como seus desdobramentos quanto às questões de enfrentamento na perspectiva do acesso, permanência e êxito.

Finalmente, cabe ressaltar que ainda que os termos utilizados nos indicadores estabelecidos para fins de pesquisa, acompanhamento e monitoramento estejam associados aos indicadores dispostos no Guia de Referência Metodológica, e indicadores da Plataforma Nilo Peçanha (PNP 2020), e indicadores institucionais presentes e propostos no Plano de Desenvolvimento Institucional do IFSC (PDI), e que tenham uma compreensão mais restrita conceitualmente, estes devem ser lidos sob a ótica apresentada neste referencial.

## **7 ASPECTOS METODOLÓGICOS**

Os aspectos metodológicos aqui apresentados foram elaborados a partir da premissa de um trabalho dialógico, participativo e democrático. Nesta perspectiva, o PEAPEE-IFSC propõe a manutenção da constituição de uma Comissão Central de Acesso, Permanência e Êxito, com trabalho articulado à organização das comissões locais em cada um dos câmpus do IFSC. Esta articulação levará em conta a formulação de diagnóstico com base na contextualização de fatores intervenientes, indicadores qualitativos e quantitativos. Para tanto, este trabalho integrado (articulado, ou, até mesmo, rizomático) contará com uma mediação metodológica adequada aos objetivos aqui propostos, e será definida no processo de implantação do plano pela Comissão Central e a Coordenadoria de Suporte Institucional a Permanência e Êxito (CSIPE/DEIA/PROEN).

### **7.1 DIAGNÓSTICO**

Para a formulação de um plano, projeto, organização de estratégias e ações, o diagnóstico é etapa fundamental. O diagnóstico compõe o momento estratégico, no qual a realidade é desvelada e os fatores intervenientes referentes ao fenômeno da evasão escolar são identificados e estudados, em sua relação dialética. Para tanto, a definição sobre quais dados serão utilizados e o momento da coleta são essenciais. É com base no diagnóstico que deverão ser determinadas as demandas e formulados os objetivos e

metas para a promoção da permanência e êxito escolar, a partir de dados quantitativos e/ou qualitativos.

O levantamento de dados e informações, uma vez realizado, propicia o estabelecimento de leituras possíveis frente à realidade e, conseqüentemente, a proposição de ações e perspectivas de trabalho. Assim, o diagnóstico realizado para o PEAPEE-IFSC está sistematizado com base em dados quanti-qualitativos, cujo objetivo central é oferecer um panorama institucional sobre o acesso, a permanência e o êxito escolar no IFSC, conforme detalha Jannuzzi (2002, 2009), citado por Vitelli, Fritsch e Corsetti (2018, p. 4):

[...] os indicadores como metodologias de medição, que têm o objetivo predeterminado de retratar, de alguma forma, a realidade pesquisada, porém, em virtude de suas limitações, não avaliam de fato a qualidade da educação. Consistem, na verdade, em sinais e recursos metodológicos, que podem ser qualitativos ou quantitativos e expressam, a partir de um significado particular, um resultado, uma característica ou o desempenho de uma ação, de um processo ou de um serviço, podendo positivamente assumir uma função diagnóstica de amplitude social e subsidiar a formulação de políticas públicas.

Vitelli, Fritsch e Corsetti (2018) ressaltam a importância de se utilizar indicadores como instrumentos para auxiliar no planejamento e no monitoramento das práticas desenvolvidas pela gestão com vistas ao aprimoramento de suas atividades, sem desconsiderar que eles, por si só não são suficientes para avaliar a qualidade da educação. Além disso, é necessário levar em conta as correlações existentes entre os fatores intervenientes e os indicadores, pois nesta perspectiva ampliam-se as possibilidades de avaliação para a condição de diagnóstico do contexto institucional.

### **7.1.1 Fatores Intervenientes na Evasão Escolar**

Neste plano estratégico, optou-se por não trabalhar na perspectiva da “causa”, ou das “causas”, ou dos “fatores” da evasão escolar, da permanência e êxito. Esta ruptura teórica ocorre em função das atualizações das pesquisas na área, bem como na observação do GT sobre os impactos que as categorias de análise utilizadas anteriormente tiveram, de modo a sedimentar o fenômeno.

A literatura aponta uma diversidade de situações associadas à evasão (DORE; LÜSCHER, 2011a; 2011b); do mesmo modo, encontra-se nas produções científicas e nos espaços de discussão da temática uma multiplicidade de conceitos e interpretações, além de possíveis razões que contribuem para tal fenômeno (SILVA FILHO; ARAÚJO, 2017).

Observa-se que o percentual de preenchimento das vagas de ingresso no IFSC apresenta pequena variação nos últimos três anos - acima de 80%. Entretanto, a taxa de evasão indica variações, as quais carecem de uma análise mais aprofundada, especialmente, considerando o

passado histórico recente, no qual vivenciou-se uma pandemia do COVID 19. Os dados a seguir sinalizam para a conjuntura institucional não descolada das análises teóricas mencionadas até este momento.

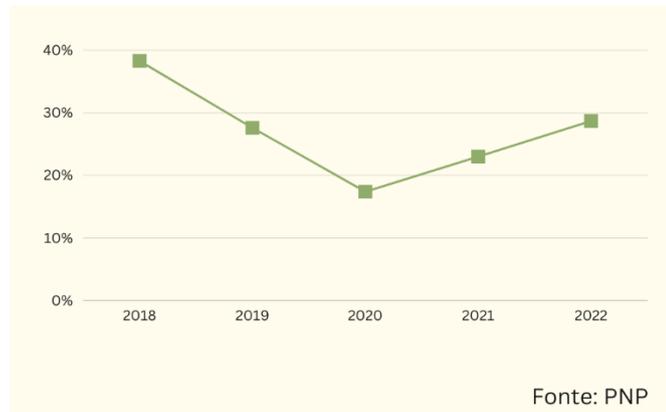


Figura 5 - Taxa de Evasão no IFSC

Outro exemplo de possíveis análises que evidenciam a complexidade da questão dos fatores intervenientes relacionados à evasão escolar é o demonstrado no gráfico abaixo, publicado no Painel da Plataforma Nilo Peçanha. Por meio dele, pode-se levantar questões como: Que fatores concorreram para que a taxa de evasão dos cursos de PROEJA concomitante fossem percentualmente o dobro daquela dos cursos de PROEJA integrado em 2021? Foram os mesmos que influenciaram nos percentuais de evasão dos cursos técnicos concomitantes e subsequentes daquele ano? Tais ponderações confirmam a necessidade de a instituição realizar investigações qualificadas, envolvendo servidores, estudantes e egressos.



Figura 6 - Gráfico 1 Comparativo entre taxas de evasão em 2021 na modalidade EJA<sup>12</sup>

Um problema de grande complexidade demanda soluções igualmente complexas, e a compreensão das razões é uma ferramenta-chave para a proposição de encaminhamentos para resolução. No entanto, sua identificação envolve uma série de fatores dificilmente identificáveis, que abrangem dimensões individuais do estudante, familiares, escolares e ambientais da comunidade da qual ele faz parte. Além disso, conforme Dore e Lüscher (2011a; 2011b), a saída do estudante, de um curso ou da instituição, representa o estágio final de todo um processo cumulativo de fatores que contribuem para o seu desengajamento. Sobre isso, Rumberger (2001) reafirma a complexidade do fenômeno indicando a variedade de razões apresentadas por estudantes evadidos, mas salienta que elas não revelam outras possivelmente envolvidas, especialmente fatores que podem ter interferido, tempos antes, nas atitudes, comportamentos, no desempenho escolar e, conseqüentemente, na decisão de abandonar a escola, ainda que de forma indireta. Assim, segundo o autor, se múltiplos fatores contribuem para o fenômeno, torna-

<sup>12</sup> Disponível em:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZDhkNGNiYzgtMjQ0My00OGVILWJjNzYtZWQwYjI2OTlhYW11IiwidCI6IjllNjgyMzU5LWQxMjgtNGVhYy1iYjU4LTgyYjJhMTUzNDBmZiJ9>. Acesso em 28 abr. 2023.

se impossível identificar uma conexão causal entre qualquer fator unicamente e a decisão de evadir.

Entre o conjunto de fatores que influenciam o estudante na decisão de permanecer ou abandonar a escola, Rumberger (2001) relaciona alguns no âmbito individual – atributos dos estudantes, como valores, atitudes e comportamentos que interferem em seu engajamento – e outros no âmbito institucional, partindo do entendimento de que atitudes e comportamentos individuais são formados a partir das configurações institucionais às quais os sujeitos estão expostos. Contudo, o autor orienta que tais fatores sejam tomados como preditivos de evasão ou potencializadores de riscos de evasão, já que todo modelo estatístico utilizado para a identificação de possíveis fatores pode sugerir, mas não comprovar conexões causais.

Alinhado a esta reflexão, no plano estratégico aqui proposto, PEAPEE-IFSC, optou-se por utilizar o termo '*fatores intervenientes da evasão*', que traduz a relação entre as diversas dimensões capazes de contribuir com a evasão escolar, em detrimento do uso de 'causas da evasão', ou fatores univocamente associados a uma dimensão específica, seja do sujeito, da instituição, ou externa a ela.

Para que a instituição possa planejar ações e projetos capazes de reduzir o índice de evasão e retenção escolar, bem como recrudescer os índices de acesso, permanência e êxito dos estudantes, faz-se necessária uma investigação qualificada, envolvendo servidores e discentes. Portanto, é fundamental observar-se questões concernentes à realidade local e ao contexto e conjuntura de cada câmpus do IFSC.

A diversidade e a complexidade são próprias de uma instituição que conta com 22 câmpus, localizados em diferentes regiões do estado de Santa Catarina e com diferentes tipologias, modalidades e níveis de ensino. Assim, a realização de estudos e pesquisas para o diagnóstico local são essenciais para o planejamento de ações e projetos e a tomada de decisões sobre evasão, permanência e êxito em cada um dos câmpus.

Embora a literatura aponte dificuldades em definir a complexidade do processo de evasão escolar, devido à participação de diversos agentes, um caminho pode ser traçado, considerando-se que os mesmos fatores que contribuem para a permanência e o êxito dos estudantes podem estar atrelados aos determinantes para a evasão. A análise do acesso, da permanência, do êxito e da evasão dos estudantes pelo mesmo viés proporciona um olhar dialético, possibilitando a verificação das realidades e suas divergências, contribuindo para a compreensão da totalidade do tema (FILHO, 2018).

### 7.1.2 *Indicadores*

Indicadores são ferramentas capazes de agregar valor analítico e avaliativo às estatísticas; os indicadores educacionais, por exemplo, permitem conhecer não apenas o desempenho dos estudantes, mas também o contexto socioeconômico e as condições em que se dá o processo ensino-aprendizagem, no qual os resultados foram obtidos. Os indicadores são relevantes principalmente para o monitoramento dos sistemas educacionais, considerando o acesso, a permanência e a aprendizagem de todos os estudantes. Dessa forma, contribuem para a criação e o acompanhamento de políticas públicas voltadas para a melhoria da qualidade da educação e dos serviços oferecidos à sociedade pela instituição de ensino.

### 7.1.3 *Descrição dos indicadores quantitativos*

As produções estatísticas podem auxiliar a instituição na análise de seus processos escolares, construindo conhecimento a respeito de diversos aspectos e processos. Quando essas produções não são realizadas e não resultam em um indicador, as decisões acabam sendo tomadas por intuição ou por opinião pessoal, reduzindo as chances de acerto. Com o estabelecimento de indicadores, criam-se condições de acompanhar as consequências das escolhas que foram tomadas, o que auxilia na manutenção ou no redirecionamento de estratégias e ações, como aquelas relacionadas à permanência e ao êxito escolar. De acordo com Moraes *et al.* (2018, p. 6), eles, se bem-organizados, “potencializa[m] as chances de sucesso na implementação de políticas públicas, diminuindo o peso das decisões discricionárias em detrimento de diagnósticos sociais mais bem respaldados tecnicamente e comprometidos com o bom uso do recurso público”.

O PDI do IFSC apresenta os objetivos estratégicos institucionais elaborados a partir da análise estratégica de fatores ambientais, dos elementos institucionais, da avaliação dos objetivos estratégicos do período 2015-2019, das perspectivas estratégicas (dos estudantes e da sociedade; dos processos internos; das pessoas e do conhecimento) e na cadeia de valor do IFSC. Para cada objetivo estratégico são relacionados, ao menos, um indicador e uma meta a serem utilizados como referência para avaliação do desempenho institucional. Os indicadores estratégicos e metas para 2024 são apresentados em quadros e possuem suas descrições no formato de fichas padronizadas, apresentadas em apêndice nas páginas 128 e 129 do PDI<sup>13</sup>. Alguns desses indicadores podem ser acessados na Plataforma Nilo Peçanha<sup>14</sup> (PNP), a qual divulga levantamentos estatísticos que permitem a análise da taxa de evasão escolar e do cumprimento dos objetivos e finalidades legalmente previstos para a Rede Federal.

---

<sup>13</sup>Indicadores e metas estratégicas, disponível em:

file:///C:/Users/sandrag/Downloads/PDI\_IFSC\_2020\_2024\_v3.pdf. Acesso em 10 dez. 2022.

<sup>14</sup>A Plataforma Nilo Peçanha pode ser acessada no seguinte link: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>.

O conjunto de indicadores elaborados para a Plataforma Nilo Peçanha objetiva oferecer à sociedade um conjunto de informações que permita conhecer as atividades realizadas pela Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O conhecimento avaliativo, sintetizado na forma de indicadores numéricos, constitui-se em valioso insumo para a pesquisa educacional sobre a Rede Federal, além de subsidiar os processos de tomada de decisão, aproximando cada unidade acadêmica, Instituição e a Rede Federal, como um todo, das finalidades e dos objetivos consagrados na Lei de criação dos Institutos Federais (Lei 11.892/2008) (PNP, 2020, p. 21).

Cabe observar que os indicadores da PNP analisam os dados referentes à situação de matrícula dos estudantes no ano anterior (ano de referência) ao ano de publicação. Desse modo, as informações publicadas não representam a situação dos estudantes no momento em que o indicador é publicado – assim como as informações censitárias. Portanto, ainda que os indicadores da PNP passem por um rigoroso processo de coleta, validação, capacitação e disseminação de dados, eles possuem essa particularidade que deve ser levada em conta pelas Comissões Locais de Acesso, Permanência e Êxito (CAPEs Locais) na proposição de ações e projetos.

Segundo Scucuglia (2014), um sistema de indicadores precisa revelar tudo aquilo que precisa ser visto (indicadores de gestão), e não apenas aquilo que se quer ver (indicadores de desempenho). E, para que os indicadores possam auxiliar na tomada de decisões gerenciais, faz-se necessário que a coleta de dados para análise seja realizada em períodos estratégicos do calendário acadêmico, e que a publicação dos indicadores seja célere, resultado de uma rotina de processo. Para tanto, no PEAPEE-IFSC, utilizam-se os bancos de dados à disposição, como SISTEC e SIGAA para o cálculo de indicadores.

Uma qualidade dos indicadores a ser destacada é a estabilidade, ou seja, a garantia de formação de uma série histórica – temporal e espacial – para que todos eles possam ser corretamente calculados e interpretados ao longo do tempo. Por isso, para cada um dos indicadores deste plano foi elaborada uma ficha técnica, que apresenta seus objetivos, além de identificar o modelo matemático empregado em seu cálculo, a descrição e os registros considerados na elaboração de cada cálculo<sup>15</sup>.

Além da ficha técnica de cada indicador, foi elaborado um glossário<sup>16</sup>, de modo a definir os termos e conceitos utilizados na nomenclatura dos indicadores, posto que eles devem estar adequados às bases de onde os dados foram extraídos. Isso é imprescindível devido às divergências teóricas e conceituais em relação a termos como 'evasão' e 'abandono'. Contudo, para o cálculo dos indicadores, exige-se uma definição objetiva – o que não impede, de modo

---

<sup>15</sup> As fichas técnicas constam em documento técnico, à parte, que será disponibilizado para a Comissão Central e Comissões Locais.

<sup>16</sup> O glossário consta em documento técnico, à parte, que será disponibilizado para a Comissão Central e Comissões Locais.



algum, que estudos e análises posteriores possam segmentar e especificar, entre os dados apresentados, outras especificidades conceituais, históricas ou contextuais. Para isso, os indicadores foram elaborados a partir das bases de dados do SIGAA, SISTEC e outras fontes de dados institucionais. Em relação aos indicadores disponíveis na PNP, a série histórica estará disponível nos relatórios e edições anuais da ferramenta. A plataforma e os indicadores devem ser amplamente divulgados à comunidade acadêmica após o lançamento de cada nova edição.

Para o PEAPEE-IFSC, foram estabelecidos os seguintes indicadores:

### **Indicadores Institucionais**

#### **Relação da equipe pedagógica e assistência ao discente por matrícula:**

verifica a relação entre a quantidade de estudantes matriculados no câmpus por servidor técnico lotado nas coordenadorias pedagógicas e de acompanhamento ao discente.

#### **Relação de Inscritos por Vagas (RIV/PNP):**

mede a relação entre a quantidade de candidatos inscritos e a quantidade de vagas disponibilizadas.

#### **Relação de inscritos e matriculados:**

analisa a quantidade de estudantes inscritos nos processos seletivos em relação ao número de matrículas efetivadas

Quadro 1 - Indicadores Institucionais

## Indicadores Acadêmicos

### Índice de Eficiência Acadêmica (IEA/PNP):

mede o percentual de alunos que concluíram o curso com êxito dentro do período previsto, acrescido de um percentual (projeção) dos alunos retidos no ano de referência que poderão concluir o curso;

### Taxa de Evasão anual (EV):

mede o percentual de matrículas que perderam o vínculo com a instituição no ano de referência sem a conclusão do curso em relação ao total de matrículas. Para este cálculo é empregado o conceito de matrícula e não de matrícula equivalente.

### Taxa de Evasão (TEv):

expressa o percentual de estudantes que perderam o vínculo com a instituição em determinado semestre letivo, com exceção dos formados.

### Evasão Ciclo (EvCiclo/PNP):

mede o percentual de evadidos em um Ciclo de Matrícula, sendo que, para este cálculo, é empregado o conceito de matrícula e não de matrícula equivalente;

### Taxa de Reprovação (TRe):

expressa o percentual de estudantes que reprovaram em, pelo menos, três componentes curriculares em determinado semestre letivo.

### Taxa de reprovação por infrequência por modalidade de ensino:

afere o percentual de estudantes reprovados por excesso de ausências em sala de aula por modalidade de ensino.

### Retenção Ciclo - RCiclo:

mede o percentual de retidos em um Ciclo de Matrícula, sendo que para este cálculo é empregado o conceito de matrícula e não de matrícula equivalente.

### Taxa de tempo para integralização por curso:

percentual entre o tempo mínimo indicado no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) e tempo efetivo destinado pelo estudante para a integralização do curso.

### Taxa de Estudantes Ativos e Não Matriculados em Turmas (TANM):

representa o percentual de estudantes que aparecem com o status CURSANDO no SIGAA, mas não possuem matrícula em nenhuma turma. Com exceção do período de transição entre semestres letivos, quando ocorre a efetivação das matrículas, esta taxa se relaciona com o risco de evasão.

Quadro 2 - Indicadores Acadêmicos

## Indicadores Sociais

### Taxa de Distorção idade-ano (técnicos integrados) e gênero:

percentual de estudantes com idade acima da esperada para o ano em que estão matriculados, considerando o gênero.

### Taxa de ocupação das vagas reservadas às cotas (geral e específica):

percentual de vagas reservadas às cotas ocupadas em relação ao número de vagas ofertadas nessa modalidade, considerando as diferentes categorias.

### Matrículas concluídas no prazo de integralização do curso que receberam bolsa:

representa o percentual de estudantes que concluíram o curso no prazo previsto para a integralização e que receberam bolsa de pesquisa e/ou extensão durante o período.

### Matrículas concluídas no prazo de integralização do curso que receberam auxílio da assistência estudantil:

percentual de estudantes que concluíram o curso no prazo previsto para a integralização e que receberam auxílio da assistência estudantil durante o período.

### Taxa de ocupação de vaga por gênero:

percentual de ocupação de vaga considerando o gênero indicado pelo estudante.

### Taxa de estudantes matriculados com uso do nome social:

percentual de estudantes que indicaram o uso de nome social no SIGAA.

### Renda média familiar dos estudantes ingressantes:

expressa o percentual de renda média dos estudantes ingressantes nas diferentes modalidades de ensino no IFSC.

### Escolaridade dos pais ou responsáveis:

percentual de escolaridade dos pais ou responsáveis pelos estudantes com matrícula ativa e *status* cursando no SIGAA.

### Configuração familiar:

expressa o percentual da configuração familiar dos estudantes com matrícula ativa e *status* cursando no SIGAA, considerando os diferentes tipos (nuclear, extensa e monoparental).

### Matrículas concluídas no prazo de integralização do curso e que realizaram estágio (obrigatório e/ou não obrigatório)

representa o percentual de estudantes que concluíram o curso no prazo previsto para a integralização e que fizeram estágio (obrigatório e/ou não obrigatório) durante o período.

Quadro 3 - Indicadores sociais

A extração dos dados para composição da série histórica dos indicadores deve acontecer na última quarta-feira dos meses de maio e novembro. Estas datas devem constar no calendário acadêmico unificado aprovado pelas instâncias superiores do IFSC, demarcando um momento para ampla divulgação à comunidade acadêmica, em todas as instâncias. Em situações nas quais o calendário seja impactado por contextos atípicos, a data de extração deve acontecer com, pelo menos, 50% do semestre letivo cumprido.

Vale frisar que os indicadores escolhidos não encerram em si o debate sobre evasão, permanência e êxito escolar, pois, conforme mencionado anteriormente, trata-se de fenômeno complexo e dinâmico. Assim, novos indicadores poderão ser incluídos aos supracitados, buscando

a melhor compreensão da conjuntura e indicando pontos sensíveis para a organização de ações. No entanto, aqueles que forem adicionados devem ser devidamente descritos e incorporados à rotina de processamento pela gestão acadêmica do IFSC.

Para que os indicadores propostos no PEAPEE-IFSC sejam efetivos e eficazes deve-se atentar: à necessidade de produção de séries históricas, que permitam a comparabilidade; à regularidade da produção “visando à formação de séries temporais e permitindo visualizar as tendências dos dados” (MINAYO, 2009, p. 84); à pactuação por quem utiliza e quem pretende elaborar estudos comparativos; e à publicização dos dados, para que fiquem acessíveis a quem interessar.

Observando as condições destacadas anteriormente e, considerando a complexidade do tema, indicadores qualitativos são fundamentais, haja vista a necessidade de dados que atentem igualmente às questões subjetivas.

#### **7.1.4 Indicadores Qualitativos**

Os indicadores qualitativos aqui apresentados referem-se à produção mediante estratégias qualitativas, que remetem aos sentimentos, voz, pensamentos e práticas dos atores que compõem o universo de estudo (MINAYO, 2009). Portanto, não aludem a dados quantificáveis, mas àqueles capazes de captar em profundidade as expressões da questão social emanadas no ambiente escolar. Os indicadores qualitativos são capazes de agregar valor analítico e avaliativo às estatísticas, permitindo conhecer os fatores e contextos (social, emocional, político, econômico, psicológico, entre outros) que impactam a realidade escolar. Estes indicadores são elaborados em uma lógica distinta dos indicadores de desempenho de larga escala, diferentes também da lógica da performatividade tanto individualizante quanto totalizante.

Cabe destacar que, embora este plano estratégico esteja vinculado à situação institucional, ele pretende atender aos 22 campus do IFSC, nos quais as realidades são distintas. Por isso, no momento de elaborar os indicadores qualitativos, é preciso levar em conta as características locais, de modo a resguardar as condições de coerência e necessidade específica de cada campus. Ademais, os indicadores qualitativos visam à compreensão da conjuntura local e, por conseguinte, da conjuntura institucional, a partir de elementos que demandam uma análise integrada e relacional do acesso, permanência, êxito e evasão no IFSC.

Sublinhada a importância do âmbito local, para a elaboração de indicadores qualitativos, é necessário o emprego de estratégias de produção e coleta de informações, na perspectiva de fatores intervenientes, tais como a promoção de Círculos de Cultura, Grupos Focais, Rodas de Conversa, entre outras metodologias. Além disso, é importante considerar a participação tanto do coletivo discente quanto do quadro de servidores (técnicos e docentes), pois, assim, permite-se a análise multidimensional de um mesmo fenômeno.

A análise dos dados coletados a partir dessas, ou outras estratégias, têm igual importância. Nessa etapa, pode-se lançar mão de diferentes metodologias qualitativas, como por exemplo, a dialética, a análise de conteúdo, a análise de discurso, entre outras. Assim como utilização de materiais destinados a ações educativas especializadas como no caso da coleção Educação e Relações Raciais na Escola, que apresenta Indicadores da Qualidade na Educação – Relações Raciais na Escola<sup>17</sup>.

Para o período 2024-2025, sugere-se como eixo temático para a produção de indicadores qualitativos o “Mundo pós-pandemia e as condições para o acesso, a permanência e êxito escolar”.

Nesse escopo, poderão ser evidenciadas situações que revelem fatores intervenientes, possibilitando o desenvolvimento de ações mais efetivas e vinculadas às demandas locais/institucionais. Quanto aos eixos temáticos para os próximos anos de abrangência deste PEAPEE-IFSC, sugere-se que sejam definidos anualmente, durante o encontro das CAPEs locais.

## **7.2 Organização das Comissões de Acesso, Permanência e Êxito (CAPE)**

O PEAPEE-IFSC deve integrar-se aos processos de autoavaliação e planejamento da instituição, articulando-se com seus documentos de referência, como o PDI e os relatórios anuais de gestão. Essa articulação pretende que todos os servidores se sintam corresponsáveis pelo planejamento, implementação e avaliação das ações de acesso, permanência e êxito na instituição. Contudo, neste documento, indica-se que a CAPE Central e as CAPEs locais se configurem como equipes mais diretamente ligadas à proposição, execução, acompanhamento, monitoramento e avaliação dos projetos e das ações.

A partir da elaboração do PEAPEE-IFSC, entende-se necessário que esse planejamento seja transformado num programa sistêmico e permanente. Propõe-se, portanto, que sejam identificadas as singularidades de cada campus e implementadas as ações a partir da realidade local.

Considerando que a garantia do direito de acesso, permanência e êxito do estudante deve ser responsabilidade de todos os setores da instituição, e, portanto, de toda a comunidade acadêmica, não cabe exclusivamente às CAPEs locais a implementação de projetos e ações em prol deles, posto que os dados, informações e mediações realizadas por elas tem também por

---

<sup>17</sup> Disponível em:

[https://www.unicef.org/brazil/media/2161/file/Indicadores\\_da\\_Qualidade\\_na\\_Educacao-Relacoes\\_Raciais\\_na\\_Escola.pdf](https://www.unicef.org/brazil/media/2161/file/Indicadores_da_Qualidade_na_Educacao-Relacoes_Raciais_na_Escola.pdf) , e <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/indicadores-da-qualidade-no-ensino-medio> . Acessado em 17/04/2024.

objetivo auxiliar os gestores e colegiados quanto à escolha de estratégias e ordenamento de prioridades.

Para a composição da CAPE Central e das CAPEs locais devem ser levadas em conta as seguintes características de perfil dos servidores e discentes:

- ☐ Que tenham afinidade com o tema;
- ☐ Que tenham condições de mobilizar coletivos para debates, reflexões, ações e projetos;
- ☐ Que estejam articulados à gestão, ou que exerçam liderança.

A partir do perfil indicado, abaixo são apresentadas as atribuições e a composição das comissões, bem como a metodologia de planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações nos campus e nos setores da Reitoria.

### **7.2.1 Comissão Central de Acesso, Permanência e Êxito**

A fim de coordenar a execução do PEAPEE-IFSC, será instituída uma Comissão de Acompanhamento das Ações de Acesso, Permanência e Êxito dos Estudantes no âmbito da Reitoria (CAPE Central), de caráter sistêmico e permanente, e com a seguinte composição:

- ☐ Coordenador(a) de Suporte Institucional à Permanência e Êxito (Coordenador da Comissão Central);
- ☐ 1 membro de cada uma das diretorias (04) vinculadas à Pró-Reitoria de Ensino (PROEN);
- ☐ 1 membro da Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas (PROEX);
- ☐ 1 membro da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PROPI);
- ☐ 1 membro da Pró-Reitoria de Administração (PROAD);
- ☐ 1 membro da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN);
- ☐ 5 representantes de campus, sendo 1 por região de abrangência do IFSC;
- ☐ 5 representantes discentes (sendo, no mínimo, 1 de graduação, 1 de curso técnico e 1 de PROEJA).

#### **Atribuições da CAPE Central**

Caberá à Comissão Central de Acesso, Permanência e Êxito as seguintes atribuições:

- a) Definir a metodologia para realização da implantação do plano;
- b) Coordenar a implantação, acompanhamento e monitoramento, avaliação e atualização do PEAPEE-IFSC;
- c) Organizar os indicadores que se referem a acesso, permanência e êxito, e enfrentamento à evasão escolar no IFSC, junto à PROEN e à PRODIN;
- d) Divulgar os indicadores nos campus, contribuindo com as ações das comissões locais;
- e) Propor formações continuadas sobre a temática;

- f) Orientar e articular com os campus a implementação das ações e projetos;
- g) Indicar ações institucionais estratégicas em articulação com os diversos setores da Reitoria que possibilitem a execução em todos os campus;
- h) Divulgar as ações institucionais e seus resultados;
- i) Articular e organizar encontros das comissões locais, pelo menos uma vez ao ano;
- j) Promover a socialização de informações e resultados.

### **7.2.2 Comissões Locais de Acesso, Permanência e Êxito**

Para que o PEAPEE-IFSC atinja seus objetivos, deverá ser instituída em cada um dos campus do IFSC uma comissão dedicada a diagnosticar e compreender a realidade local em suas múltiplas perspectivas, tendo em vista a organização institucional, os tipos de curso ofertados, o público atendido e o arranjo produtivo local.

Cada campus do IFSC constituirá uma Comissão Local de Acesso, Permanência e Êxito (CAPE Local), que será designada pela Direção-Geral do campus. É necessário que esta comissão tenha uma composição mínima, composta por:

- ☐ Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPE) – Recomenda-se que participe, caso tenha disponibilidade recomenda-se que seja o Coordenador da CAPE Local
- ☐ 8 servidores, sendo 4 docentes e 4 técnicos administrativos;
- ☐ 1 discente para cada tipo de curso e tipo de oferta do campus, desde que a oferta seja regular.

Em cada nova constituição, recomenda-se que seja realizada uma ampla chamada a servidores e estudantes do campus, a fim de contar com a colaboração também daqueles que são sensíveis às atividades que serão desempenhadas pela comissão.

#### **Atribuições da CAPE Local**

Caberá a cada Comissão Local de Acesso, Permanência e Êxito as seguintes atribuições:

- a) Auxiliar a Comissão Central na elaboração de instrumentos de coleta de dados dos estudantes e servidores, que podem ser utilizados no cálculo de indicadores e/ou como base para os projetos de acesso, permanência e êxito;
- b) Contribuir com a aplicação de instrumentos de coleta de dados dos estudantes e servidores, que podem ser utilizados no cálculo de indicadores e/ou como base para os projetos de acesso, permanência e êxito;
- c) Analisar os dados coletados junto a estudantes e servidores, sejam eles coletados pelas CAPES ou por outras comissões constituídas institucionalmente;

- d) Dialogar com a Comissão Central sobre a política de acesso, permanência e êxito da instituição;
- e) Definir e implementar ações, com o suporte da Comissão Central, para melhorar os indicadores;
- f) Acompanhar e monitorar as atividades desenvolvidas verificando a necessidade de ajustes;
- g) Elaborar e apresentar relatórios sobre as atividades e os principais resultados obtidos a partir da análise dos dados coletados;
- h) Divulgar, no âmbito do campus, as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos;
- i) Dialogar com as demais CAPEs locais e Central sobre as atividades desenvolvidas e seus resultados;
- j) Participar dos encontros das CAPEs locais promovidos pela CAPE Central.

### **7.2.3 Planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações**

Estas etapas são fundamentais para subsidiar as CAPEs locais e a CAPE Central com informações acerca do PEAPEE-IFSC e das ações a este vinculadas, considerando a simultaneidade de atividades e a necessidade de realização do planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação durante o período de vigência deste plano.

A gestão do PEAPEE-IFSC requer que estas etapas estejam alinhadas aos objetivos e metas. Assim, o planejamento, o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação devem ser desenvolvidos em concomitância à execução das ações e também ao término destas.

A etapa de **planejamento** é fundamental para organização dos trabalhos propostos pelos câmpus e Reitoria. Para tanto, propõe-se as seguintes fases:



<b>Planejamento para implementação do PEAPEE-IFSC</b>	
<b>Fase</b>	<b>Responsabilidade</b>
Mobilização para a constituição da CAPE Central e Locais	Coordenador(a) de Suporte Institucional à Permanência e Êxito/DEIA/PROEN
Disponibilização do PEAPEE-IFSC para consulta nos coletivos do IFSC	Coordenador(a) de Suporte Institucional à Permanência e Êxito/DEIA/PROEN
Aprovação da minuta do PEAPEE-IFSC no CEPE, e depois CONSUP (Resolução)	PROEN
Portaria de constituição da CAPE Central e locais	Coordenador(a) de Suporte Institucional à Permanência e Êxito/DEIA/PROEN
Reuniões regionalizadas para divulgação e debate do PEAPEE-IFSC	Coordenador(a) de Suporte Institucional à Permanência e Êxito/DEIA/PROEN
Estudo (diagnóstico) e debate do PEAPEE-IFSC pelos integrantes da CAPES Central e Locais	Coordenador(a) de Suporte Institucional à Permanência e Êxito/DEIA/PROEN
Elaboração e organização da metodologia para constituição dos projetos e ações locais	Coordenador(a) de Suporte Institucional à Permanência e Êxito, CAPES Central e DEIA
Formulação de ações e ou projetos de forma coletiva nos câmpus	CAPES locais e CAPES Central
Organização de cronograma para execução de projetos e ações	CAPES locais e CAPES Central



Organização de cronograma de acompanhamento e monitoramento	CAPEs locais e CAPES Central
Divulgação das ações e ou projetos	CAPEs locais e CAPES Central
Avaliação	CAPEs locais e CAPES Central

Quadro 4 - Fases de planejamento dos trabalhos do PEAPPE-IFSC

O **acompanhamento** está associado com a relação dialógica dos processos inerentes aos projetos e ações em andamento, ou seja, o acompanhamento se dá ao longo do processo, buscando entender suas vicissitudes e idiosincrasias, ponderando e mediando o andamento dos trabalhos.

Com relação ao **monitoramento**, ocupa-se da identificação das potencialidades, dificuldades e possibilidades de ajuste das ações, durante sua execução. Trata-se de um processo contínuo que observa a efetividade das ações ante às metas e aos objetivos estabelecidos.

A **avaliação** volta-se à análise, em profundidade, do resultado das ações finalizadas ou não. Nesta etapa do trabalho, as ações e projetos são submetidos a criteriosos processos de análise sobre os resultados alcançados. Portanto, esta é uma das etapas finais, a qual lança as bases para futuras ações.

Destaca-se que os critérios de análise e as avaliações comporão os relatórios de forma descritiva, quantitativa e qualitativa, de acordo com um modelo que será elaborado e disponibilizado pela CAPE Central.



<b>Acompanhamento, monitoramento e avaliação de ações e/ou projetos do PEAPEE-IFSC</b>				
<b>Fases do processo de implementação</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Metodologia</b>	<b>Responsável</b>	<b>Período</b>
Preliminar	Mediar a implantação da CAPE Local em cada um dos câmpus do IFSC	Reuniões	CAPE Central  CSIPE	Mensais
Preliminar	Elaboração de diagnóstico do IFSC e de cada um dos câmpus	Produção de textos e relatórios  Produção de evidências (fotos, post, material gráfico, dados quant./qual.)	CAPE Central  CAPE Local  CSIPE	Quinzenal até a definição de ações e ou projetos de ação  Depois do PEAPEE-IFSC entrar em vigência, o diagnóstico será anual
Implementação	Mobilizar a comunidade acadêmica nos câmpus e elaborar/definir ações e ou projetos	Reuniões de debate e mobilização	CAPE Central  CAPE Local  CSIPE	Depois que a minuta do PEAPEE-IFSC for aprovada no CONSUP
Implementação	Elaboração de propostas de ações e ou projetos	Estudos  Reuniões  Formação	CAPE Central  CAPE Local  CSIPE	Depois de implementado o PEAPEE-IFSC deverá ser organizada anualmente
Implementação	Elaboração de instrumentos e metodologia para coleta de dados e informações	Estudos  Reuniões  Formação	CAPE Central  CAPE Local  CSIPE	Junho a agosto  Depois de implementado o PEAPEE-IFSC, deverá ser validada anualmente



Acompanhamento	Acompanhamento da implementação das ações e projetos	Reuniões com a comunidade acadêmica (docentes, TAEs, estudantes) - roda de conversa, grupo focal, rodas de cultura  Levantamento de contextos que possam impactar nas atividades planejadas  Organização de relatórios qualitativos	CAPE Central  CAPE Local	Anual
Monitoramento	Monitoramento da implementação das ações e projetos	Reunião com CAPE Local e Central  Levantamento de dados e informações acadêmicas, bem como institucionais  Organização de relatórios quantitativos	CAPE Central  CAPE Local	Semestral
Avaliação	Avaliação de ações e ou projetos	Verificação dos avanços e desafios  Organização de orientações e ajustes	CAPE Central  CAPE Local	Semestral
Sínteses e Relatórios	Elaboração de relatórios	Divulgação dos trabalhos realizados,	CAPE Central	Semestral ou anual



		apontando os avanços e desafios	CAPE Local	
Socialização/divulgação	Encontro das CAPEs para socialização das experiências		CAPE Central CAPE Local CSIPE DEIA	Semestral ou anual

Quadro 5 - Acompanhamento, monitoramento e avaliação de ações e/ou projetos do PEAPEE-IFSC

## **8 PARÂMETROS PARA ORGANIZAÇÃO DE AÇÕES E PROJETOS**

Esta seção do PEAPEE-IFSC tem por objetivo subsidiar a elaboração de ações e/ou projetos, a partir de premissas relacionadas à diversidade dos públicos atendidos pela instituição, suas distintas fases de interação e modalidades de ensino.

### **8.1 Modalidades de Ensino**

Um dos grandes desafios dos institutos federais é a sua diversidade de modalidades das ofertas formativas – questão que impacta diretamente no planejamento, na implementação de ações e projetos relativos a acesso, permanência e êxito. Para além das especificidades de cada território, de cada público, de cada câmpus, as características de cada curso e sua forma de oferta devem ser consideradas na execução do PEAPEE-IFSC. Levando-se em conta que é premente ter cautela com relação às generalizações e padronizações de atividades propostas, este plano vai trabalhar na perspectiva do diagnóstico local e institucional, operando de forma participativa na proposição, acompanhamento e monitoramento dos trabalhos.

### **8.2 Articulação com outros movimentos e documentos institucionais**

Como já mencionado, o PEAPEE-IFSC está intimamente relacionado com outros documentos institucionais, como, por exemplo, o PDI, o RDP e o Documento Orientador da Educação de Jovens e Adultos, e articulado com outros movimentos que resultaram em normativas ou políticas. Neste contexto, cabe destacar que está em curso no IFSC a atualização da Política de Assistência Estudantil, a revisão do Regulamento de Ingresso e a atualização do PDI. Estes movimentos podem ser impactados e impactam o PEAPEE-IFSC. Portanto, é fundamental o trabalho articulado entre os distintos coletivos e fóruns institucionalizados, a fim de fortalecer o trabalho e mitigar desafios próprios da temática da evasão, da retenção e da reprovação escolar.

### **8.3 Públicos e grupos minorizados**

O planejamento de ações e projetos na perspectiva da garantia de acesso, da prevenção à evasão, da permanência e do êxito escolar devem considerar os diferentes públicos atendidos pelo IFSC. Vale lembrar que os trabalhos organizados a partir de uma contextualização de territórios e dos sujeitos reais propicia resultados mais efetivos. Logo, é imprescindível considerar as especificidades, as vulnerabilidades e as demandas de grupos minorizados. Dentre estes grupos, destacam-se:



Figura 7 Grupos minorizados<sup>18</sup>

Entende-se que, para a garantia do aprendizado, é necessário ter em vista os movimentos societários, forjados no âmago do sistema capitalista neoliberal, o qual agudiza as desigualdades sociais. Portanto, estratégias de atendimento diferenciado perpassam desde ações de políticas de acesso, assistência estudantil à organização e desenvolvimento dos processos de ensino-aprendizagem coerentes com a realidade do público atendido em cada oferta de ensino e período de ingresso. No planejamento, é indispensável considerar que esses públicos podem estar atravessados por várias especificidades e diferentes singularidades.

Assim, vislumbra-se a identificação e operacionalização dos fatores intervenientes, difíceis de serem mapeados e compreendidos, em suas inter-relações com o fenômeno da evasão escolar. Estes coletivos devem ser mapeados para ações de acolhimento e atendimentos específicos, para além da participação em cotas no ingresso e no recebimento de auxílios

<sup>18</sup> O grupo LGBTQIAPN+ é formado por pessoas lésbicas, gays, bi, trans, queer/questionando, intersexo, assexuais/arromânticas/agênero, pan/poli, não-binárias e mais.

financeiros da assistência estudantil. Tanto as cotas quanto os auxílios financeiros, por si, não garantem a permanência e o êxito do estudante.

Por se tratar de instituição pública de ensino, voltada à formação profissional técnica e tecnológica, há que se considerar o acesso, a permanência e o êxito dos diferentes públicos atendidos, dentre esses o **trabalhador-estudante**. Em uma sociedade dispar, as condições para acesso à educação por este público diferem daquelas obtidas por estudantes que podem ter dedicação exclusiva aos estudos. O desafio de trabalhar e estudar ao mesmo tempo coloca-se de modo imperioso na vida do trabalhador-estudante. De outro lado, para os servidores que atuam na educação – especialmente os docentes – o reconhecimento do perfil dos estudantes em sala de aula e as principais características das turmas é essencial para o êxito escolar. Nesse sentido, as estratégias para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem devem levar em conta tais informações e buscar ações que propiciem a educação equitativa.

No concernente à **Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica** (EJA-EPT), há igualmente preocupação quanto aos atendimentos e processos de ensino-aprendizagem. Direcionada ao público que não teve acesso e/ou não concluiu a educação básica na idade própria, essa modalidade de ensino prevê a valorização das experiências extraclasse, da história de vida dos estudantes e das relações de trabalho, sociais, culturais, entre outras, como fonte de conhecimento. Logo, trata-se de público prioritário, que, observada sua especificidade e condições para o processo de ensino-aprendizagem, requer atenção diferenciada.

#### **8.4 *Atendimentos e ações que vão do acesso ao egresso: público-alvo, candidato, ingressante, calouro, discente e egresso***

As atividades, ações ou projetos de atendimento aos sujeitos estão associadas às várias etapas e formas de interação com eles.

É importante que cada campus organize ações e ou projetos diferenciados para atender à demanda de cada um de seus cursos e identifique quais ações estão associadas ao PEAPÉE-IFSC.

##### **8.4.1 *Fases de atendimento***

É necessário planejar e organizar atendimentos para os seguintes momentos de relação dos sujeitos com o IFSC:

### **Públicos estratégicos**

Como, quando e quem vai realizar a divulgação do curso, as campanhas de divulgação, ou fazer a busca ativa para o processo seletivo de ingresso?

### **Candidatos**

Como, quando e quem vai realizar o contato com os candidatos inscritos no processo seletivo?

### **Ingressantes**

Como, quando e quem vai realizar o contato com os aprovados no processo seletivo? Quem vai participar, em que período e como da campanha de matrícula no câmpus?

### **Calouros**

Como, quando e quem vai realizar a recepção dos novos estudantes no início das aulas? Destaca-se que esta recepção deve ser planejada e organizada em momentos bem distintos, nas seguintes perspectivas:

- (1) Uma etapa de informações acadêmicas, de realização de estágios, burocráticas e de disponibilidade de auxílios estudantis;
- (2) Uma etapa relacionada à organização didático-metodológica do curso e apoio pedagógico (Ex.: apresentação dos projetos em andamento no curso, atendimento extraclasse, atendimento paralelo, participação no movimento estudantil, orientações sobre estágios obrigatórios e não obrigatórios, possibilidades de intercâmbio nacional e internacional);
- (3) Uma etapa mais interpessoal, na perspectiva de acolhimento do recém-chegado (Ex.: jogos, festas, cine-debate, entrevista de acolhimento).

### **Discente**

Como, quando e quais serão os canais de atendimento deste estudante durante seu percurso acadêmico institucional (e-mail, telefones, salas, sistema)? Qual o protocolo deste atendimento?

### **Egressos**

Como, quando e quais serão os canais de atendimento aos egressos, levando em conta o possível retorno destes sujeitos a outras ofertas de cursos no IFSC?

Quadro 6 - Fases de atendimento ao público-alvo

## **8.5 Atividades junto aos discentes**

O acompanhamento do discente está diretamente relacionado ao planejamento e execução de ações, atividades, projetos e programas destinados à garantia de condições para o desenvolvimento pleno da sua vida acadêmica. Nesta perspectiva, o acompanhamento pode ser realizado de forma articulada por distintos setores nos campus e Reitoria. O acompanhamento deve levar em conta ações destinadas à inclusão, prevenção da evasão escolar e resgate dos evadidos.

O monitoramento de dados, indicadores acadêmicos e situações de risco (toda e qualquer situação que ameace a permanência do discente no curso, e/ou o pleno desenvolvimento de seu potencial acadêmico) devem balizar seu acompanhamento pedagógico, psicossocial e econômico. É muito importante elencar que tipos de acompanhamento serão realizados para além dos dispositivos de acompanhamento pedagógico já organizados institucionalmente, tais como, conselho de classe, atendimento paralelo, ou outros, e quem os fará. Assim, a descrição de acompanhamento dos discentes, que deve ser contemplada na proposta de ações e/ou projetos do campus para o PEAPEE-IFSC, visa apresentar acompanhamentos diferenciados, ou seja, planejados e executados em função das especificidades do curso, dos discentes (como por exemplo o público-alvo EJA, Educação Especial, imigrantes, privados de liberdade), do corpo docente e dos coletivos/setores do campus.

## **8.6 Macroações em andamento no IFSC**

A efetivação do PEAPEE-IFSC deve considerar e trabalhar de forma articulada com outras macroações já em andamento na PROEN – tanto no que concerne às novas estruturas no organograma quanto nos processos em andamento – que são:

- ❑ Implementação da Coordenadoria de Suporte Institucional à Permanência e Êxito (CSEIPE/DEIA/PROEN).
- ❑ Regulamentação e implementação dos Projetos de Ensino (DIREN - Laboratório de Ensino e Aprendizagem)
- ❑ Constituição do Laboratório de Ensino e Aprendizagem (CERFEaD)
- ❑ Organização de formações para as Semanas Pedagógicas dos campus a partir de temas centrais (Departamento de Formação e Práticas Educativas/CERFEaD)
- ❑ Atividades vinculadas à assistência estudantil (DAE)
- ❑ Constituição do Observatório de Permanência e Êxito Escolar (PROEN)
- ❑ Criação e implementação do Fórum de Ingresso (DEING/DAE)

- ❑ Elaboração do Projeto de Acompanhamento da Frequência Escolar do Estudante na Perspectiva da Prevenção e Enfrentamento à Evasão Escolar (DEIA/DIREN/DSI/DIRCON/DAE), disponibilizado no anexo 03.
- ❑ Campanha de regularização dos estudantes a partir de emissão de portarias de cancelamento das matrículas ativas no sistema, mas sem vínculo em nenhuma turma (DEIA/DIREN/Chefe DEPE dos campus).
- ❑ Planos de ação desenvolvidos pela Comissão de Implementação da Política de EJA - CPEJA (DEJAETI/DIREN).
- ❑ Campanha de valorização da inclusão, pela vida e pelo restabelecimento da memória.
- ❑ (Re)Estruturação da Coordenadoria de Inclusão no Mundo do Trabalho na Reitoria - responsável pela coordenação dos estágios e Programa Jovem Aprendiz no IFSC, com o objetivo de apoiar os campus na melhoria dos processos e fluxos de Estágios (Obrigatórios e Não Obrigatórios) e Programa Jovem Aprendiz e também para fortalecer essas políticas como medidas efetivas para promover a permanência e o êxito.
- ❑ Customização do SIGAA/Central de Estágios para facilitar e agilizar a contratação de estagiários junto às empresas. (está em andamento, é importantíssima, mas não está relacionada no documento).
- ❑

## **8.7 Possibilidades de ações em rede nos territórios**

A prevenção à evasão e retenção escolar e a promoção à garantia de acesso, permanência e êxito escolar precisam de ações integradas, de modo organizado. Neste cenário, é premente o conhecimento acerca das políticas públicas e sociais vigentes, de maneira a orientar a comunidade acadêmica sobre os direitos sociais e o sistema de serviços para acesso a eles. Diante disto, é fundamental a identificação dos serviços públicos e o estabelecimento de contatos mais próximos com uma rede de serviços socioassistenciais para a construção de um sistema de referência organizado, a partir do qual os servidores dos campus do IFSC possam encaminhar os estudantes para atendimento.

Atentando-se para o reconhecimento do acesso, da permanência, do êxito e da evasão como resultantes de processos complexos – atravessados por fatores intervenientes – uma parcela expressiva das demandas verificadas serão também alvo de outras políticas públicas. Portanto, o trabalho articulado em rede com os serviços socioassistenciais possibilitará ações mais efetivas nos territórios. Nesta lógica, o estabelecimento de parcerias nas cidades onde estão os campus bem como municípios próximos, oportuniza a realização de outras ações que podem impactar positivamente os resultados deste plano.

## **8.8 Ações em programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão**

As atividades desenvolvidas em programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão contribuem para o ingresso, a permanência, o êxito e a inserção profissional dos(as) estudantes. A partir de ações de extensão promovidas nos cursos de graduação no âmbito da curricularização da extensão, dentre outras iniciativas similares, se tem o desenvolvimento de atividades que promovem o diálogo com a comunidade do entorno e ampliam as possibilidades de ingresso dos públicos-alvo da instituição. Ainda nestes programas e projetos, estudantes do IFSC passam a conhecer melhor a realidade local e regional e desenvolvem um sentido social ao seu fazer acadêmico.

Em termos de atividades e projetos de pesquisa pode se ter diferentes estratégias e resultados esperados, com o desenvolvimento de estudos e pesquisas relacionadas com a temática em tela, ampliando a base de conhecimentos sobre a mesma e permitindo a realização de diagnósticos, estudos de caso e projetos piloto para a busca de soluções para o enfrentamento do problema, além do fomento com bolsas de pesquisa para alunos em vulnerabilidade, por exemplo. Neste caso se tem importante instrumento para a permanência dos estudantes, pois se contribui tanto para a sua manutenção como também para a formação integral dos(as) envolvidos(as), além de impactar significativamente para o senso de pertencimento e integração social no meio acadêmico.

Além disso, a participação de estudantes em atividades no âmbito de projetos de ensino, pesquisa e extensão permite a criação de vínculos com sua atuação profissional no mundo do trabalho, quando por meio de estudos, pesquisas e atividades extensionistas se torna possível romper a distância da teoria com a prática, resultando na percepção direta de como será o dia a dia do profissional da área daquelas atividades desenvolvidas.

## **9 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante de tudo que foi apresentado no presente PEAPEE podemos verificar que o mesmo não pretende constituir-se de um documento isolado dos demais e tão pouco aventou proposições dissociadas do contexto institucional. A atualização e revisão do PEPE/2018 buscou sintetizar, consolidar e socializar pesquisas acadêmicas realizadas por pesquisadores institucionais e nacionais recentes, apresentar a temática articulando conceitos novos a diversidade de oferta e público, bem como a complexidade inerente ao processo de produção e reprodução do fracasso escolar.

No entendimento de que a instituição escolar deixa de cumprir com sua função educativa quando o sujeito é levado a evadir-se circunscreve o desenvolvimento do nosso plano nas dimensões que buscam garantir os direitos ao acesso, da permanência, do êxito escolar, assim como o enfrentamento e prevenção a evasão escolar.

Cabe ressaltar que todo documento institucional é fruto de um determinado momento sócio-histórico, e reflete a complexidade dos temas, das relações interpessoais, e tensionamentos teóricos e políticos. Realizar a síntese da escrita de forma a unificar sua textualidade é difícil e sempre passível de opiniões/críticas e ajustes. Assim, não é tarefa simples levar a cabo uma síntese que possa contemplar a totalidade, pois a síntese aqui busca representar o todo. Temos ciência que o documento foi o possível de ser elaborado dentro das condições apresentadas, e que o tema é de responsabilidade perene dentro da instituição. Neste sentido o trabalho do GT e a consulta pública foram desafios democráticos, pois ao mesmo tempo que busca a participação de determinados coletivos, também tem um compromisso com a coerência teórico/prático/político, viabilidade, e consistência do documento em revisão e atualização (no caso do GT) e análise (no caso da Consulta Pública). Há várias formas de consulta pública, e várias formas de participação, mas destacamos que uma consulta pública é sobretudo um instrumento utilizado para colher contribuições que deve considerar que o GT com portaria se debruçou anteriormente detidamente sobre o tema. A consulta pública também promove a transparência do processo de debate e construção do documento, e consagra-o como um momento formativo para os envolvidos.

E, com relação aos momentos formativos, é necessário fazer o registro de que as mais de quarenta (40) formações do CICLO DE FORMAÇÃO CONTINUADA<sup>19</sup> ocorridas de fevereiro de 2022 até a presente data, as seis (6) *lives* OLHARES SOBRE A EVASÃO ESCOLAR (2021), o VII Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar e o V Workshop de Educação Profissional e Evasão Escolar (9 e 10 de novembro de 2022), as reuniões com servidores da PROEN e com as Comissões Locais impactaram positivamente no PEAPEE, no tocante a formulação de mais engajamento, novos entendimentos conceituais, e mais visibilidade ao contexto para proposições e desenvolvimento de ações atreladas a temática da evasão escolar. Neste sentido, em uma perspectiva dialética, o plano impacta e é impactado por este movimento formativo.

A Comissão Central e as Comissões Locais recebem a incumbência de análises qualitativas e quantitativas para propor e efetivar ações e projetos, posto que o PEAPEE indica os marcos que circunscrevem o tema. Margeando os campos binários (fatores internos e fatores externos), um tanto excludentes e por vezes tendenciosas de análise do contexto da evasão escolar, o plano busca a partir dos fatores intervenientes lançar um olhar mais crítico e criterioso de análise e proposições.

E, finalmente, e não menos digno de registro, cabe também auferir a este documento a importância de convocar a todas e todos para esta demanda social, a fim de garantir o direito a educação de todo cidadão. A evasão escolar alinhasse a outras formas de exclusão e de “marginalização” (termo utilizado por Dermeval Saviani) dos sujeitos na sociedade capitalista, assim sendo a compreensão de que esta exclusão é uma “produção” (termo usado por Maria

---

<sup>19</sup> Disponível em : <https://www.ifsc.edu.br/en/cerfead>. Acessadas em 24 de abril de 2024.

Helena Patto) social, ou mesmo uma “peste social” (termo recorrido por Anny Cordié), sinaliza sua complexidade, nos provoca e invoca nossa capacidade de entendimento e ação.

## 10 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. **Ensino médio**: múltiplas vozes. Brasília: MEC. 2003. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000130235>. Acesso em: 24 mar. 2023.

ALMEIDA, Marcilene. D. B. de. **Permanência e êxito no ensino médio integrado do IFG Uruaçu**: orientações para qualificação e acompanhamento de estudantes. 2019. 225 f.. Dissertação (Mestrado em Ensino na Educação Básica) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Brasil. 2019. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/9380>. Acesso em: 20 mai. 2022.

ARAÚJO, Adilson C.; SILVA, Cláudio N. N. da (org.). **Ensino Médio Integrado**: fundamentos, práticas e desafios. Brasília: Ed. IFB, 2017. E-book. Disponível em: [https://www.anped.org.br/sites/default/files/images/livro\\_completo\\_ensino\\_medio\\_integrado\\_-\\_13\\_10\\_2017.pdf](https://www.anped.org.br/sites/default/files/images/livro_completo_ensino_medio_integrado_-_13_10_2017.pdf). Acesso em: 25 mai. 2022.

BATISTA, S. D.; SOUZA, A. M.; OLIVEIRA, J. M. da S. A EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO: UM ESTUDO DE CASO. **Revista Profissão Docente**, [S. l.], v. 9, n. 19, p. 70–94, 2011. DOI: 10.31496/rpd.v9i19.229. Disponível em: <https://revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/229>. Acesso em: 20 mai. 2022.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A Reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. (2a ed.), Rio de Janeiro: Vozes. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Documento Orientador para a superação da evasão e retenção na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica**. 2014

BRASIL. Ministério da Educação. **Plataforma Nilo Peçanha**: guia de referência metodológica/Gustavo Henrique Moraes [et.al]. Brasília/DF: Editora Evobiz, 2020. E-book. Disponível em: <http://dadosabertos.mec.gov.br/images/pdf/grm-2020-isbn-revisado.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2022.

BRUNO, E.; ABREU, L. O coordenador pedagógico e a questão do fracasso escolar. In: ALMEIDA, L.; PLACCO, V. (orgs). **O coordenador pedagógico e questões da contemporaneidade**. São Paulo: Loyola, 2006.

CARVALHAES, Flávio; RIBEIRO, Carlos. Estratificação horizontal da educação superior no Brasil — desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional. **Tempo Social**, v. 31, n. 1, 2019, pp. 195-233.

CASTELO BRANCO, U. V.; NAKAMURA, P. H.; JEZINE, E. Permanência na educação superior no Brasil: construção de uma escala de medida. **Revista de la Asociación de Sociología de la Educación (RASE)**, v. 10, n. 2, 2017, pp. 209-29.

COSTA, Andréa; PICANÇO, Felícia. Para além do acesso e da inclusão: impactos da raça sobre a evasão e a conclusão no Ensino Superior. **Novos estudos CEBRAP** [online]. 2020, v. 39, n. 2, pp. 281-306, 2020.

DORE, R.; LÜSCHER, A. Z. Política educacional no Brasil: educação técnica e abandono escolar. **RBPG**, Brasília, supl. 1, v. 8, p. 147-176, dez. 2011a.

DORE, R.; LÜSCHER, A. Z. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**, v. 41, n. 144, p. 772-789, set./dez. 2011b.

GUIMARÃES, Sandra L. **A entrevista de acolhimento e o contrato de trabalho pedagógico como uma possibilidade frente à evasão escolar em um curso superior de tecnologia**. 2012. 142 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

JANNUZZI, P. M. **Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro: FGV, v. 36, n. 1, p. 51-72, jan./fev. 2002.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. 4. ed. Campinas: Editora Alínea, 2009.

LAHIRE, B. Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável. São Paulo: Ática, 1997.

MACHADO, Sílvio Nei da S.; FRITSCH, Rosangela; PASINATO, Darciel. **Abandono escolar no contexto da pandemia**. Revista Labor, [S.L.], v. 2, n. 26, p. 220-241, 31 dez. 2021. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/72016/218084>. Acesso em: 14 jun. 2022. <http://dx.doi.org/10.29148/labor.v2i26.72016>.

MENDES, Maíra Tavares. Mapeando a produção sobre permanência estudantil. **Revista de Estudos Universitários - Reu**, [S.L.], v. 46, n. 2, p. 385-407, 17 dez. 2020. Pós-Graduação em Comunicação e Cultura – PPGCC. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/reu/article/view/4040>. Acesso em: 11 abr. 2020. <http://dx.doi.org/10.22484/2177-5788.2020v46n2p385-407>.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Construção de Indicadores Qualitativos para Avaliação de Mudanças. **Revista Brasileira de Educação Médica**.33 (1 Supl. 1): 83-91; 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/36mvLQPqTjRTp8kLXbs3b5Q/?format=pdf>. Acesso em: 14 de mar. 2023.

MORAES, Gustavo Henrique et al. **Plataforma Nilo Peçanha: guia de referência metodológica**. Brasília/DF: Editora Evobiz, 2018. E-book.

MORAES, Patrícia M. **A permanência dos estudantes nos Institutos Federais de Educação: um estudo sobre as condições de vida e as condições institucionais**. 2021. 325 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

PELLISSARI, Lucas B. **O fetiche da tecnologia e o abandono escolar na visão de jovens que procuram a Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. 2012. 225 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

RUMBERGER, R. W. Why Students Drop Out of School and What Can be Done.2001. University of California, Santa Barbara, **Paper prepared for the Conference, “Dropouts in America: How Severe is the Problem? What Do We Know about Intervention and Prevention?”** Harvard University, January 13, 2001. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbnmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://escholarship.org/content/qt58p2c3wp/qt58p2c3wp.pdf>

SANTOS, Dyane B. R. **Para além das cotas**: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa. 2009. 214 f. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado em Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/11778/1/Tese%20%20Dyane%20Santos.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2021.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1984.

SILVA, Maria das Graças M. da; VELOSO, Tereza Christina M. A. Acesso à educação superior: significados e tendências em curso. **Série-Estudos** - Periódico Do Programa De Pós-Graduação Em Educação Da UCDB, nº 30, jul./dez.2010.

SCUCUGLIA, Rafael. **A importância dos indicadores para a medição de resultados**. 2014. Disponível em: [https://adm.fnq.org.br/artigo\\_rafael.pdf](https://adm.fnq.org.br/artigo_rafael.pdf). Acesso em: 05 jul. 2022.

SILVA, M. das G. M. da.; VELOSO, T. C. M. A. Acesso à educação superior: significados e tendências em curso. **Série-Estudos** - Periódico Do Programa De Pós-Graduação Em Educação Da UCDB, (30).2013. Disponível em: <https://serieucdb.emnuvens.com.br/serie-estudos/article/view/156>. Acesso em: 15 mai. 2022.

VITELLI, R. F.; FRITSCH, R. Evasão Escolar na Educação Superior: de que indicador estamos falando? **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 27, n. 66, p. 908–937, 2016. Disponível em <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/4009>. Acesso em: 22 jun. 2022.

VITELLI, R. F.; FRITSCH, R., CORSETTI, B., Indicadores educacionais na avaliação da educação básica e possíveis impactos em escolas de Ensino Médio no município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, **Revista Brasileira de Educação** v. 23 e230065, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/9CQfNj8PkWymXDwDtk9kJKd/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 01 dez./2022.

ZANIN, Alexandra Joelma dal P. C. **Abandono e permanência escolar na educação profissional e tecnológica**: olhares de trabalhadores da educação do instituto federal de Santa Catarina. 2019. 279 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2019. Disponível em: [http://repositorio.utfpr.edu.br:8080/jspui/bitstream/1/4665/1/CT\\_PPGTE\\_D\\_Zanin%2C\\_Alexandra\\_Joelma\\_Dal\\_Pizzol\\_Coelho\\_2019.pdf](http://repositorio.utfpr.edu.br:8080/jspui/bitstream/1/4665/1/CT_PPGTE_D_Zanin%2C_Alexandra_Joelma_Dal_Pizzol_Coelho_2019.pdf). Acesso em: 26 out. 2020.

## – APÊNDICE A - CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DO PEAPEE-IFSC

<b>Ação -2023/2024</b>	<b>Data início</b>	<b>Data Fim</b>	<b>Responsável</b>	<b>Local</b>
Mobilização reunião DEPE	22/03/2023	—	Sandra	Reitoria
Revisão PROEN da minuta	24/03/2023	03/04/2023	Sandra e Amanda	Reitoria
Reunião com PROEN (apresentação e discussão)	30/03/2023	—	Sandra e Amanda	Reitoria
Análise DEIA	10/04/2023	04/05/2023	Sandra, Amanda	Reitoria
Revisão textual e diagramação	24/04/2023	17/05/2023	Margarete	Reitoria
Consulta pública da minuta PEAPEE-IFSC - câmpus - Formulário link: <a href="https://forms.gle/1Gaw8RmCjBguVc8DA">https://forms.gle/1Gaw8RmCjBguVc8DA</a> ,	18/05/2023	30/07/2023	Amanda	Campus
Lançamento da minuta PEAPEE-IFSC Reitoria	18/05/2023	-	Sandra, Amanda e Adriano	Reitoria
Mobilização nos Campus do IFSC	22/05/2023	14/06/2023	Amanda	Campus
Revisão pós-consulta à comunidade acadêmica	01/08/2023	30/08/2023	Amanda e Sandra	Reitoria
Composição das CAPEs locais e da CAPE Central - Encontro presencial	10/08/2023	30/09/2023	Sandra e Amanda	Reitoria
Primeiro encontro das CAPEs Locais	26/10/2023	27/10/2023	Amanda, Sandra e Adriano	Reitoria
Revisão dos indicadores e das fórmulas	10/09/2023	22/12/2023	Equipe Deia, Silvio	Reitoria
Mobilização de definição da CAPEs Central	Março/2024	Abril/2024	Sandra e Adriano	Reitoria
Reunião das CAPEs Locais	26/03/2023	-	Sandra, Amanda e Adriano	On-line



Apreciação da minuta no CEPE	Abril/2024	-	Adriano	Reitoria
Apreciação da minuta no CONSUP e Publicação da Resolução	Maior/2024	-	Adriano	Reitoria
Encontro CAPEs Central e Locais	29/10/2024	30/10/2024	Adriano	Reitoria



## – APÊNDICE B - FICHA TÉCNICA DOS INDICADORES PEAPEE-IFSC

### 1. Indicadores Institucionais

1 - Relação da equipe pedagógica e assistência ao discente por matrícula - REM	
<b>Descrição:</b> verifica a relação entre a quantidade de estudantes matriculados no câmpus por servidor técnico lotado nas coordenadorias pedagógicas e de acompanhamento ao discente.	
<b>Meta:</b> definir	<b>Polaridade:</b> Quanto maior melhor
<b>Agregação Máxima:</b> IFSC	<b>Agregação Mínima:</b> Campus
<b>Modelo Matemático:</b> $REM = MEP$	
<b>Variáveis:</b> EP = Equipe pedagógica e assistência ao discente M = Número total de matrículas	
<b>Fonte de dados:</b> DW SIAPE - SIGAA	

2 - Relação de Inscritos por Vagas - RIV	
<b>Descrição:</b> Este indicador mede a relação entre a quantidade de candidatos inscritos e a quantidade de vagas disponibilizadas.	
<b>Meta:</b> definir	<b>Polaridade:</b> Quanto maior melhor
<b>Agregação Máxima:</b> IFSC	<b>Agregação Mínima:</b> Curso
<b>Modelo Matemático:</b> $RIV = IV * 100$	
<b>Variáveis:</b> I= Quantidade de alunos inscritos V=Quantidades de vagas	
<b>Fonte de dados:</b> Banco ingresso - vestibular unificado (UFSC) - SISU	



3 - Relação de inscritos e matriculados:	
<b>Descrição:</b> analisa a quantidade de estudantes inscritos nos processos seletivos em relação ao número de matrículas efetivadas	
<b>Meta:</b> Definir	<b>Polaridade:</b> Quanto maior melhor
<b>Agregação Máxima:</b> IFSC	<b>Agregação Mínima:</b> Curso
<b>Modelo Matemático:</b> $RIM = IM$	
<b>Variáveis:</b> I= Quantidade de alunos inscritos M=Quantidades de vagas	
<b>Fonte de dados:</b> Banco ingresso - vestibular unificado (UFSC) - SISU	

## 2. Indicadores Acadêmicos

4 -Índice de Eficiência Acadêmica (IEA/PNP):	
<b>Descrição:</b> mede o percentual de estudantes que concluíram o curso com êxito dentro do período previsto, acrescido de um percentual (projeção) dos estudantes retidos no ano de referência que poderão concluir o curso;	
<b>Meta:</b> O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFSC prevê metas para este indicador. Para o ano de 2024 a meta é 70%.	<b>Polaridade:</b> Quanto maior melhor.
<b>Agregação Máxima:</b> Rede Federal	<b>Agregação Mínima:</b> Curso
<b>Modelo Matemático:</b> $IEA = CCiclo + RCiclo \times CCicloCCiclo + EvCiclo \times 100$	
<b>Variáveis:</b> CCiclo = Quantidade de estudantes que concluíram o ciclo com êxito RCiclo = Quantidade de estudantes retidos que poderão concluir o curso EvCiclo = Quantidade de estudantes evadidos o ciclo	
<b>Fonte de dados:</b> Plataforma Nilo Peçanha	

5 - Taxa de Evasão anual (EV):	
<b>Descrição:</b> mede o percentual de matrículas que perderam o vínculo com a instituição no ano de referência sem a conclusão do curso em relação ao total de matrículas. Para este cálculo é empregado o conceito de matrícula e não de matrícula equivalente.	
<b>Meta:</b> Para o ano de 2024 ter o máximo de 30% de evasão.	<b>Polaridade:</b> Quanto menor melhor.



5 - Taxa de Evasão anual (EV):	
<b>Agregação Máxima:</b> IFSC	<b>Agregação Mínima:</b> Curso
<b>Modelo Matemático:</b> $EV = EvaMa \times 100$	
<b>Variáveis:</b> <b>Eva</b> = Estudantes evadidos no ano <b>Ma</b> = Estudantes matriculados no ano	
<b>Fonte de dados:</b> Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (Sigaa)	

6 - Taxa de Evasão (TEv):	
<b>Descrição:</b> expressa o percentual de estudantes que perderam o vínculo com a instituição em determinado semestre letivo, com exceção dos formados.	
<b>Meta:</b> Para o ano de 2024 ter o máximo de 30% de evasão.	<b>Polaridade:</b> Quanto menor melhor.
<b>Agregação Máxima:</b> IFSC	<b>Agregação Mínima:</b> Curso
<b>Modelo Matemático:</b> $TEv = EvM \times 100$	
<b>Variáveis:</b> <b>Eva</b> = Estudantes evadidos no semestre letivo <b>Ma</b> = Estudantes matriculados semestre letivo	
<b>Fonte de dados:</b> Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (Sigaa)	

7 - Evasão Ciclo (EvCiclo/PNP):	
<b>Descrição:</b> mede o percentual de evadidos em um Ciclo de Matrícula, sendo que, para este cálculo, é empregado o conceito de matrícula e não de matrícula equivalente;	
<b>Meta:</b> Para o ano de 2024 ter o máximo de 30% de evasão.	<b>Polaridade:</b> Quanto menor melhor.
<b>Agregação Máxima:</b> Rede Federal	<b>Agregação Mínima:</b> Curso
<b>Modelo Matemático:</b> $EvCiclo = EvCicloMCiclo \times 100$	
<b>Variáveis:</b> <b>EvCiclo</b> = Quantidade de estudantes evadidos o ciclo <b>MCiclo</b> = Quantidade de matrículas efetuadas no início do ciclo de matrícula.	



### 7 - Evasão Ciclo (EvCiclo/PNP):

**Fonte de dados:** Plataforma Nilo Peçanha

### 8 - Taxa de Reprovação (TRe):

**Descrição:** Expressa o percentual de estudantes que reprovaram em, pelo menos, três componentes curriculares em determinado semestre letivo.

**Meta:** A definir

**Polaridade:** Quanto menor melhor.

**Agregação Máxima:** IFSC

**Agregação Mínima:** Curso

**Modelo Matemático:**

$$TRe = ReM \times 100$$

**Variáveis:**

Re = Quantidade de estudantes que reprovaram em mais de três componentes curriculares no semestre letivo

M = Quantidade de estudantes matriculados no semestre letivo

**Fonte de dados:** Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (Sigaa)

### 9 - Taxa de reprovação por infrequência por modalidade de ensino: TRIME

**Descrição:** Afere o percentual de estudantes reprovados por excesso de ausências (mais do que 25%) em sala de aula por modalidade de ensino.

**Meta:** A definir

**Polaridade:** Quanto menor melhor

**Agregação Máxima:** IFSC

**Agregação Mínima:** Campus

**Modelo Matemático:**  $TRIME = Rep\ Tot \times 100$

**Variáveis:**

Total de Estudantes na Modalidade de Ensino (Tot)

Número de Estudantes Reprovados por Ausência (Rep)

**Fonte de dados:** Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (Sigaa)



<b>10 - Retenção Ciclo - RCiclo:</b>	
<b>Descrição:</b> mede o percentual de retidos em um Ciclo de Matrícula, sendo que para este cálculo é empregado o conceito de matrícula e não de matrícula equivalente.	
<b>Meta:</b> a definir	<b>Polaridade:</b> Quanto menor melhor
<b>Agregação Máxima:</b> IFSC	<b>Agregação Mínima:</b> Ciclo
<b>Modelo Matemático:</b> $RCiclo = RetTor \times 100$	
<b>Variáveis:</b> Número total de estudantes que foram retidos ou repetiram o ciclo (Ret)  Total de Estudantes Matriculados no Início do Ciclo (Tot)	
<b>Fonte de dados:</b> Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (Sigaa)	

<b>11 - Taxa de tempo para integralização por curso: TTIC</b>	
<b>Descrição:</b> percentual entre o tempo mínimo indicado no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) e tempo efetivo destinado pelo estudante para a integralização do curso.	
<b>Meta:</b> a definir	<b>Polaridade:</b> Quanto menor melhor
<b>Agregação Máxima:</b> IFSC	<b>Agregação Mínima:</b> Curso
<b>Modelo Matemático:</b> $TTIC = TRealTmin \times 100$	
<b>Variáveis:</b> Tempo real que o estudante dedicou para completar o curso (TReal). Tempo mínimo estimado no Projeto Pedagógico de Curso para a integralização do curso (TMin).	
<b>Fonte de dados:</b> Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (Sigaa)	

<b>12 - Taxa de Estudantes Ativos e Não Matriculados em Turmas (TANM):</b>	
<b>Descrição:</b> representa o percentual de estudantes que aparecem com o status CURSANDO no SIGAA, mas não possuem matrícula em nenhuma turma. Com exceção do período de transição entre semestres letivos, quando ocorre a efetivação das matrículas, esta taxa se relaciona com o risco de evasão.	
<b>Meta:</b> 0% - Todos os discentes com status CURSANDO devem estar matriculados em alguma turma.	<b>Polaridade:</b> Quanto menor melhor
<b>Agregação Máxima:</b> IFSC	<b>Agregação Mínima:</b> Curso



### 12 - Taxa de Estudantes Ativos e Não Matriculados em Turmas (TANM):

**Modelo Matemático:**  $TANM = NMatTot \times 100$

**Variáveis:**

Total de estudantes que têm o status CURSANDO no Sigaa, mas não possuem matrícula em nenhuma turma (NMat).

Total de estudantes que têm o status CURSANDO no sistema acadêmico (Tot).

**Fonte de dados:** Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (Sigaa)

## 3. Indicadores Sociais

### 13 - Taxa de Distorção idade-ano (técnicos integrados) e gênero (TDIS)

**Descrição:** Este indicador representa a Diferença média da idade do estudante em relação à idade esperada para o ano em que estão matriculados, considerando o gênero.

**Meta:** definir

**Polaridade:** quanto menor melhor

**Agregação Máxima:** IFSC

**Agregação Mínima:** curso

**Modelo Matemático:**

$$TDIS = IM - II \text{ ou } TDIS = QAIQTM$$

**Variáveis:**

**IM** = Idade média dos estudantes

**II** = Idade ideal do estudante

**QAI** = Quantidade de aluno Idade acima da média

**QTM** = Quantidade total de matrículas no curso técnico integrado

**Fonte de dados:** SIGAA

### 14 - Taxa de ocupação das vagas reservadas às cotas (geral e específica) OVRC:

**Descrição:** Este indicador representa o percentual de vagas reservadas às cotas ocupadas em relação ao número de vagas ofertadas nessa modalidade, considerando as diferentes categorias.

**Meta:** definir

**Polaridade:** quanto maior melhor

**Agregação Máxima:** IFSC

**Agregação Mínima:** Curso

**Modelo Matemático:**

$$OVRC = QVCQTV \times 100$$

**Variáveis:**

**QVC**=Quantidade de candidatos para vagas de cotas



**14 - Taxa de ocupação das vagas reservadas às cotas (geral e específica) OVRC:**

**QTVC** = Quantidade total de vagas de cotas

**Fonte de dados:** Banco Ingresso

**15 - Matrículas concluídas no prazo de integralização do curso que receberam bolsa (MCIB)**

**Descrição:** Este indicador representa o percentual de estudantes que concluíram o curso no prazo previsto para a integralização e que receberam bolsa de pesquisa e/ou extensão durante o período.

**Meta:** definir

**Polaridade:** quanto maior melhor

**Agregação Máxima:** IFSC

**Agregação Mínima:** Cursos

**Modelo Matemático:**

$$\text{MCIB} = \text{MCIBMTB} * 100$$

**Variáveis:**

**MCIB** = Matrículas concluídas no prazo de integralização do curso que receberam bolsa

**MTB** = Matrículas totais do curso que receberam bolsa

**Fonte de dados:** SIGAA

**16 - Matrículas concluídas no prazo de integralização do curso que receberam auxílio da assistência estudantil (MCIAE)**

**Descrição:** este indicador representa o percentual de estudantes que concluíram o curso no prazo previsto para a integralização e que receberam auxílio da assistência estudantil durante o período.

**Meta:** definir

**Polaridade:** quanto maior melhor

**Agregação Máxima:** IFSC

**Agregação Mínima:** Cursos

**Modelo Matemático:**

$$\text{MCIAE} = \text{MCIAMTAE} * 100$$

**Variáveis:**

**MCIA**= Matrículas concluídas no prazo de integralização do curso que receberam auxílio da assistência estudantil

**MTAE**=Matrículas totais do curso que receberam auxílio da assistência estudantil

**Fonte de dados:** SIGAA/PAEVS



17 - Taxa de ocupação de vaga por gênero (TVG)	
<b>Descrição:</b> este indicador avalia o percentual de ocupação de vaga considerando o gênero indicado pelo estudante.	
<b>Meta:</b> definir	<b>Polaridade:</b> definir
<b>Agregação Máxima:</b> IFSC	<b>Agregação Mínima:</b> curso
<b>Modelo Matemático:</b> $TVG=OGiV*100$	
<b>Variáveis:</b> OGi = ocupação por genero i V= total de vagas	
<b>Fonte de dados:</b> Banco ingresso	

18 - Taxa de estudantes matriculados com uso do nome social (TNS)	
<b>Descrição:</b> este indicador mede o percentual de estudantes que indicaram o uso de nome social no SIGAA.	
<b>Meta:</b> definir	<b>Polaridade:</b> quanto maior melhor
<b>Agregação Máxima:</b> IFSC	<b>Agregação Mínima:</b> curso
<b>Modelo Matemático:</b> $TNS=QNSM*100$	
<b>Variáveis:</b> QNS=quantidade de aluno que indicam nome social M= total de alunos matriculados	
<b>Fonte de dados:</b> SIGAA	

19 - Renda média familiar dos estudantes ingressantes (RMF)	
<b>Descrição:</b> Este indicador expressa a renda média familiar dos estudantes ingressantes nas diferentes modalidades de ensino no IFSC.	
<b>Meta:</b> definir	<b>Polaridade:</b> definir
<b>Agregação Máxima:</b> IFSC	<b>Agregação Mínima:</b> cursos
<b>Modelo Matemático:</b> $RMFi=1MRFM$	



### 19 - Renda média familiar dos estudantes ingressantes (RMF)

**Variáveis:**

**RF**= renda familiar do estudante

**M**= Total de matrículas

**Fonte de dados:** base ingresso

### 20 - Escolaridade dos pais ou responsáveis (EPR)

**Descrição:** este indicador mede a média do nível de escolaridade dos pais ou responsáveis pelos estudantes com matrícula ativa e status cursando no SIGAA.

**Meta:** definir

**Polaridade:** definir

**Agregação Máxima:** IFSC

**Agregação Mínima:** curso

**Modelo Matemático:**

$$EPR=PG*5+S*4+M*3+F*2+A*1PG+S+M+F+A$$

**Variáveis:**

**PG**= quantidade pós-graduado

**S**= quantidade superior

**M**= quantidade médio

**F**= quantidade fundamental

**A**= quantidade analfabeto

**Fonte de dados:** base ingresso

### 21 - Configuração familiar (QMF)

**Descrição:** este indicador expressa a quantidade média da configuração familiar dos estudantes com matrícula ativa e status cursando no SIGAA, considerando os diferentes tipos (nuclear, extensa e monoparental)..

**Meta:** definir

**Polaridade:** definir

**Agregação Máxima:** IFSC

**Agregação Mínima:** Curso

**Modelo Matemático:**

$$QMF=i=1MPM$$

**Variáveis:**

**P**= número de pessoas morando em uma mesma casa do aluno matriculado

**M**= alunos matriculados

**Fonte de dados:** base ingresso



<b>22 - Matrículas concluídas no prazo de integralização do curso e que realizaram estágio (obrigatório e/ou não obrigatório) (MCPE)</b>	
<b>Descrição:</b> este indicador representa o percentual de estudantes que concluíram o curso no prazo previsto para a integralização e que fizeram estágio (obrigatório e/ou não obrigatório) durante o período.	
<b>Meta:</b> definir	<b>Polaridade:</b> quanto maior melhor
<b>Agregação Máxima:</b> IFSC	<b>Agregação Mínima:</b> curso
<b>Modelo Matemático:</b> $MCPE = CPEM * 100$	
<b>Variáveis:</b> CPE = quantidade de matrículas concluídas no prazo de integralização do curso e que realizaram estágio M=quantidade total de matrículas	
<b>Fonte de dados:</b> SIGAA	

## – ANEXO 1 - PROJETO DE ACOMPANHAMENTO DA FREQUÊNCIA ESCOLAR

### PROJETO DE ACOMPANHAMENTO DA FREQUÊNCIA ESCOLAR DO ESTUDANTE NA PERSPECTIVA DA PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À EVASÃO ESCOLAR

#### 1. Instauração da demanda

Na reunião presencial dos Diretores de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPE), nos dias 29 e 30 de julho de 2022, na Reitoria em Florianópolis, a questão do acompanhamento de frequência no SIGAA foi ponto de pauta. Após apresentação da equipe da Diretoria de Estatística e Informações Acadêmicas (DEIA) ocorreu intenso debate, depoimentos e manifestações de vários presentes com relação a importância de viabilizar esta atividade. Neste contexto, foi indicado a necessidade de elaboração de ações/projetos que pudessem mobilizar os docentes com relação à pertinência do tema. Assim, levando em conta este indicativo, a equipe DEIA, em articulação com os demais setores da PROEN formulou a proposta que segue.

#### 2. Descrição do problema

O acompanhamento e registro da frequência escolar do estudante é uma atividade cotidiana na instituição de ensino, sendo parte integrante do contrato pedagógico, dentre outras tantas atribuições do exercício da docência. Contrato pedagógico aqui entendido como o conjunto de regras estabelecidas pela instituição de ensino, bem como pelo sistema de ensino, com o objetivo de mediar as relações pedagógicas e acadêmicas para uma determinada oferta de curso. O acompanhamento e registro da frequência escolar do estudante é regulamentada em legislação, contudo também é impactada por princípios didáticos e metodológicos e em certa medida por questões culturais institucionais.

Com relação a este tema observam-se professoras e professores que fazem a chamada nominal dos estudantes no início de todas as aulas, aproveitando para associar cada nome a um rosto e a uma voz. Outros preferem uma chamada nominal diária, mais rápida e objetiva. Mas, há professores que não fazem a chamada por acreditarem que é uma ação burocrática, ou antiquada, ou mesmo uma perda de

tempo, levando em conta o conteúdo a ser abordado ao longo do curso. Outros docentes optam por colher assinaturas em listas de frequência que são posteriormente transferidas para o diário de classe semanalmente ou mensalmente. Existem ainda alguns docentes que defendem que ao fazer a chamada nominal em sala, cada vez que um estudante enuncia a palavra “presente”, ou “aqui”, eles (os estudantes) estão reafirmando um acordo de trabalho. Ou seja, para estes docentes, ao ser nomeado, o sujeito (o estudante) responde de forma afirmativa não apenas sua presença em sala, mas também sua disposição para estar ali, para aprender<sup>20</sup>.

No contexto tão diverso do IFSC, no tocante ao acompanhamento da frequência, possivelmente outras articulações ocorrem em sala de aula e têm uma justificativa. Contudo, é necessário destacar as dimensões que o acompanhamento da frequência apresenta:

- A primeira diz respeito à necessidade do registro de frequência na perspectiva da prevenção à evasão escolar. Pois, quanto antes o discente faltante é identificado, mais cedo a instituição poderá organizar ações que favoreçam sua permanência no curso. Ação que impacta também no início do curso, quando há a possibilidade de chamada de candidatos classificados no processo seletivo, evitando desta forma vagas ociosas.
- A segunda dimensão relaciona-se com a questão da organização metodológica do registro de frequência, uma vez que a frequência compõe, juntamente com a nota, critério para aprovação ou reprovação.
- Como terceira dimensão destacamos que existe também a ordem legal que subjaz ao acompanhamento de frequência, posto que o Regulamento Didático-Pedagógico do IFSC (RDP) trata do registro de frequência no seu Artigo 40º, entre outros, apontando a responsabilidade dos sujeitos (docente; coordenador de curso/pedagógico; e discente/responsáveis) no registro e acompanhamento; o diário de classe como documento de registro; bem como o comparecimento de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária estabelecida no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) para o componente curricular. O referido artigo em seu § 1º determina que o diário de classe deve ser preenchido pelo professor **a cada aula, no sistema**

---

<sup>20</sup> Depoimentos de docentes do IFSC, registrados em reuniões de gestão, conselhos de classe e outras interações institucionais.

**acadêmico.** Assim, o IFSC segue a base legal em cumprimento ao Artigo 24º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996). Com relação aos estudantes menores de 18 anos, o registro de frequência tem implicações legais mais amplas, uma vez que envolve não apenas a instituição de ensino, mas também a família do estudante.

- Como quarta dimensão cabe lembrar que o acompanhamento de frequência impacta na fidedignidade dos dados que são informados nos censos que a instituição responde. Estes censos trabalham com indicadores importantes para o desenvolvimento de políticas públicas educacionais e aportes de recursos financeiros.
- A quinta dimensão diz respeito a falta de registro diário da frequência dos estudantes no sistema acadêmico a qual têm impacto em várias das atividades dos registradores acadêmicos (RA), como no caso da declaração que deve ser feita no Censo da Educação Básica com relação ao estudante que estava matriculado e frequentando a aula na data de referência; a emissão de documentos/declarações; a conferência da situação do estudante para responder demandas dos coordenadores de curso e outros setores, dentre outras atividades.
- Como sexta dimensão está a implicação para continuidade do recebimento de auxílios de assistência estudantil, cuja uma das principais condicionalidades é a frequência nas unidades curriculares. Os auxílios podem ser cancelados, a depender do registro da frequência, que por sua vez têm impactos diretos na permanência ou evasão do estudante.
- Uma sétima dimensão é a segurança do professor/professora quando o estudante, porventura, se envolve em atos ilícitos e/ou violentos ou ainda acidentes, seja como promotor do ato seja como vítima. O controle de frequência é uma prova de que o estudante estava ou não em sala de aula, quando estas situações geram processos investigativos, o registro indevido gera falso testemunho por parte do professor/professora.

Apontamentos feitos, cabe destacar que, por força de lei, o estudante tem o direito de ter sua frequência registrada com regularidade, e a instituição de ensino, na figura do docente, tem a responsabilidade de seu registro.

Ao longo dos anos, temos acompanhado a dificuldade de vários coordenadores de curso e das coordenadorias pedagógicas em acompanhar a frequência dos estudantes em virtude da falta de um efetivo registro da presença diária ou o acompanhamento da ausência do estudante em sala de aula na referida unidade curricular cursada. Em alguns casos, ações paralelas de verificação da frequência foram implementadas em alguns cursos e câmpus, como no caso da passagem em sala para conferência do número de estudantes, o que resultou, na maioria das vezes, em acúmulo de trabalho e transferência de responsabilidade para outros setores e servidores.

### 3. Bases Legais

O Diário de Classe do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) é um dos instrumentos utilizados para o registro do processo de ensino-aprendizagem ocorrido em cada componente curricular, para o registro de frequência dos estudantes (vide artigo 24, inciso VI da LDB 9394/96), das notas atribuídas nas diferentes avaliações e do conteúdo programado/desenvolvido durante o ano letivo. Por meio dele, é documentada a trajetória do trabalho cotidiano do docente e dos estudantes, sendo fundamental para que o trabalho executado tenha legalidade e, portanto, gere direitos. O Diário de Classe reflete o trabalho do docente e, por consequência, da instituição de ensino, e como documento oficial deve ter características de fidelidade, fidedignidade e clareza de dados preservados.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), ou Lei nº 9.394/1996, detalha responsabilidades, e aponta encaminhamento, conforme exposto no seu Art. 12, incisos VII e VIII que:

Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: [...] informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica [e] notificar ao Conselho Tutelar do Município a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de 30% (trinta por cento) do percentual permitido em lei [...] (Redação dada pela Lei nº 13.803, de 2019).

E, em seu Art. 24, inciso VI, salienta que:

A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: [...] o controle de frequência fica a cargo da escola, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação.

O registro diário e adequado da frequência escolar remete-se ao direito à educação das crianças e dos adolescentes, haja visto o estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, LEI 8.069 de 13 de julho de 1990). Além da possibilidade de violação de direitos, a evasão de estudantes menores de 18 anos tem implicações legais mais amplas e envolve o trabalho em parceria com a família, o conselho tutelar, e em situações extremas, o Ministério Público.

O Decreto nº 6.425, de 04/04/2008, da Presidência da República, estabelece que as instituições devem prestar informações para o censo da educação básica e o censo da educação superior para fins de elaboração de indicadores educacionais, como também atender ao previsto na LDB.

A Portaria nº 264, de 26/03/2007, do Ministério da Educação, institui o Dia Nacional do Censo Escolar da Educação Básica e “determina a última quarta-feira do mês de maio, de cada ano, como data de referência para as instituições informarem os dados educacionais ao Censo Escolar” (BRASIL, 2007).

Na Portaria nº 316, de 04/04/2007, do Ministério da Educação, no Art. 6º define que, para o censo, “serão considerados os estudantes matriculados e com frequência regular à escola no Dia Nacional do Censo Escolar da Educação Básica” (BRASIL, 2007). Às instituições de Educação Profissional e Tecnológica, ofertantes de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional articulados à educação básica, impõe-se a obrigatoriedade em responder anualmente o Censo Escolar da Educação Básica pela Portaria nº 197, de 07/03/ 2014, também do Ministério da Educação.

O Regulamento Didático-Pedagógico do IFSC (RDP), no Artigo 17º define, orienta as informações que devem estar contidas, as responsabilidades, e as articulações pertinentes ao diário de classe com a Coordenação de Curso, como segue:

Art. 17. O diário de classe é um instrumento de registro das atividades de ensino e conterá: o número de aulas previstas, o número de aulas ministradas, o registro da frequência do aluno, o registro das avaliações, os recursos didáticos utilizados e os conteúdos desenvolvidos a cada encontro.  
§ 1º O diário de classe deverá ser preenchido pelo professor a cada aula, no sistema acadêmico, ficando à disposição da Coordenadoria de Curso para consulta.  
§ 2º Ao final do período letivo o professor deverá registrar no diário de classe as eventuais alterações deliberadas no conselho de classe.

Institucionalmente, com relação ao acompanhamento da frequência do estudante, em seu Regulamento Didático-Pedagógico (RDP), o IFSC estabelece em seu Art. 30, inciso 1º, que:

Compete à Coordenadoria de Curso ou Área em parceria com a Coordenadoria Pedagógica, acompanhar a frequência e informar à Direção-Geral do câmpus as matrículas que devem ser canceladas.

E, no que tange às responsabilidades do acompanhamento ou controle de frequência, o Artigo 40 determina o seguinte:

Art. 40. O controle da frequência às aulas será de responsabilidade do professor de cada componente curricular, devendo ser efetuado no sistema acadêmico sob a supervisão da Coordenadoria de Curso.

§ 1º Será obrigatória a frequência às atividades correspondentes a cada componente curricular, ficando nela reprovado o aluno que não comparecer, no mínimo, a 75% (setenta e cinco por cento) dessas atividades.

§ 2º Cabe ao aluno acompanhar a sua frequência às aulas.

§ 3º Cabe ao conselho de classe a deliberação sobre excesso de faltas, considerando os motivos devidamente documentados.

§ 4º A frequência do aluno no componente curricular será computada a partir da data de sua matrícula.

#### 4. As implicações da falta de registro ou o registro inadequado da frequência do estudante

A ausência de registro diário da frequência dos estudantes por parte do docente traz diversas implicações negativas para a instituição de ensino e para os estudantes, tendo em vista que é o documento legal que documenta a vida acadêmica do estudante. Bem como, compõe o acervo de dados e informações do estudante, da turma, do curso e da instituição, e pode ser consultado e estudado.

A falta de registro diário da frequência dos estudantes no sistema acadêmico têm impacto em várias das atividades, tais como:

- possibilidade de ocupação total das vagas, em função de novas chamadas para os estudantes ingressantes
- comprovação de que o estudante mantém vínculo com a instituição de ensino;
- preenchimento dos censos;
- declaração no Censo da Educação Básica se o estudante estava matriculado e frequentando na data de referência (última quarta-feira de maio de cada ano);
- organização dos exames nacionais;
- planificação da distribuição de recursos;
- organização orçamentária relativa à data base de recursos;
- planejamento institucional;

- comprovação de que o estudante estava ausente ou presente em um dia específico (em casos de acidentes, crimes, multas, questões empregatícias etc.);
- ações de prevenção à evasão escolar;
- informação às coordenações de curso superior sobre os estudantes concluintes habilitados a serem inscritos no Enade (com impacto na colação de grau);
- emissão de documentos/declarações, inclusive aqueles que o próprio estudante emite no SIGAA para apresentar como vinculado e com matrícula regular na instituição;
- conferência da situação do estudante para responder às demandas dos coordenadores de curso e outros setores;
- viabilidade de estudos, pesquisas científicas e modelos de previsão da evasão com base na frequência;
- Impactos na manutenção dos auxílios financeiros da assistência estudantil

#### 5. Acompanhamento de frequência e os censos:

Com relação aos censos como determinação legal há a responsabilidade de garantir a fidedignidade ao processo censitário, logo os dados declarados pelas instituições devem ter como base os registros administrativos e acadêmicos preenchidos e atualizados (pasta do estudante, comprovante de matrícula, diário de classe eletrônico, mapa de frequência, histórico escolar, sistemas acadêmicos de acompanhamento, regimento escolar, projeto político-pedagógico, documentos de modulação de professores e de enturmação, dentre outros).

Neste contexto a Plataforma Nilo Peçanha (PNP) instituída pela Portaria nº 1, de 03/01/2018, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC), é a pesquisa estatística e censitária oficial para gerar indicadores, monitorar e avaliar a educação profissional e tecnológica. A PNP é carregada com os dados do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec), após o dia 25 de janeiro do ano seguinte ao ano de referência do censo, a partir dessa extração, a plataforma aplica regras de consistência e coerência aos dados e os registradores acadêmicos, recenseador institucional e Reitor precisam validar as situações ou justificar.

O acompanhamento da frequência também impacta na declaração fidedigna do Censo da Educação Superior quanto à situação de vínculo do estudante no ano de referência do censo no sistema Censup do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Em sua etapa de verificação de inconsistência, o sistema Censup compara os dados informados com os das demais instituições brasileiras de ensino superior e retorna relatório de inconsistências indicando casos de duplo vínculo em instituições públicas, ilegalidade caracterizada pela Lei no 12.089, de 11/11/2009 (Que proíbe que uma mesma pessoa ocupe 2 (duas) vagas simultaneamente em instituições públicas de ensino superior).

O censo não tem caráter fiscalizatório neste sentido, no entanto, à medida que a instituição mantém os registros acadêmicos dos estudantes atualizados é possível comprovar o vínculo regular do estudante com a instituição para contrapor a inconsistências ou até evitá-la.

Para além da responsabilidade legal na declaração do Censo da Educação Básica, a fidedignidade dos dados informados implicará na distribuição dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), pois o resultado do censo serve como base para o cálculo dos coeficientes. Do Fundeb, o IFSC recebe recurso para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no valor de R\$ 1,07 por estudante informado que estejam em tempo integral (com mínimo de 35 horas semanais ou 7 diários), de R\$ 0,53 para os que recebam Atendimento Educacional Especializado e de R\$ 0,32 para aqueles vinculados aos cursos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

A PNP impacta no orçamento do IFSC, além de tratar os indicadores de gestão para as instituições da educação profissional e tecnológica, serve de base para os cálculos de distribuição orçamentária entre as instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede Federal). Anualmente, no período de coleta e validação, a plataforma aplica regras de consistência e coerência aos dados carregados do Sistec, naqueles que indicar inconsistência a instituição deve corrigir ou justificar. Dentre as regras, destacam-se



a de Evasão 0%, quando um ciclo de matrícula não possui estudantes evadidos<sup>21</sup> e a de Retenção Crítica, aplicada quando identifica estudantes retidos há mais de um ano da data do fim previsto do ciclo. Nesse sentido, é fundamental o registro acadêmico da frequência estarem atualizados e coerentes com a realidade para declarar os estudantes com vínculo ativo na instituição para recebimento do recurso proporcional ao quantitativo real de estudantes até mesmo para dimensionar a despesa orçamentária das retenções, considerando que os estudantes nesta situação não contam para o orçamento a ser recebido.

## 6. Objetivos:

### 6.1 Objetivo geral:

Aprimorar o acompanhamento diário da frequência estudantil nos cursos do IFSC

### 6.2 Objetivos específicos:

- Estabelecer fluxo de orientações sobre registro de frequência no Diário de Classe para os campus;
- Implementar, em conjunto com os campus, o fluxo de controle do registro de frequência dos estudantes;
- Mobilizar a gestão dos campus a respeito das implicações legais, administrativas e pedagógicas relativas ao acompanhamento da frequência estudantil.
- Orientar a comunidade acadêmica com relação à questão legal e pedagógica do acompanhamento da frequência.
- Monitorar o registro de frequência.
- Definir, a partir de normativo da PROEN, as implicações legais para a ausência do registro da frequência dos estudantes.

---

<sup>21</sup> A PNP considera como evadido estudantes com *status* igual a Abandono; Cancelado; Desligado; Reprovado; Transferência interna e Transferência externa.

## 7. Público-alvo

O projeto destina-se aos gestores dos campus do IFSC, visando especialmente, aos docentes, coordenadores de curso, coordenadorias pedagógicas, Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPE), e registros acadêmicos.

## 8. Metodologia:

### a) Local de realização do projeto de acompanhamento da frequência:

Este projeto será desenvolvido pelas diretorias da Pró-Reitoria de Ensino, em articulação com demais setores da Reitoria e gestores e comunidade acadêmica dos campus do IFSC, e deverá ser implementado por todos os docentes do IFSC.

### b) Período de execução:

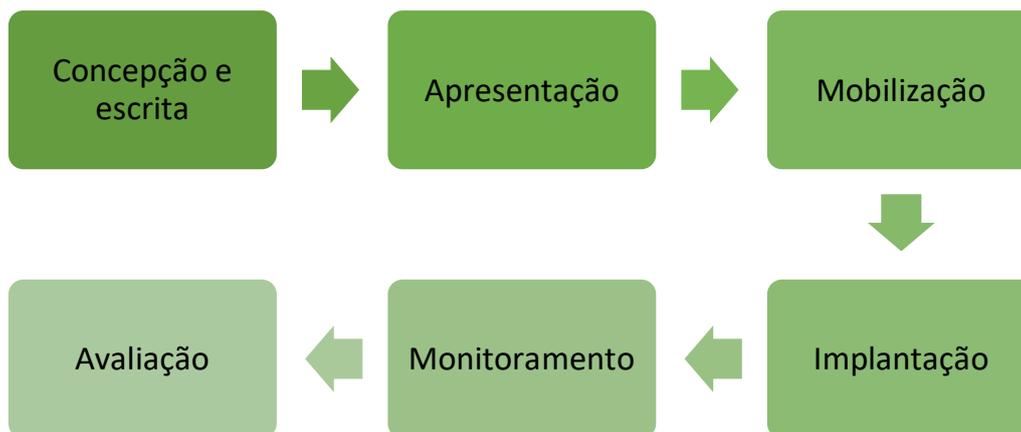
A execução do projeto de acompanhamento da frequência será de abril/2023 até julho/25.

### c) Setor de referência do projeto:

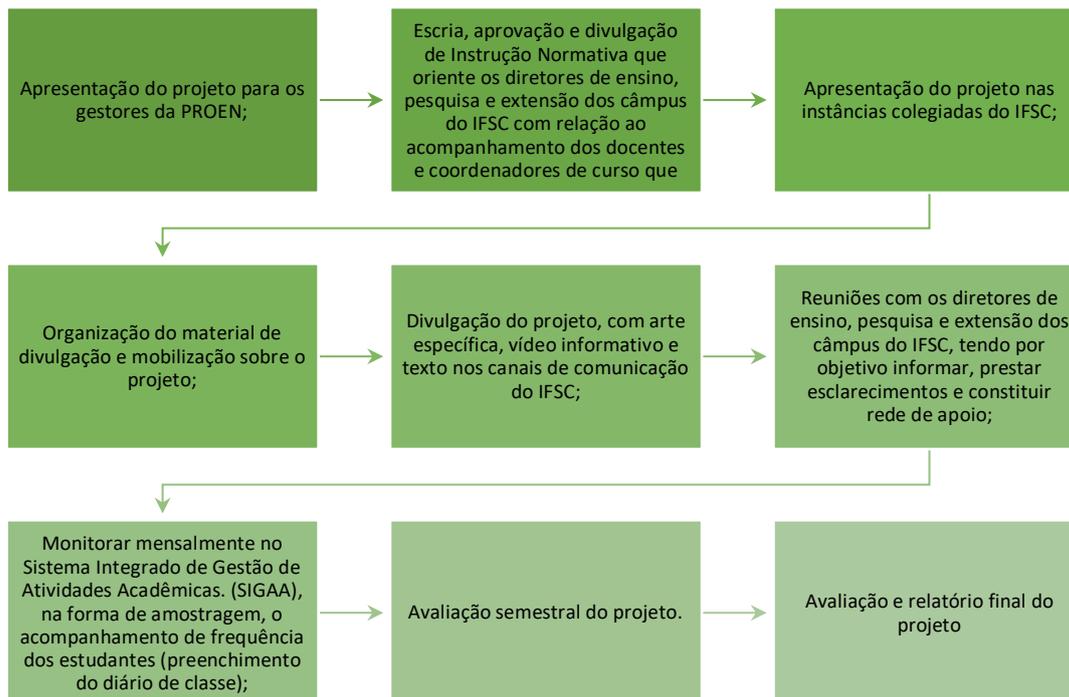
A Diretoria de Estatística e Informações Acadêmicas, da Pró-Reitoria de Ensino, será o setor de referência na Reitoria para implementar, acompanhar e avaliar o projeto.

### d) Etapas do projeto:

Serão planejadas e implementadas as seguintes etapas:



e) Ações que serão desenvolvidas:



f) Materiais e recursos necessários para realizar as ações:

Este projeto não necessitará de recursos financeiros, utilizará a estrutura de recursos humanos da Reitoria e dos câmpus, e o acesso aos dados será pelo SIGAA.

g) Coordenação:

- Pró-Reitor de Ensino

h) Responsabilidades e funções de cada diretoria da PROEN na execução do projeto:

- DIREN:
- DEIA: Acompanhamento de registro utilizando os relatórios do SIGAA
- DAE:
- Cerfead
- 

9. Funcionalidades do SIGAA para o acompanhamento da frequência:

*O que já temos:*

Verificamos que o SIGAA apresenta duas funcionalidades que podem auxiliar o Coordenador de Curso com relação ao registro de frequência:

- Relatórios DAE > Alunos > Listagem> Relatório Mapa de conceito – turma consolidada (frequência registrada)
- Relatórios DAE > Alunos > Ativos e Matriculados> Frequência e Notas – (busca as faltas registradas- não verifica se o docente registrou a frequência corretamente).

O que necessita ser implementado:

A necessidade de um relatório gerado no SIGAA, para que o coordenador de curso possa acompanhar o lançamento da frequência/ausência nas turmas, sendo que este relatório deve ficar disponível no Portal do Coordenador de Curso. Nesse relatório deverá constar as aulas ministradas, sendo em uma coluna as com o registro (presença ou falta) e outra coluna com as sem registro. No diário de classe de cada turma virtual aparecem as aulas ministradas e os registros. Quando não tem registro da chamada aparece como Não Informado.

Destacamos que o mapa de conceitos até aparece no Portal do Coordenador de Curso, mas ele não serve para saber se o professor está ou não registrando a frequência, ele traz somente o que está registrado para turmas já consolidadas.

#### 10. Resultados esperados:

- Todos os docentes realizem o registro diário da frequência dos estudantes, com registro no sistema;
- Aumento da ocupação de vagas em função da chamada de classificados no processo de ingresso em lista de espera no tempo adequado;
- Aumento da fidedignidade e consistência dos dados cadastrados no sistema;
- Aumento de ações efetivas, e em tempo hábil, que garantam a permanência e êxito dos estudantes
- Regularizar a garantia do direito do estudante em comprovar sua presença e frequência nas aulas.
- Mitigar índices institucionais de evasão escolar
- Realização de estudos, pesquisas científicas e modelos de previsão da evasão baseados na frequência.
- Possibilitar a melhoria no processo de acompanhamento dos discentes.



frequência dos estudantes (preenchimento do diário de classe)						
Avaliação semestral do projeto	jul.	nov.	jul.	nov.	jul.	nov.
Avaliação e relatório final do projeto						nov.

### 11. Avaliação do projeto

A avaliação do projeto será realizada semestralmente, gerando relatórios, assim como será feita avaliação e um relatório final. A avaliação levará em conta os seguintes indicadores:

- a) Número de docentes realizando o registro de forma adequada no sistema por câmpus
- b) Número de ações para resgate de estudantes em situação de risco de evasão (por falta) em cada câmpus.
- c) Número de ações por cotas.
- d) Tipos de ações para resgate de estudantes em situação de risco de evasão (por falta) em cada câmpus.
- e) Tipos de ações específicas por cotas.
- f) Número de estudantes em situação de risco de evasão escolar (por faltas) por câmpus, considerando as cotas.

A partir da comparação dos resultados registrados e monitorados será realizada a avaliação do projeto, escrita do relatório final e divulgação dos resultados para a comunidade acadêmica. Possibilitando inclusive estudos mais aprofundados pelas diferentes áreas.

### 12. Referências:

BRASIL. MEC. Portaria nº 264, de 26/03/2027. Disponível em:

[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/educacenso/legislacao\\_documentos/2011/portaria\\_n264\\_dia\\_nacional\\_censo\\_2007.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/educacenso/legislacao_documentos/2011/portaria_n264_dia_nacional_censo_2007.pdf). Acesso em: 24 nov. 2022.

BRASIL. MEC. Portaria nº 316, de 04/04/2007. Disponível em:

[https://download.inep.gov.br/download/censo/2007/legislacao/Portaria316-4\\_abril\\_2007.pdf](https://download.inep.gov.br/download/censo/2007/legislacao/Portaria316-4_abril_2007.pdf). Acesso em: 24 nov. 2022.

BRASIL. MEC. Portaria nº 197, de 07/03/ 2014. Disponível em:

[https://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/censo\\_escolar/legislacao/2015/portaria\\_n\\_197\\_07032014.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/legislacao/2015/portaria_n_197_07032014.pdf). Acesso em: 24 nov. 2022.

BRASIL. Decreto nº 6.425, de 04/04/2008. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/decreto/d6425.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6425.htm). Acesso em: 24 nov. 2022.

BRASIL. Lei no 12.089, de 11/11/2009. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l12089.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12089.htm). Acesso em: 24 nov. 2022.



**Você já respondeu a chamada hoje?**  
**Para o IFSC, é importante! Queremos saber se você está aí.**

O registro diário da frequência dos estudantes está previsto no Regulamento Didático-Pedagógico (RDP) do IFSC e impacta em ações como o recebimento de auxílios da assistência estudantil.



**Você já fez e registrou a chamada hoje?**



O registro diário da frequência dos estudantes está previsto no Regulamento Didático-Pedagógico (RDP) do IFSC e impacta em diversas ações, como:

- Acompanhamento da evasão;
- Levantamento de dados institucionais;
- Comprovação, para fins legais, da presença ou ausência de alunos;
- Recebimento de auxílios por parte dos estudantes;
- Orçamento institucional.



## – ANEXO 2 - RELATÓRIO DE ARTICULAÇÃO DA COORDENADORIA DE SUPORTE INSTITUCIONAL A PERMANÊNCIA E ÊXITO JUNTO AOS CAMPUS DO IFSC

A Coordenadoria de suporte Institucional à Permanência e Êxito (CSIPE), vinculada à Diretoria de Estatística e Informações Acadêmicas (DEIA), surge na atual gestão da reitoria do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) (2021-2024) com o intento de sistematizar as ações de acesso, permanência e êxito, dar mais atenção as questões que permeiam tal temática e ser referência para o trabalho de articulação junto aos campi do IFSC.

Desde o dia 08 de setembro de 2022 a coordenação da CSIPE está sob responsabilidade da servidora Amanda Fabres Oliveira Radunz. Neste período de 10 meses, foram realizadas e encaminhadas algumas atividades, dentre as quais destaca-se o VII Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar e o V Workshop de Educação Profissional e Evasão Escolar e a finalização dos trabalhos do Grupo de Trabalho (GT) para revisão e atualização do Plano Estratégico de Permanência e Êxito do IFSC. O GT supracitado foi responsável pela elaboração do *Plano estratégico de acesso, permanência e êxito dos estudantes do IFSC: Prevenção e enfrentamento à evasão escolar* (PEAPEE), documento que está em processo de consulta pública à comunidade acadêmica do IFSC (período de 19 de maio a 31 de julho de 2023). A atualização do PEAPEE é fundamental, pois trata-se de documento norteador teórico, metodológico e político-operacional. Encerrada a consulta pública, o PEAPEE será reanalisado e submetido à aprovação do Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) e do Conselho Superior (CONSUP).

Dado tal importância, para que haja maior engajamento da comunidade acadêmica na consulta pública e no planejamento estratégico sobre evasão escolar, acesso, permanência e êxito, durante os meses de maio e junho foram realizadas reuniões – presenciais e on-line – nos 22 campus do IFSC. Percorreu-se mais de 2.670 Km, realizando-se 19 reuniões presenciais nos campi: São Lourenço do Oeste; São Carlos; Chapecó; Caçador; Canoinhas; Joinville; Itajaí; Jaraguá do Sul – centro; Jaraguá do Sul – RAU; Gaspar; Florianópolis; Palhoça; Criciúma; Tubarão; Araranguá; Garopaba; Florianópolis – Continente; Xanxerê; e, São Miguel do Oeste. Os campi Urupema, Lages

e São José optaram pela modalidade à distância, sendo desenvolvidas reuniões via Google Meeting. O método para realização das reuniões foi expositivo-dialogado, no qual a participação dos presentes foi essencial para conhecer a realidade de cada campus, elucidar possíveis dúvidas quanto o PEAPEE, discutir sobre os referenciais teórico e metodológico sobre evasão escolar, acesso, permanência e êxito e as próximas ações da CSIPE. Os resultados obtidos a partir de dados quantitativos da Plataforma Nilo Peçanha (PNP) e das discussões suscitadas nestes encontros são apresentados na sequência.

Os encontros iniciaram com um convite a reflexão sobre quem é o público atendido no campus, quais são as características deste público e, qual(is) a(s) principal(is) vulnerabilidade(s). Esta proposição inicial, invariavelmente, causou estranhamento entre os participantes. Embora pareça conhecimento consolidado, reconhecer e entender o público com o qual trabalha-se não é tarefa simples. Assim, observou-se que, majoritariamente, o público atendido nos campi do IFSC é formado por trabalhadores-estudantes. Dentre as vulnerabilidades foram indicadas:



# VULNERABILIDADES

## 1 TRANSPORTE

15 campus citaram transporte como uma dificuldade e demanda premente para permanência e êxito



## 2 SOCIOECONÔMICO

As dificuldades socioeconômicas foram o segundo fator mais destacado



## 3 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

A insegurança alimentar e nutricional foi mencionado e associada a tímida oferta de alimentação escolar.



## 4 FORMAÇÃO BÁSICA PRECARIZADA

A formação básica dos estudantes para acompanhar os conteúdos e processos de ensino-aprendizagem figuraram entre as principais vulnerabilidades



## 5 CONCILIAR TRABALHO E ESTUDO

A alta demanda de estudos e a dificuldade em conciliar com trabalho

As vulnerabilidades acima descritas não foram as únicas mencionadas durante os encontros, porém estão sublinhadas neste relatório dado a importância e quantidade de vezes que foram indicadas.

O local onde os campi estão edificados é, invariavelmente, distante do centro da cidade. A precariedade do transporte coletivo, como por exemplo, a frequência dos horários e o percurso, além dos valores da tarifa de transporte, são problemas presentes em muitos municípios. Neste aspecto, destaca-se o município de Joinville, que não oferta aos estudantes tarifa reduzida para o transporte coletivo.

Ademais, foi aludido que o transporte público, mantido pelas prefeituras dos municípios vizinhos aos campi do IFSC, está vinculado ao calendário acadêmico de outras instituições de ensino superior – em geral comunitárias. Com isto, não raras vezes há dificuldade em coincidir o calendário acadêmico do IFSC com o calendário dessas instituições. Nesse sentido, foi manifestada em alguns campus a necessidade de, no início do ano letivo, conversar com os secretários de transporte municipal para que os estudantes do IFSC possam também fazer uso deste serviço. Sobre esta conversa, houve solicitação do apoio da reitoria, especialmente na região do campus Canoinhas.

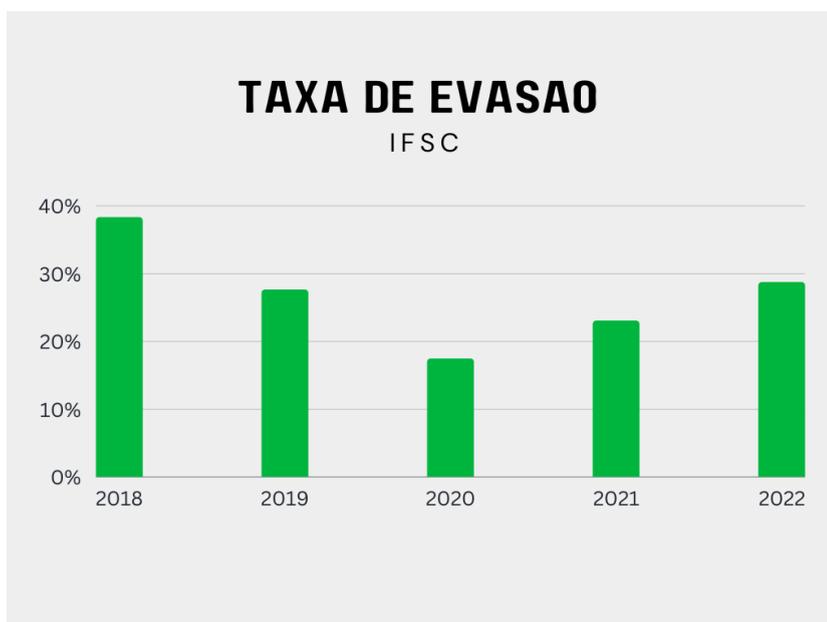
No tocante as vulnerabilidades socioeconômicas, foram mencionadas as condições de renda e acesso aos auxílios estudantis do IFSC. A Assistência Estudantil no IFSC envolve a análise técnica especializada sobre a realidade socioeconômica dos estudantes, a qual é - desde o advento da pandemia de COVID-19 - verificada a partir do Cadastro Único (CadÚnico). A adoção da análise com base nas informações do CadÚnico deu-se em decorrência da necessidade de simplificar o processo de envio de documentação e promover o acesso a outras políticas sociais. No entanto, os participantes na reunião no campus de Joinville registraram a dificuldade para os estudantes acessarem o cadastro, haja vista que os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) - daquele município - limitam o acesso a famílias com renda per-capita de até 0,5 salários-mínimos. Esta orientação vai de encontro a legislação atual, porém é decisão dos gestores da política de assistência social municipal. Isto limita o acesso dos estudantes do IFSC campus Joinville que possuem renda maior que 0,5 e até 2 salários-mínimos per-capita à assistência estudantil. A Diretoria de Assuntos Estudantis (DAE) já fora acionada para tratar sobre o caso e está em contato com a rede

municipal e estadual, em busca alternativas. Contudo, a situação causa apreensão entre os servidores do campus, que se veem sem ter como auxiliar os estudantes.

Quanto a formação básica dos estudantes, diversas vezes foi inferida a dificuldade para compreender e aprender alguns conteúdos, sendo a isto atribuídas lacunas na formação básica. Este fato é mencionado tanto para os cursos a nível de Ensino Médio como os de Graduação.

Ainda entre os temas mais citados, e de maior relevância para o debate coletivo, figurou a dificuldade para atender as demandas de trabalho e estudo em concomitância. Considerando-se que o perfil do público atendido nos campi é eminentemente composto por trabalhadores-estudantes, esta demanda é muito presente no cotidiano da comunidade acadêmica. Associado ao cansaço e as condições materiais para a manutenção familiar, a necessidade de cumprir a jornada de trabalho e de estudos exige que na relação docente-discentes algumas iniciativas sejam tomadas para evitar o esvaziamento das turmas e, conseqüentemente, a evasão escolar.

A taxa de evasão do IFSC foi pauta nos encontros, pois expõe a necessidade de elaboração de um diagnóstico institucional e de novas ações de prevenção e enfrentamento da evasão escolar. Para tanto, durante as reuniões foi verbalizado o convite para a composição de uma comissão, a qual fará a análise de dados quantitativos (disponíveis em bases de dados e sistemas institucionais) e estudo sobre evasão escolar, acesso, permanência e êxito. Assim, para fomentar o debate, foram apresentados os seguintes dados:



Quando analisados os dados da Taxa de Evasão escolar no IFSC (geral), houve um aumento percentual de 5,67% entre os anos de 2021 e 2022. O movimento ascendente nos últimos três anos expõe a necessidade de realizar um estudo diagnóstico, pois não necessariamente reflete fielmente a realidade institucional. A fragilidade dos dados, per se, localiza-se de antemão na subnotificação dos processos de retenção, reprovação e evasão escolar ocorridos durante os anos de 2020 e 2021. Neste período o mundo enfrentava a pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2 e, no IFSC, a orientação a todos os campi, para todas as modalidades de curso, era a manutenção das matrículas dos estudantes (reprovados, retidos e/ou evadidos) na condição de “não-concluinte”. Assim, o gráfico apresenta uma queda no indicador de Taxa de Evasão durante os anos de pandemia, a qual seguramente está correlacionada a condição de “não-concluinte” de muitos estudantes. A taxa de evasão de cada campus foi igualmente debatida nos encontros, apresentando-se os seguintes gráficos:

**Taxa de evasão - Araranguá**



**Taxa de Evasão - Caçador**



Fonte: PNP

**Taxa de Evasão - Canoinhas**



Fonte: PNP

**Taxa de evasão - Chapecó**



**Taxa de evasão - Criciúma**

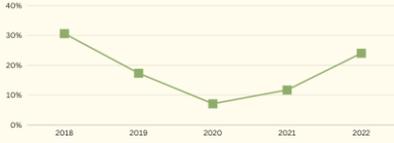


**Taxa de evasão - Florianópolis C.**

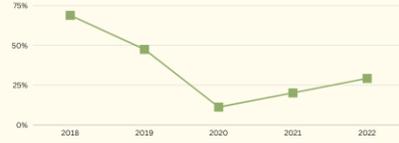




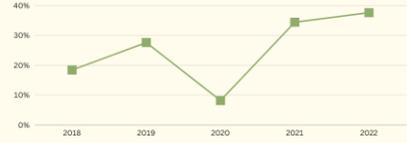
**Taxa de evasão - Florianópolis**



**Taxa de evasão - Garopaba**



**Taxa de evasão - Gaspar**



**Taxa de evasão - Itajaí**



**Taxa de evasão - Jaraguá do Sul centro**



**Taxa de evasão - Jaraguá do Sul RAU**



**Taxa de evasão - Joinville**



**Taxa de evasão - Lages**



**Taxa de evasão - Palhoça**



**Taxa de evasão - São Carlos**



**Taxa de evasão - São José**



**Taxa de evasão - São Lourenço do Oeste**



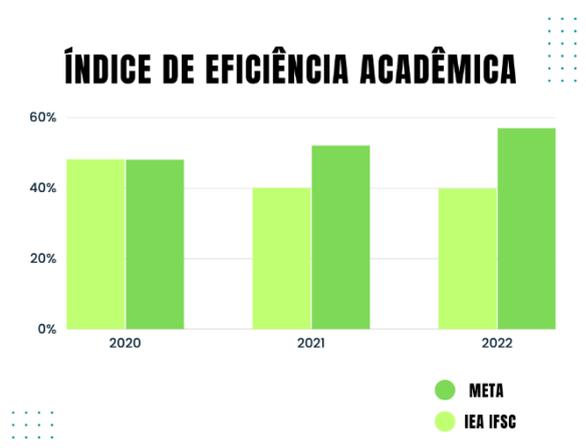


A subnotificação da Taxa de evasão pode ser verificada em todos os campi. Observa-se que, no ano de 2022, a Taxa de Evasão foi maior que 35% em seis campi do IFSC, sendo estes: campus avançado de São Lourenço do Oeste, Tubarão, Gaspar, Urupema, São José e Lages. Dentre estes, apenas os campi Gaspar e São José possuem Ensino Médio Integrado ao técnico.

Por outro lado, o campus Araranguá destaca-se como o que possui a menor Taxa de Evasão no IFSC, apenas 7,96% no ano de 2022. Pondera-se que este campus possui oferta de alimentação escolar, para além do fornecimento de lanches (frutas e panificados). Através de uma reestruturação física e orçamentária, o campus consegue oferecer aos estudantes do ensino básico uma refeição (almoço/jantar). Por se tratar de uma situação *sui generis*, quando comparado a oferta de serviços no demais campi do IFSC, uma primeira hipótese indica a importância da segurança alimentar e nutricional para a permanência e êxito dos estudantes. Esta situação fora mapeada, a partir desta articulação com os campi e será estudada. Caso comprovada tal hipótese, reside aqui um importante fator para prevenção e enfrentamento da evasão escolar.

Além deste indicador, também foi apresentado e discutido nos encontros o Índice de Eficiência Acadêmica. O Índice de Eficiência Acadêmica é também um indicador acadêmico da PNP, o qual leva em consideração a relação entre os estudantes que ingressam em um curso; a quantidade dentre estes que concluem o curso no ciclo mais 1 ano; a quantidade de estudantes que evadiram; e, a quantidade de estudantes retidos, mas que ainda poderão concluir o curso. Este indicador terá participação na composição

orçamentária institucional e pode auxiliar a compreender sobre os processos de retenção e reprovação dos estudantes matriculados nos cursos do IFSC. Afere-se que este índice está abaixo da meta estabelecida no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o que postula revisão.



Este ponto gerou muito debate entre os participantes nos encontros, uma vez que, situações de retenção não recebem a mesma atenção quando comparadas à evasão escolar. Dos 22 campi do IFSC, apenas o campus Xanxerê atingiu 57,4%, ultrapassando a meta estabelecida no PDI para o Índice de Eficiência Acadêmica (57%) no ano de 2022. Por outro lado, aponta-se os campi Garopaba e Jaraguá do Sul – RAU com os menores índices, respectivamente 27,9% e 16,3%.

No PEAPEE que está em consulta pública, retenção e reprovação são processos que requerem atenção, uma vez que tais processos podem colaborar para a evasão escolar. Ressalta-se que no PEAPEE que não foram adotados os conceitos de fracasso escolar, abandono escolar, entre outros. Diferentemente do documento de 2018, o PEAPEE propõe que o trabalho considere os Fatores Intervenientes e não a relação entre causa e efeito. Assim, são múltiplos fatores que podem contribuir para o fenômeno da evasão escolar, entre eles a retenção e reprovação.

Neste sentido, nota-se que os dados quantitativos – especialmente os indicadores supramencionados – auxiliam a identificar alguns cenários que caracterizam o IFSC. Todavia, a demanda por estudos mais aprofundados e, que considerem dados também dados qualitativos, urge. Acerca deste ponto, foi encaminhada a necessidade de organização de uma comissão específica para elaboração de estudos diagnósticos. Esta demanda foi apresentada à gestão da reitoria e aos coletivos nos campi, sendo o próximo

passo a formação deste grupo e a realização de reuniões para organização da agenda.

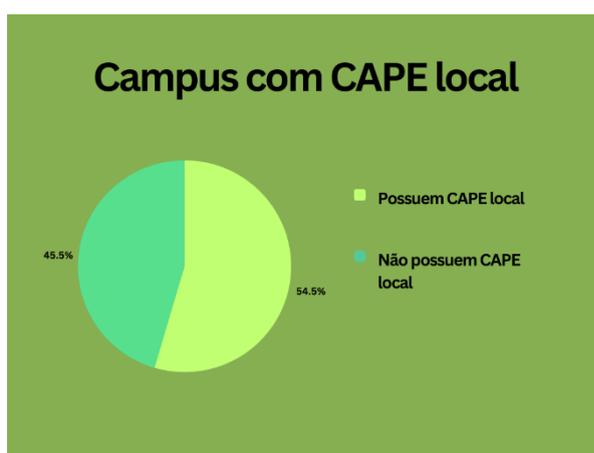
Ao discutir sobre os indicadores outros pontos foram abordados pelos participantes a exemplo dos processos de ingresso. Um dos pontos mais criticados é a demora para a conclusão do processo de matrícula. Os processos seletivos no IFSC possuem diversas etapas, entre o lançamento do edital de seleção e a efetivação das matrículas passam-se alguns meses. Neste ínterim, alguns estudantes acabam matriculando-se em outras instituições, esquecem que fizeram a inscrição no processo seletivo do IFSC, perdem o interesse no curso, etc. e acabam não concluindo a etapa de inscrição e/ou matrícula. Também foi mencionado a situação das matrículas condicionais. A matrícula condicional ocorre quando o estudante realizou a entrega parcial da documentação para matrícula e/ou está aguardando a verificação das comissões específicas para o deferimento ou indeferimento da vaga. Nestes casos, o estudante pode começar a frequentar as aulas, mas sob o risco da não efetivação da matrícula. Em casos que a matrícula não se efetiva (seja por não atender aos critérios para as cotas ou pela ausência de envio de algum(ns) documento(s)), um novo estudante é chamado para ocupar a vaga. No entanto, este processo pode demorar algumas semanas e o estudante recém chamado a ocupar vaga terá perdido parte das aulas ministradas nas semanas iniciais do semestre. Esta situação gera diversos desdobramentos, os quais perpassam desde uma possível dificuldade para acompanhar a turma e conteúdo, até mesmo a desistência do curso. Foi explicado aos participantes das reuniões que há um esforço da gestão atual, especialmente do Departamento de Ingresso (DEIng), para a melhoria destes processos, porém não se trata de simples alterações.

Tanto no que se referiu ao ingresso como aos demais aspectos institucionais, foi indicada a importância da participação da comunidade acadêmica nos Fóruns, comitês, comissões, entre outros espaços de diálogo.

A estrutura física e os recursos humanos disponíveis nos campi foram aspectos suscitado nos encontros. Especialmente no concernente ao quantitativo de técnicos administrativos em educação (TAEs). É indubitável a importância destes servidores, tal qual a dos docentes, para a manutenção das atividades e atendimento a comunidade acadêmica. Contudo, a relação entre o número de estudantes e o de TAEs tem apresentado aumento na demanda de trabalho. Além disso, diversas equipes multiprofissionais estão parcialmente completas, seja por falta de código de vaga

disponível, seja em decorrência de licença (capacitação, médica, etc.) de servidores. Diferentemente do que ocorre entre os docentes, para os TAEs não há previsão de contratação de profissionais substitutos. Isto inviabiliza o desenvolvimento de algumas atividades e sobrecarrega as equipes, que para atender as demandas acabam atuando em diferentes frentes de trabalho.

O cansaço apontado como uma vulnerabilidade do público atendido no IFSC, foi igualmente percebido entre os servidores. Em muitos momentos foram mencionados o cansaço, o acúmulo de tarefas, a sensação de insucesso frente a complexidade do trabalho e a dificuldade para registro das ações em função da alta demanda, como presenças constantes no cotidiano profissional. Dado a importância e mesmo o excesso de atividades, alguns servidores questionaram se a formação das Comissões Locais de Acesso, Permanência e Êxito (CAPE local) não representaria mais uma frente de trabalho.



Dentre os 22 campi do IFSC, possuem CAPE local atuante os campus Canoinhas, Caçador, Chapecó, Florianópolis, Garopaba, Gaspar, Lages, São Carlos, Tubarão e Urupema. Os demais campi sinalizaram a possibilidade de ter dificuldade para constituir a CAPE local. Igualmente, foi debatido a composição da CAPE local, indicando que na maioria dos campus garantir o quantitativo de 4 docentes, 4 TAEs e de discentes conforme a modalidade e oferta de curso – formação proposta no PEAPEE - será difícil. Entretanto, ao reiterar a importância de sistematizar as ações – que por vezes são desenvolvidas, porém não direcionadas especificamente ao acesso, permanência e êxito – e organizar os programas e projetos de prevenção e enfrentamento da evasão escolar, afirmou-se a necessidade de formalização destas comissões. De mesmo modo, foi

indicado que, a partir da representação das CAPEs locais, será composta a CAPE central (tal formação dar-se-á no segundo semestre de 2023).

Registra-se que os processos de ensino-aprendizagem foram citados pelos participantes dos encontros. Especialmente no tangente ao Ensino Médio Integrado, foi referido como um dos “nós críticos”, a ausência de regramento mais rígido quanto a periodicidade das avaliações. Ainda que os documentos institucionais – como Regulamento Didático Pedagógico (RDP) e Projeto Pedagógico Institucional (PPI) deem as diretrizes, a crítica central reside em orientações que possibilitam diferentes interpretações sobre um mesmo aspecto. Logo, surgem dificuldades na orientação aos docentes, como por exemplo, no caso relatado pelo campus Jaraguá do Sul – Centro, onde a equipe pedagógica tentou orientar o docente e este discordou. No exemplo em tela, o ruído de comunicação gerou desdobramentos e solicitação de apoio da Pró-reitoria de Ensino (PROEN). Sobre isto, foi reiterado a importância de participação nas várias instâncias institucionais, pois o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e, conseqüentemente PPI, estão em processo de revisão.

Em função do período que as reuniões foram realizadas (maio e junho), coincidir com o período de encerramento do semestre letivo, parcela expressiva dos participantes nas reuniões não fizera a leitura prévia do documento. Isto limitou a possibilidade de debate e críticas sobre o documento em específico. A partir desta dificuldade, foi solicitado pelos Chefes do Departamento de Ensino, Pesquisa e Extensão (Chefes DEPE) a ampliação de prazo para manifestação da consulta pública via formulário eletrônico. Assim, dilatou-se o prazo do dia 30 de junho para o dia 31 de julho.

Encerra-se este relatório indicando que a realização de 22 reuniões foi extremamente proveitosa e, embora tenha suscitado muitos debates, compreende-se que a intencionalidade era qualificar o trabalho e, conseqüentemente os processos institucionais. Espera-se, a partir dos dados supramencionados, inaugurar uma nova fase de trabalho em rede no tocante ao enfrentamento e prevenção da evasão escolar. Igualmente, buscar-se-á - através da formação de uma comissão de análise dos dados – efetivar a elaboração de diagnósticos institucionais periódicos, fornecendo assim, as bases necessárias para a tomada de decisão e planejamento estratégico.

– **ANEXO 3 - EVENTO EM NÚMEROS: VII COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR V WHORKSHOP DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR**

Compilação das respostas dos estudantes do IFSC que participaram da atividade de “Interlocução mediada - Tema: Evasão Escolar, o que eu tenho a ver com isso?”, na tarde do dia 09/11/2022, no evento VII Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar e V Workshop de Educação Profissional e Evasão Escolar:

**Pergunta 01: Na sua experiência como estudante, que ações promovidas pela/na escola asseguram ou favorecem que o estudante permaneça estudando? Ou seja, o que a escola faz, ou tem, que garante que o estudante não desista dos estudos?**

– Respostas entregues em fichas individuais.

- Número de estudantes que responderam: 21

Respostas	Quantitativo - Incidência da mesma resposta
Assistência estudantil em geral/PAEVS/IVS/Auxílios estudantis/PNAE	18
Segurança alimentar na instituição de ensino/Alimentação no contraturno	7
Ter apoio da Coordenação pedagógica/Acompanhamento socioeconômico do aluno	4
Auxílio transporte	4
Acompanhamento das notas	1

Fomento aos esportes/JIFSC/Eventos culturais	4
Incentivo à pesquisa, inovação e ciência/Projetos de pesquisa e extensão para tornar o aluno um agente de mudança e manter os talentos estudando com bolsas	12
Empenho dos professores em maneiras inovadoras de ensino/Aulas teóricas e práticas na mesma proporção	2
Apoio do NAE nas atividades aos alunos PcD	2
Cursos técnicos que incentivam o ingresso do aluno no mercado de trabalho	1
Disponibilidade de formação em níveis fundamental, médio e superior	1
Oficinas/aulas de reforço	2
Monitorias auxiliando a cursar as disciplinas	3
Apoio psicológico/E melhorar o seu agendamento	9
Evitar a sobrecarga dos alunos/Carga horária excessiva	3
Promover networking e integração entre alunos e professores	3
Utilização e divulgação de trabalhos e áreas das instituições	1

Participação em eventos e congressos, incentivando o interesse e permanência do aluno	1
Estágio / Bolsa estudante / Intercâmbio	6
Coordenadores de curso explicando sobre os auxílios aos estudantes/Coordenação de curso sempre disponível para apoiar o aluno	2
Ter espaço de lazer, acolhimento e convivência	4
Teste vocacional	1
Ser público e gratuito	3
Para IFSC Lages, faz-se necessário aumentar horários de ônibus e alimentação com valor mais acessível	1
Professores que apoiam o ingresso no mercado de trabalho e estimulam a permanência no curso/ Buscam feedback	4
"Flexibilização" dos métodos avaliativos	5
Pertencimento ao grupo	2
Ética profissional por parte dos docentes	1
Estágio obrigatório a depender da necessidade do curso	2

Ter professor substituto imediatamente	1
Estrutura física adequada	1

Pergunta 02: Na sua vivência como estudante, quais podem ser os motivos que levam o estudante a sair do IFSC, ou sair das escolas, como um todo?

- Respostas entregues em fichas individuais.
- Número de estudantes que responderam: 21

Respostas	Quantitativo
Não ter se identificado diretamente com o curso escolhido	4
Não conseguir conciliar os estudos com o trabalho/Chegar cansado nas aulas	8
Dificuldades de locomoção ou falta de auxílio-transporte/Localização inadequada do câmpus	7
Sentimento de não pertencimento (curso, amigos, motivações, acolhimento) e desestímulo	4
Falta de alimentação/merenda escolar	3
Falta de incentivo/apoio da família/Problemas pessoais não relatados	5
Sem conseguir acompanhar o curso, o aluno se sente pressionado para manter boas notas/Sobrecarga psicológica dos alunos	6
Falta de acompanhamento do aluno/Apoio pedagógico	3
Falta de ações de inclusão e acessibilidade	2
Dificuldade financeira do aluno/Fatores socioeconômicos	12
Reprovação em disciplinas de grande dificuldade	1
Falta de amizade e networking entre alunos e professores	3
Falta de êxito nas disciplinas iniciais	1
Fatores culturais não especificados	1
Falta de conhecimento sobre os auxílios estudantis	2
Cortes de bolsas estudantis	1
Gravidez na adolescência	1
Questões ligadas à saúde mental (ansiedade, depressão e outros)	2

Falta de psicóloga (o) em cada câmpus	1
Falta de rotatividade de professores nas disciplinas com maior índice de reprovação	1
Ausências de professores não avisadas com antecedência e sobrecarga da disciplina em seguida	1
Falta de professores/falta de substitutos	2
Falta de comprometimento dos professores/Falta de bons professores	3
Falta de retorno/melhoria após conselhos	1
Dificuldade nas provas/avaliações	1
Assédio e bullying	4
Excesso de carga horária	3
Dificuldade com disciplinas devido do ensino fundamental e médio que foram precários durante a pandemia	2
Método de ensino "padrão" dos professores/Didática ineficiente e demasiadamente técnica	2
Falta de aulas práticas	1

**Pergunta 03: Você tem sugestões para o enfrentamento da evasão escolar? Têm sugestões para o resgate dos estudantes que saíram e não retornaram ao sistema de ensino (estão fora da escola)?**  
-Respostas elaboradas em ficha de grupo de até quatro estudantes  
- Número de grupos que responderam: 06

Respostas	Quantitativo
Assistência estudantil em geral/Maior divulgação sobre os auxílios	3
Apoio ao transporte escolar	2
Melhoria no horário de ônibus	1
Compra de material escolar	1
Acompanhamento psicológico	1
Acesso facilitado para aluno de baixa renda	1
Auxílio para alimentação do estudante	1
Acompanhamento do progresso escolar	1
Parceria com empresas para buscar aqueles que querem voltar a estudar/Divulgar vagas de emprego	2
Contato pedagógico para verificar motivo da evasão/Documentar motivos da evasão	2
Criar cronograma ao discente levar mais tempo de concluir o curso conciliando com o trabalho	1
Elaboração de eventos sobre evasão	1
Vagas remanescentes para retorno de ex-alunos	1
Maior rotatividade docente para variar método de ensino	1
Professores comprometidos com suas funções	1
Implantar infraestrutura para alunos PcD	1
Implantar curso integrado no IFSC Lages	1
Implantar curso subsequente no IFSC São Carlos	1

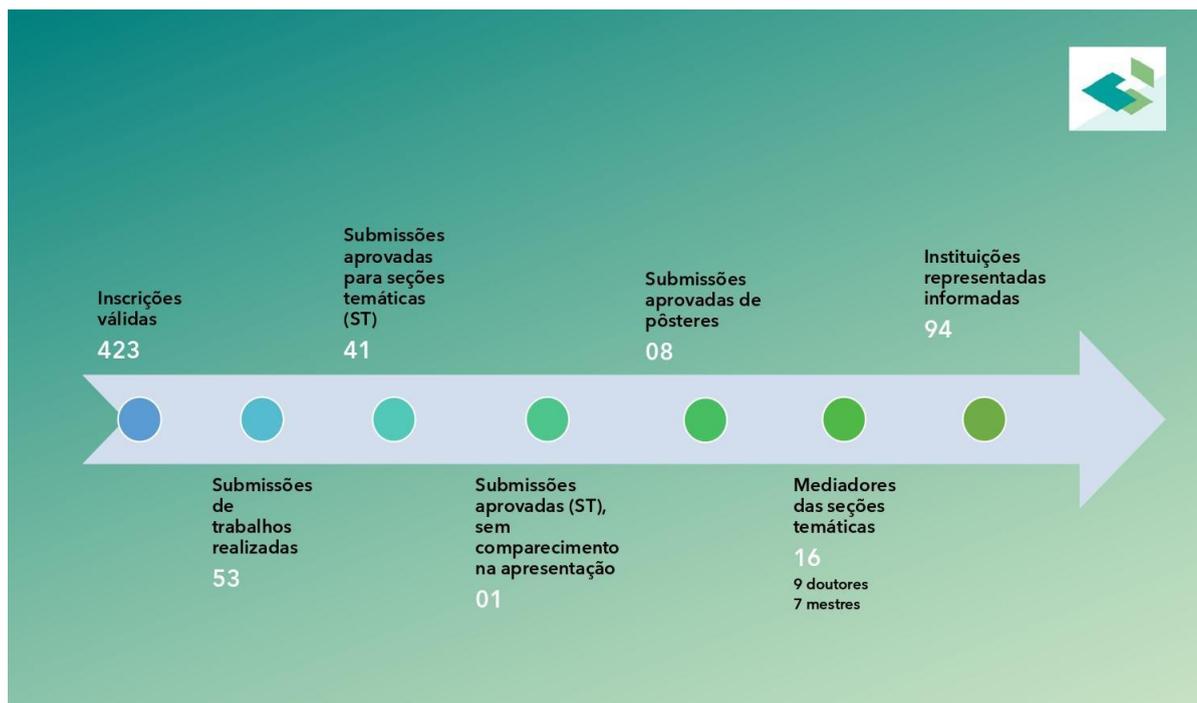


VII Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar | V Workshop de Educação Profissional e Evasão Escolar | 09 e 10 de novembro de 2022 São José / SC

## VII COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR V WHORKSHOP DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E EVASÃO ESCOLAR

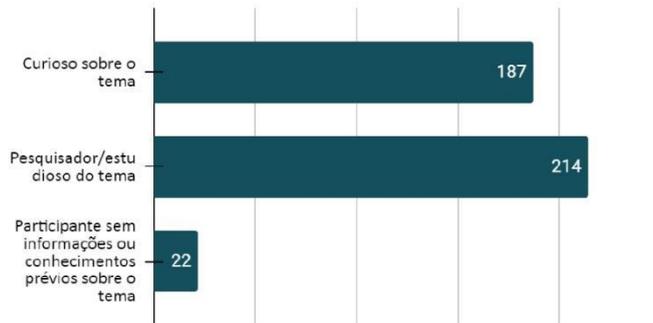
### EM NÚMEROS

Realização: Instituto Federal Santa Catarina  
Parceria: Unilube 75 Anos, São José, Emct  
Apoio: FAPESC, SdUFSC, UFSC, Workshop

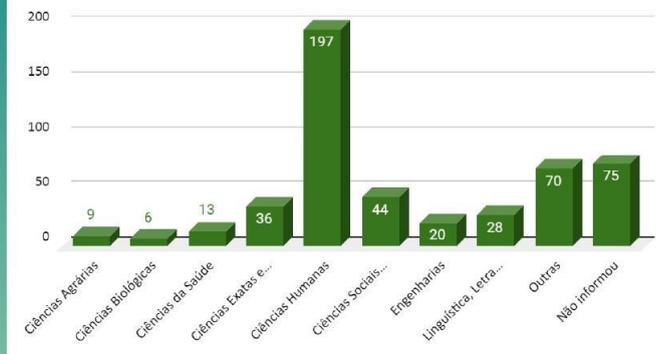




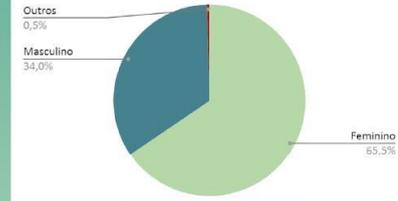
### Inscrições por categoria de interesse no evento

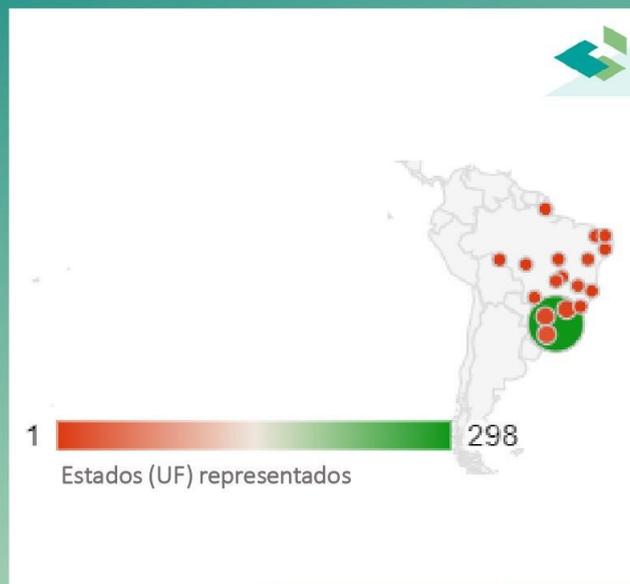
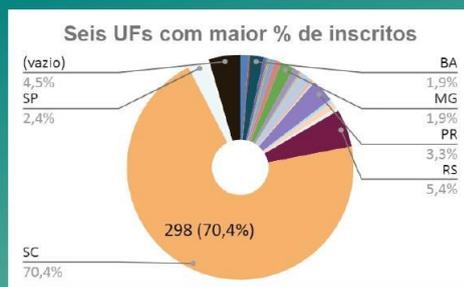
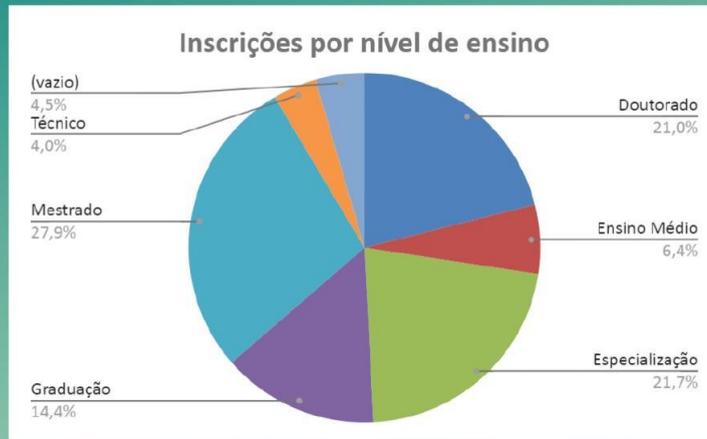


### Inscrições por área do conhecimento



### Inscrições por gênero





## – ANEXO 4 - RELATÓRIO DO ENCONTRO DAS COMISSÕES LOCAIS DE ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO DOS ESTUDANTES - 2023

Relatório do Encontro Comissões Locais de Acesso, Permanência e Êxito dos Estudantes -2023

Dias do Encontro: 26 e 27 de outubro 2023 Local do Encontro: Auditório da Reitoria IFSC  
Poema compartilhado pelo Professor Cícero Santiago, Câmpus Canoinhas, na abertura do encontro:

### **Inéditos Viáveis**

A partir do uso da metodologia dos Inéditos Viáveis\* (Paulo Freire) de forma dialógica e coletiva em subgrupos, foram identificadas potencialidades e desafios para a implementação e efetivação das comissões nos Câmpus, bem como foram elaboradas propostas de ações para 2024 (sendo três propostas por subgrupo) . Os subgrupos foram organizados por região (05), a fim de possibilitar a estruturação de um trabalho integrado no território, propiciando um debate mais focado, bem como para realizar a escolha de um representante para a Comissão Central de Acesso, Permanência e Êxito dos Estudantes por região.

Seguem os conteúdos registrados nos quadros utilizados para esquematização dos Inéditos Viáveis:

### **Diagnóstico**

Pontos Positivos:

*Subgrupo 1* (Região Sul - Araranguá, Criciúma e Tubarão):

- Disponibilidade de um dashboard de informações acadêmicas, enquanto ferramenta.
- Busca ativa pelos estudantes com matrícula ativa mas sem estar matriculado em nenhuma disciplina (saneamento dos dados institucionais).

*Subgrupo 2* (Região Norte e Vale do Itajaí: Gaspar, Itajaí, Canoinhas, Jaraguá do Sul-Centro, Jaraguá do Sul-Rau, e Joinville):

- Retomada das CAPEs.

- Reuniões das CAPEs.
- Sistematização das atividades para o Câmpus.
- “Limpeza” de dados de matrícula.
- Melhoria da alimentação escolar

*Subgrupo 3* (Região da Grande Florianópolis: Florianópolis Centro, Florianópolis Continente, Garopaba, São José, e Palhoça Bilíngue):

- Engajamento do Câmpus.
- Ter dados organizados.
- Direcionamento da reitoria com relação ao tema.
- Reconhecimento da importância do tema.
- Facilidade para mapear e entrar em contato com os estudantes nos Câmpus menores.
- Tradição e sensibilidade com relação ao tema.
- Foco na “inteligência socioemocional”, para que o estudante fique.
- Disposição da reitoria e dos Câmpus com relação ao tema.
- Proposta de autonomia das CAPEs para trabalhar.

*Subgrupo 4* (Região Oeste: Caçador, Chapecó, São Carlos, São Lourenço do Oeste, São Miguel do Oeste e Xanxerê):

- A mobilização a partir do encontro.
- O compartilhamento das experiências.
- A mobilização da reitoria com as idas aos Câmpus, e a mobilização no Câmpus a partir disso.

*Subgrupo 5* (Região Planalto Serrano: Lages e Urupema):

- Definição: possibilita a identificação dos principais fatores de evasão nos Câmpus, detalhando as características de cada local, curso e modalidade de ensino.

Possibilita o planejamento de estratégias de combate à evasão escolar, fomento a atividades, para a permanência e êxito do estudante e a interação de ações de diferentes setores, áreas, etc.

Exemplo: jogos de integração entre os cursos e níveis de ensino; a CAPE aproximando estudantes da Psicologia, planejamento integrado das ofertas de unidade curriculares com maiores taxas de reprovação).

-A CAPE é a identificadora das dores e articuladora das ações.

### **Pontos Desafiadores:**

Subgrupo 1 (Região Sul - Araranguá, Criciúma e Tubarão):

- Dificuldade de mobilização dos diferentes setores e sensibilização dos servidores.
- Dificuldade de acesso ao dashboard de informações acadêmicas pela CAPE Local.
- Falta de ações e sistematização e publicação das ações locais da CAPE.

*Subgrupo 2* ( Região Norte e Vale do Itajaí: Gaspar, Itajaí, Canoinhas, Jaraguá do Sul-Centro, Jaraguá do Sul-Rau, e Joinville):

- Melhorar o sistema de cotas.
- Aperfeiçoar o PNAE.
- Transporte público.
- Aperfeiçoar as informações dos editais de ingresso.
- Dar mais atenção ao PROEJA e cursos subsequentes.
- Retomado e registro das atividades das CAPEs.
- Melhoria de informações (sistemas, dashboard de informações acadêmicas, notificações).

*Subgrupo 3* (Região da Grande Florianópolis: Florianópolis Centro, Florianópolis Continente, Garopaba, São José, e Palhoça Bilíngue):

- Perfil do servidor e da representatividade dos setores para participar da CAPE.
- Comissão muito grande, ou muito pequena dificulta o trabalho.
- Pensar ações a partir das ofertas.
- Envolvimento dos servidores e coordenadores de curso.
- Olhar para as ações para além da assistência estudantil.
- Utilização efetiva da pedagogia histórico crítica(PHC).
- Não temos cultura institucional para o uso de dados.
- Necessidade de parametrizar dados (Central e localmente).

*Subgrupo 4* (Região Oeste: Caçador, Chapecó, São Carlos, São Lourenço do Oeste, São Miguel do Oeste e Xanxerê):

- A fragmentação da instituição (IFSC).
- As propostas serem observadas como uma imposição e o julgamento a partir das demandas. Definir fluxos de atendimento.
- Necessidade de indicadores comuns, sistemas.
- Melhorar a comunicação entre este coletivo.
- Mais espaço para apresentação das experiências/diálogo entre o coletivo.
- Trabalhar mais a questão do acesso e divulgação.
- O dashboard de informações acadêmicas apresentar os dados dos primeiros 15 dias de início de aula.
- A importância do ingresso.
- Os conceitos do Regulamento Didático-Pedagógico (RDP) em relação aos cursos de formação inicial e continuada (FIC), para o cancelamento de matrícula.
- Burocratização.
- Alimentação escolar.
- Separar as frentes/demandas mais urgentes, conforme a realidade (por exemplo infraestrutura e pessoal).
- Envolvimento maior entre os servidores(TAES/Docentes)e setorizar as ações.
- Adequação da oferta de vagas discentes e TAEs.

*Subgrupo 5* (Região Planalto Serrano: Lages e Urupema):

- Aproximação das CAPEs com o planejamento estratégico dos Câmpus.
- Acompanhar as particularidades impostas pelos arranjos produtivos locais e pela infraestrutura regional (exemplo: períodos de safra), e horários.
- Comunicação com os setores.
- Articulação dos servidores para composição da CAPE.
- Falta de servidores e sobrecarga de trabalho dificulta implantação e o pleno funcionamento das CAPEs.
- Articulação/conciliação das agendas dos membros das CAPEs.

-Organização dos fluxos e do acompanhamento das ações da CAPE.

## **ENCAMINHAMENTOS AÇÕES PROPOSTAS PARA 2024**

### **AÇÕES PROPOSTAS PARA 2024**

Subgrupo 1 (Região Sul - Araranguá, Criciúma e Tubarão):

- Semana Pedagógica temática para todos os Câmpus do IFSC.
- Publicação de um edital para fomento de iniciativas locais com recurso.
- Acesso, divulgação e capacitação para uso do dashboard de informações acadêmicas.

*Subgrupo 2* ( Região Norte e Vale do Itajaí: Gaspar, Itajaí, Canoinhas, Jaraguá do Sul-Centro, Jaraguá do Sul-Rau, e Joinville):

- Focar ações no primeiro semestre.
- Criar e aprimorar espaços de comunicação e articulação(criar e-mail).
- Sistematizar as experiências e ações, e elaborar os planejamentos para 2024.
- Para compor a CAPE representante discente. Chamar um representante do grêmio, atlética ou que esteja no colegiado do Câmpus.

*Subgrupo 3* (Região da Grande Florianópolis: Florianópolis Centro, Florianópolis Continente, Garopaba, São José, e Palhoça Bilíngue):

- Semana pedagógica- Ações que “afetem” os servidores com relação aos estudantes.
- Reforçar a Campanha de registro da frequência e do Plano de Ensino.
- Ações de conscientização sobre a condição dos trabalhadores-estudantes.
- CAPE deve ter um canal de comunicação com estudante

*Subgrupo 4* (Região Oeste: Caçador, Chapecó, São Carlos, São Lourenço do Oeste, São Miguel do Oeste e Xanxerê):

- Mapear situações críticas de atendimento ao estudante e definir fluxos para atendimento.
- Qualificar a alimentação escolar, pensando na oferta em todos os Câmpus.

-Defender o acesso ao transporte para os estudantes.

*Subgrupo 5 (Região Planalto Serrano: Lages e Urupema):*

-Organização e garantia da participação estudantil nas CAPEs e outras instâncias voltadas ao combate à evasão e promoção da permanência.

-Revisar documentação de referência para garantir este espaço para os estudantes (obs: PEAPEE em implantação já apresenta esta proposta)

-Financiamento da participação estudantil.

-Garantir a convocação dos estudantes e a divulgação ampla da existência de espaços como este encontro.

-Articulação do planejamento estratégico do Câmpus para haver financiamento das ações.

-Fortalecer e cofinanciar PNAE e outras políticas de assistência estudantil.

### **Indicação de representante regional para comissão central**

**Subgrupo 1** (Região Sul - Araranguá, Criciúma e Tubarão):

-Angela Maria Kuasne da Silva Macedo - Câmpus Araranguá - angelam@ifsc.edu.br

**Subgrupo 2** ( Região Norte e Vale do Itajaí: Gaspar, Itajaí, Canoinhas, Jaraguá do Sul-Centro, Jaraguá do Sul-Rau, e Joinville):

-ESTA EM CONSULTA ( até a presente data não foi informado)

**Subgrupo 3** (Região da Grande Florianópolis: Florianópolis Centro, Florianópolis Continente, Garopaba, São José, e Palhoça Bilíngue):

-Cleber Jorge Amaral - Câmpus São José - cleber.amaral@ifsc.edu.br

-Milene Martins Sobral - Câmpus Florianópolis - milene.martins@ifsc.edu.br

**Subgrupo 4** (Região Oeste: Caçador, Chapecó, São Carlos, São Lourenço do Oeste, São Miguel do Oeste e Xanxerê):

-Vanessa Gertrudes Francischi - Câmpus Chapecó - vanessa.francischi@ifsc.edu.br

-Maira Sevegnani - Câmpus São Lourenço do Oeste - maira.sevegnani@ifsc.edu.br



**Subgrupo 5 (Região Planalto Serrano: Lages e Urupema):**

-Natalia Madalena Boelter - Câmpus Lages - natalia.boelter@ifsc.edu.br

-Silmar Primieri - Câmpus Lages - silmar.primieri@ifsc.edu.br

**Ações iminentes para a DEIA/PROEN**

- Organização e encaminhamento do relatório do Encontro;
- Agendamento da próxima reunião, 2024, que será on line;
- Solicitação de e-mail dos integrantes das CAPE para a criação de lista de contato, a fim de facilitar a comunicação;
- Solicitação e organização de capacitação sobre os dashboard de informações acadêmicas para a semana pedagógica;
- Organização do conteúdo para o Observatório de Permanência e Êxito no espaço do Portal do IFSC junto a DIRCON;
- Finalização das tramitações e divulgação do PEAPEE;
- Chamada dos setores da reitoria para a constituição da CAPE Central;
- DEIA, DIREN e DSI encaminhar a finalização da customização do SIGAA com relação aos relatórios de acompanhamento do registro de frequência.
- Atualização do dashboard de informações acadêmicas.

**Próximo encontro**

Reunião virtual: dia 26/03/2024, das 14 às 17 horas.

Pauta: Informes; Avaliação das ações de início do ano da CAPEs Local; Planejamento de 2024; Implantação do PEAPEE; Dados para o Observatório de Acesso Permanência e Êxito.

Link da videochamada: <https://meet.google.com/ppd-stxv-ytx>.

**Destaque:**

A partir de algumas dúvidas e comentários realizados no encontro encaminhamos a seguir o extrato do texto da minuta do PLANO ESTRATÉGICO DE ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO DOS ESTUDANTES DO IFSC: PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À EVASÃO ESCOLAR (PEAPEE), que trata das Comissões Locais e da Comissão Central, contudo recomendamos fortemente a leitura na íntegra do documento:

#### “7.4 Organização das Comissões de Acesso, Permanência e Êxito

O Plano Estratégico de Acesso, Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSC deve integrar-se aos processos de autoavaliação e planejamento da instituição, articulando-se com seus documentos de referência, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e os relatórios anuais de gestão. Essa articulação demonstra, em certa medida, que todos os servidores são corresponsáveis pelo planejamento, implementação e avaliação das ações de permanência e êxito na instituição. Contudo, neste documento, indica-se que a Comissão Central e as Comissões Locais se configurem como equipes mais diretamente ligadas à proposição, execução, acompanhamento, monitoramento e avaliação dos projetos e das ações.

A partir da elaboração do PEAPEE-IFSC, entende-se necessário que esse planejamento seja transformado num programa sistêmico e permanente. Propõe-se, portanto, que sejam identificadas as singularidades de cada câmpus e implementadas as ações a partir da realidade local.

Considerando que a garantia do direito de acesso, permanência e êxito do estudante deve ser responsabilidade de todos os setores da instituição, e, portanto, de toda a comunidade acadêmica, não cabe exclusivamente às comissões locais a implementação de projetos e ações que impactam na permanência e no êxito dos estudantes, posto que os dados, informações e mediações realizadas pelas comissões tem também por objetivo auxiliar os gestores e colegiados quanto à escolha de estratégias e ordenamento de prioridades.

Para a composição da Comissão Central e das Comissões Locais devem ser levadas em conta as seguintes características de perfil:

- servidores que tenham afinidade com o tema;
- servidores que tenham condições de mobilizar coletivos para debates, reflexões, ações e projetos;
- servidores gestores, ou articulados à gestão, ou servidores engajados com o tema;

A partir do perfil indicado, nos tópicos abaixo são apresentadas as atribuições e a composição das comissões, bem como a metodologia de planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações nos câmpus e nos setores da reitoria.

#### 7.4.1 Comissão Central de Acesso, Permanência e Êxito

A fim de coordenar a execução do PEAPEE-IFSC, será instituída uma Comissão de Acompanhamento das Ações de Acesso, Permanência e Êxito dos Estudantes no âmbito da reitoria (CAPE Central), de caráter sistêmico e permanente, e com a seguinte composição:

- Coordenador(a) de Suporte Institucional à Permanência e Êxito (Coordenador da Comissão Central);
- 1 membro de cada uma das diretorias (04) vinculadas à Pró-Reitoria de Ensino PROEN);
- 1 membro da Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas (PROEX);
- 1 membro da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PROPPi);
- 1 membro da Pró-Reitoria de Administração (PROAD);
- 1 membro da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN);
- 5 representantes de câmpus, sendo 1 por região de abrangência do IFSC;
- 5 representantes discentes (sendo, no mínimo, 1 de graduação, 1 de curso técnico e 1 de PROEJA).

Caberá à Comissão Central de Acesso, Permanência e Êxito as seguintes atribuições:

1. Definir a metodologia para realização da implantação do plano;
2. Coordenar a implantação, acompanhamento e monitoramento, avaliação e atualização do PEAPEE-IFSC;
3. Organizar os indicadores que se referem à acesso, permanência e êxito, e enfrentamento à evasão escolar no IFSC, junto à PROEN e à PRODIN;
4. Divulgar os indicadores nos câmpus, contribuindo com as ações das comissões locais;
5. Propor formações continuadas sobre a temática;
6. Orientar e articular com os câmpus a implementação das ações e projetos;
7. Indicar ações institucionais estratégicas em articulação com os diversos setores da reitoria que possibilitem a execução em todos os câmpus;
8. Divulgar as ações institucionais e seus resultados;
9. Articular e organizar encontros das comissões locais, pelo menos uma vez ao ano;

10. Promover a socialização de informações e resultados.

7.4.2 Comissões Locais de Acesso, Permanência e Êxito

Para que o Plano Estratégico de Acesso, Permanência e Êxito dos Estudantes: Prevenção e Enfrentamento à Evasão Escolar realmente consiga atingir seus objetivos é preciso que seja instituída em cada um dos câmpus do IFSC uma comissão capaz de diagnosticar e compreender a realidade local em suas múltiplas perspectivas, tendo em vista a organização institucional, os tipos de curso ofertados, o público atendido e o arranjo produtivo local.

Cada câmpus do IFSC constituirá uma Comissão de Acompanhamento das Ações de Acesso, Permanência e Êxito dos Estudantes: Prevenção e Enfrentamento à Evasão Escolar (CAPE Local), que será designada pela Direção-Geral do câmpus de acordo com suas reais condições. É necessário que esta comissão local tenha uma composição mínima, composta por:

- Diretor de Ensino Pesquisa e Extensão (DEPE) - Coordenador da Comissão Local
- 8 servidores, sendo 4 docentes e 4 técnicos administrativos;
- 1 discente para cada tipo de curso e tipo de oferta do câmpus, desde que a oferta seja regular.

Em cada nova constituição, recomenda-se que seja realizada uma ampla chamada a servidores e estudantes do câmpus no sentido de contar com a colaboração também daqueles que são sensíveis às atividades que serão desempenhadas pela comissão.

Caberá a cada Comissão Local de Acesso, Permanência e Êxito as seguintes atribuições:

1. Auxiliar na elaboração de instrumentos de coleta de dados dos estudantes e servidores, que podem ser utilizados no cálculo de indicadores e/ou como base para os projetos de acesso, permanência e êxito;
2. Contribuir com a aplicação de instrumentos de coleta de dados dos estudantes e servidores, que podem ser utilizados no cálculo de indicadores e/ou como base para os projetos de acesso, permanência e êxito;
3. Analisar os dados coletados junto a estudantes e servidores, sejam eles coletados pelas CAPES ou por outras comissões constituídas institucionalmente;
4. Dialogar com a Comissão Central sobre a política de acesso, permanência e êxito da instituição;

5. Definir e implementar ações, com o suporte da Comissão Central, para melhorar os indicadores;
6. Acompanhar e monitorar as atividades desenvolvidas verificando a necessidade de ajustes;
7. Elaborar e apresentar relatórios sobre as atividades e os principais resultados obtidos a partir da análise dos dados coletados;
8. Divulgar, no âmbito do câmpus, as atividades desenvolvidas e os resultados obtidos;
9. Dialogar com as demais comissões locais e central sobre as atividades desenvolvidas e seus resultados;
10. Participar dos encontros das comissões locais promovidos pela Comissão Central.”

**\*Inéditos Viáveis:**

O termo inédito viável é oriundo de Paulo Freire (2011, p. 130) e surge como forma de superação das situações-limite. Portanto, esse inédito representa a concretização de sonhos que, compreende-se aqui como possibilidade quando se adota duas posturas: análise crítica da realidade e ações coletivas. Nessa perspectiva é que se fez nosso entendimento de que o inédito-viável diz respeito à criação de possibilidades que historicamente eram vistas como impossíveis. Ações que provocam mudança e que oferecem oportunidades, que diz respeito à utopia das possibilidades. Assim, em termos pedagógicos, instituir inéditos, implica um trabalho coletivo de superação das situações limite (FREIRE, 2011, p.125) que constituem freios, barreiras, obstáculos na prática pedagógica e até na vida pessoal do educador. Desse modo, o trabalho coletivo se dá por meio da formação contínua, em que os educadores são mobilizados e percebem que o conhecimento e a educação é que direcionam e transformam o mundo. -FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2011.

– **ANEXO 5 – CAMPANHA DE ATUALIZAÇÃO DOS DADOS DOS ESTUDANTES QUANTO À RENDA, GRUPO FAMILIAR, AUTODECLARAÇÃO DE COR/RAÇA E ENDEREÇO NO SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES ACADÊMICAS (SIGAA)**

## Resumo

Este projeto visa lançar uma campanha institucional no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) para a coleta e atualização dos dados dos estudantes no Portal do Discente, do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (Sigaa). O objetivo central é que os estudantes informem ou realizem a atualização de suas informações referentes a renda, grupo familiar, autodeclaração de cor/raça e endereço até o final do semestre letivo de 2023.2. Esta ação permitirá à Diretoria de Estatísticas e Informações Acadêmicas (Deia) dispor de dados atualizados para a declaração na Plataforma Nilo Peçanha (PNP) 2024, referente ao ano de 2023, para o Censo Escolar da Educação Básica e para o Censo da Educação Superior. A campanha será amplamente divulgada nos diversos canais institucionais, orientando os estudantes sobre a importância destes dados para o planejamento de políticas, bem como para a organização de projetos e ações institucionais (como por exemplo a possibilidade de qualificação de ações de assistência estudantil e desenvolvimento de propostas de suporte diferenciados para atender aos diferentes perfis escolares/acadêmicos). Para tanto, a campanha também apresentará aos estudantes orientações de como informar ou realizar a atualização no Sigaa. Espera-se que, até o final do semestre letivo estipulado, ocorra o recrudescimento do índice de atualização dos dados por parte dos estudantes.

**Palavras Chaves:** Dados dos estudantes. Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas. Plataforma Nilo Peçanha. Censo Escolar da Educação Básica. Censo da Educação Superior.

## Contexto

Anualmente, o IFSC preenche e valida os dados institucionais para a PNP, bem como declara tais dados no Censo Escolar da Educação Básica e no Censo da Educação Superior, sendo assim é importante para a coleta que a base de dados seja fidedigna. Constatou-se nos levantamentos declarados em 2022 um aumento da não declaração dos dados referentes à raça/cor e renda dos estudantes. A verificação desta inconsistência de dados institucionais é preocupante e afeta os estudos/pesquisas,

desenvolvimento de políticas, e implementações gerenciais que são realizadas a partir destas informações. Nesta perspectiva, a Deia entende que projetos e ações que possam impactar positivamente na coleta e registro de dados qualificam informações para os órgãos de controle, para a definição de políticas públicas, e para a tomada de decisões.

### **1.1 Plataforma Nilo Peçanha**

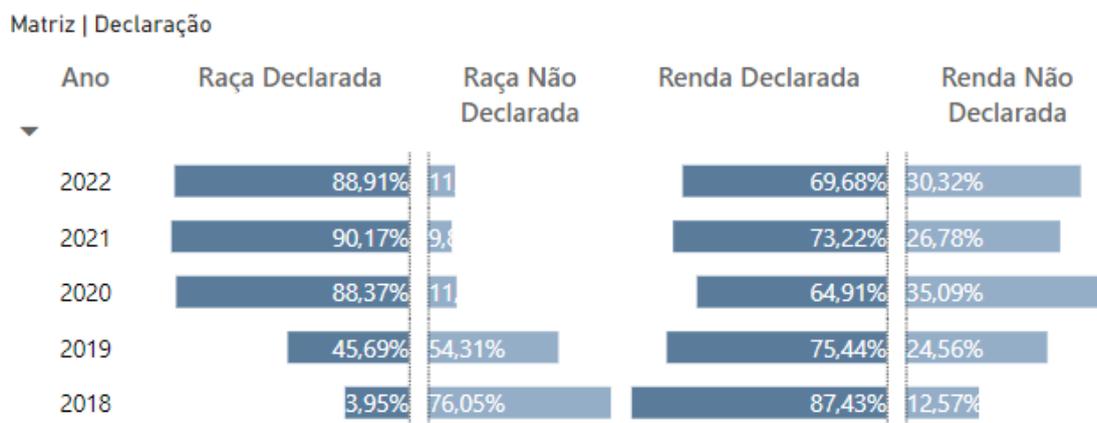
A PNP é um ambiente de coleta, validação e disseminação das estatísticas oficiais do tipo censitária da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT). Também serve como base orçamentária e prestação de contas para os órgãos de controle como o Tribunal de Contas da União (TCU) e para a sociedade. A PNP tem por objetivo aprimorar os indicadores de gestão para as instituições de ensino de educação profissional e tecnológica, monitoramento e avaliação. Os dados são validados pelos Registradores Acadêmicos dos câmpus (RA), na sequência pelo Pesquisador Institucional (PI) - Recenseador Institucional - e por fim, pelo Reitor, que submete os dados à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec) do MEC.

As instituições da Rede Federal (IFs, Cefets e Colégio Pedro II), da qual o IFSC faz parte, são representadas pelo Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif). Este conselho faz o papel da articulação orçamentária junto ao MEC, usando um modelo matemático, metodologia chamada Matriz Conif, para definição do orçamento necessário a fim de que as instituições da Rede mantenham suas atividades no ano subsequente e além da distribuição dos recursos entre suas unidades. A lógica da composição da Matriz considera essencialmente as matrículas dos estudantes dos cursos de nível básico, médio, técnico, graduação, lato sensu, stricto sensu, cursos de formação inicial e continuada (FIC) e cursos de educação à distância (EaD) por câmpus de cada instituição. No entanto, informações adicionais como cor/raça e renda per capita familiar dos estudantes são coletadas para transparência e estatísticas quanto ao acesso por estes públicos, assim como formulação, análise e avaliação de políticas públicas. Especificamente no IFSC estes dados são requeridos para a implementação do Plano Estratégico de Acesso, Permanência e Êxito, que está em processo de revisão e atualização, entre outras demandas e pesquisas institucionais.

### 1.1.1 Plataforma Nilo Paçanha e Dados Não Declarados

Após a publicação dos dados oficiais da PNP 2023, ano de referência dos dados de 2022, constatou-se que o IFSC havia declarado 30,32% dos estudantes com renda “Não declarada”. A segunda maior taxa de não declarados dos últimos 5 anos, sendo em 2020 a maior com 35,09%, coleta realizada durante a pandemia. Os não declarados quanto à raça/cor foram 11%, este percentual aumentou 1,2% em relação ao ano anterior.

#### Percentual de matrículas com renda e raça não declaradas na PNP dos anos 2022 a 2018



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha, 2023, ano de referência 2022.

#### Número de matrículas, ingressantes e concluintes com renda não declarada na PNP do ano 2022

Renda Familiar	Unidades	Matrículas	Vagas	Ingressantes	Concluintes
0 < RFP <= 0,5	23	7.626	20.656	2.499	1.200
0,5 < RFP <= 1	23	9.646	20.841	3.608	1.620
1 < RFP <= 1,5	23	8.107	19.926	2.735	1.539
1,5 < RFP <= 2,5	23	3.971	18.463	1.827	825
2,5 < RFP <= 3,5	23	1.149	12.366	569	239
RFP > 3,5	23	2.552	12.812	615	671
Não declarada	23	14.379	20.598	6.291	2.251
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>47.430</b>	<b>21.984</b>	<b>18.144</b>	<b>8.345</b>

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha, 2023, ano de referência 2022.

**Número de matrículas, ingressantes e concluintes com raça não declarada na PNP do ano 2022**

Classificação Racial	Unidades	Matrículas	Vagas	Ingressantes	Concluintes
Amarela	23	240	5.005	86	42
Branca	23	29.354	21.952	9.770	5.429
Indígena	23	136	3.115	46	19
Parda	23	9.148	21.464	3.699	1.449
Preta	23	3.291	18.164	1.517	554
Não Declarada	23	5.261	17.692	3.026	852
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>47.430</b>	<b>21.984</b>	<b>18.144</b>	<b>8.345</b>

Fonte: Plataforma Nilo Peçanha, 2023, ano de referência 2022.

Tais percentuais foram objeto de alerta na apresentação dos resultados da auditoria de evasão de estudantes na Rede Federal Educação Profissional Científica e Tecnológica, realizada em reunião no dia 22/11/2023 pelo Tribunal de Contas da União de forma on-line, pela plataforma Teams.

### **1.1 Censo Escolar da Educação Básica**

O Censo Escolar da Educação Básica é considerado a principal pesquisa estatística de informações da educação básica, coordenado pelo Inep, com a participação de todas as escolas públicas e privadas do Brasil. A coleta de dados abrange as diferentes etapas e modalidades da educação básica e profissional:

- Ensino regular (educação infantil, ensino fundamental e médio);
- Educação especial – modalidade substitutiva;
- Educação de Jovens e Adultos (EJA);
- Educação profissional (cursos técnicos e cursos de formação inicial continuada ou qualificação profissional).

Dessa forma, o IFSC informa todos os discentes que na data de referência estavam matriculados e com frequência regular nos cursos (MEC, 2007): Técnicos integrados, concomitantes e subsequentes; Proejas técnicos e Proejas FICs.

Este censo tem uma data de referência das informações declaradas no censo escolar, instituída pela Portaria nº 264, de 26/03/2007 para ser a última quarta-feira do mês de maio.

Trata-se de uma data que representará a realidade do IFSC no censo. Ou seja, esta data serve como um retrato da instituição para compor o censo, assim todos os estudantes com vínculo ativo neste dia específico serão informados e a situação deles acompanhada.

O preenchimento acontece por migração dos dados do Sigaa para o sistema Educacenso, que posteriormente são conferidos e ajustados manualmente pelos Registros Acadêmicos. A coleta de dados têm caráter declaratório e é dividida em duas etapas:

- Matrícula Inicial: A primeira etapa consiste na coleta de informações sobre os estabelecimentos de ensino, gestores, turmas, estudantes e profissionais escolares em sala de aula na data de referência definida pelo Inep.
- Situação do Aluno: A segunda etapa ocorre com o preenchimento de informações sobre o movimento e rendimento escolar dos alunos (aprovado, reprovado, transferido e outras), ao final do ano letivo. Nesta fase, podemos admitir estudantes que se matricularam, após a Matrícula Inicial (para isso, existem situações específicas que serão abordadas na sequência).

### **1.1.1 Censo Escolar da Educação Básica e dados inconsistentes**

Na primeira etapa coletamos informações referentes à raça/cor e endereço dos estudantes e profissionais escolares, e aqui encontramos dificuldade em relação aos dados para este censo. Pois, durante a migração dos dados para o sistema Educacenso, verificamos que uma parcela significativa apresenta erro na validação do Código de Endereçamento Postal (CEP) do endereço, uma vez que a informação apresenta-se incorreta ou desatualizada. Na declaração final 8,9% sem informação de endereço e 3,3% com raça não declarada.

Isso posto, entende-se necessária a atualização dos dados dos estudantes quanto à autodeclaração de cor/raça e endereço no Sigaa para termos dados mais fidedignos e reduzir o trabalho manual de ajuste dos dados durante a migração e ajuste manual dos CEPs pelos RAs, quando estes conseguem fazer esse trabalho, quando não, o dado fica em branco.

## **1.2 Censo da Educação Superior**

O Censo da Educação Superior, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), é o instrumento estatístico de pesquisa mais completo do Brasil sobre as instituições de educação superior (IES). O Censo da Educação Superior utiliza as informações do cadastro do Sistema e-MEC, em que são mantidos os registros de todas as IES, seus cursos de graduação e locais de oferta (os câmpus e polos EaD). A partir desses registros, o Censo coleta informações sobre a infraestrutura das IES, vagas oferecidas, candidatos, matrículas, ingressantes, concluintes e docentes, nas diferentes formas de organização acadêmica e categoria administrativa.

Para o Censup o IFSC declara apenas as informações referente aos cursos e estudantes de graduação, laboratórios, bem como docentes que lecionaram neste nível de ensino.

O período de referência tem como referência o ano anterior ao ano corrente em que acontece a coleta.

### **1.1.2 Censo da Educação Superior e dados não declarados**

Com relação aos dados desse censo, durante a participação da Diretoria de Estatísticas e Informações Acadêmicas no VIII Encontro Nacional do Censo da Educação Superior, realizado nos dias 25 e 26/10/2023, em Brasília/DF, o Inep apresentou resultados preocupantes do aumento das declarações no quesito raça/cor como “Aluno não quis declarar cor/raça” em nível nacional.

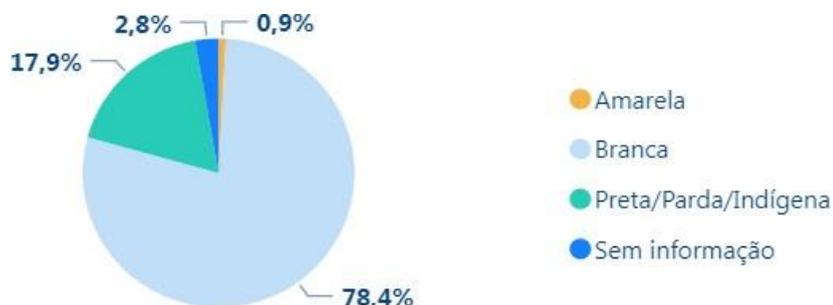
### Vínculos de Alunos, por cor ou raça

	Censo 2020		Censo 2021		Censo 2022	
	N	%	N	%	N	%
<b>Total</b>	<b>11.195.479</b>	<b>100,0</b>	<b>11.622.948</b>	<b>100,0</b>	<b>12.342.363</b>	<b>100,0</b>
Branca	4.578.383	40,9	4.856.457	41,8	4.961.556	40,2
Parda	3.378.698	30,2	3.410.124	29,3	3.566.966	28,9
Preta	781.691	7,0	817.773	7,0	861.523	7,0
Amarela	177.391	1,6	175.551	1,5	179.480	1,5
Indígena	62.125	0,6	57.832	0,5	56.704	0,5
<b>Aluno não quis declarar cor/raça</b>	<b>2.217.191</b>	<b>19,8</b>	<b>2.305.211</b>	<b>19,8</b>	<b>2.716.134</b>	<b>22,0</b>
Não dispõe da informação	14.127	0,1	9.984	0,1	7.730	0,1

Fonte: Inep/Deed/Censo da Educação Superior.

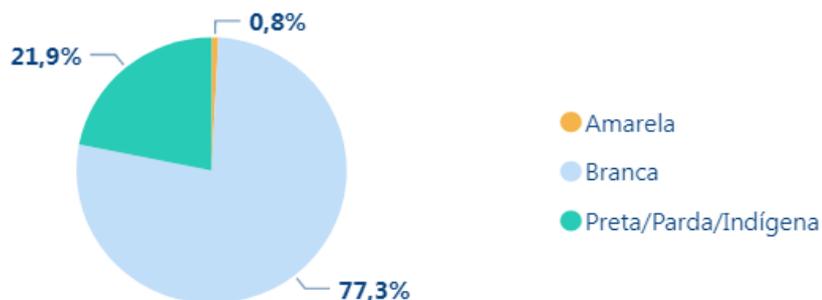
No painel das Estatísticas do Censo da Educação Superior do Inep, os dados do IFSC de estudantes com matrícula ativa e formados no ano de referência, são os que seguem:

#### Percentual de declaração de raça/cor dos estudantes do IFSC no Censup de 2010 a 2022



Fonte: Painel das Estatísticas do Censo da Educação Superior do Inep, 2023.

#### Percentual de declaração de raça/cor dos estudantes do IFSC no Censup de 2022



Fonte: Painel das Estatísticas do Censo da Educação Superior do Inep, 2023.

Dos 11.716 estudantes informados no ano de referência, com vínculos cursando, formados, matrícula trancada, transferência interna e desvinculado do curso, 1.027 estudantes foram declarados como “Aluno não quis declarar cor/raça”, ou seja, 8,76%, tais números foram obtidos por meio dos relatórios finais da declaração emitidos pela Deia. Os informados nessa opção, foi uma alternativa da Deia durante a importação para preencher (e conseqüentemente importar) aqueles itens que no Sigaa estão com o campo Raça preenchidos com: “Não Informado” ou “ATUALIZAR JUNTO AO R.A.” ou “em branco”.

## **1.2 Coleta, Retenção e Processamentos dos Dados no IFSC**

Os dados que constam no cadastro dos estudantes são obtidos na importação dos dados constantes na Receita Federal. No ato da matrícula, o RA confere os dados importados em tela, complementa ou preenche o necessário. Após esse momento, o cadastro é atualizado pelo RA quando o discente solicita, ou no caso de realizar matrícula em novo curso.

No Sigaa os campos são os listados na tabela com a indicação de obrigatoriedade do preenchimento ou não, ou ainda se condicional, bem como quais são migrados pela Interface de programação de aplicações (API<sup>6</sup>) da Receita Federal:

**Tabela: Lista de dados a ser preenchidos no Cadastro do Discente**

<b>Campo - SIGAA</b>	<b>Preenchimento</b>	<b>Migra?</b>
CPF:	Obrigatório	Sim
Nome Civil:	Obrigatório	Sim
Nome Social:	Não Obrigatório	Não
Nome da Mãe:	Não Obrigatório	Sim
Nome do Pai:	Não Obrigatório	Sim
Sexo:	Não Obrigatório	Sim
Data de Nascimento:	Obrigatório	Sim
Estado Civil:	Não Obrigatório	Não
Raça:	Obrigatório	Não
Instituição de Conclusão da Escolaridade:	Obrigatório	Não

<sup>6</sup> Sigla do inglês, Application Programming Interface.



Ano de Conclusão:	Não Obrigatório	Não
Tipo da Instituição de Conclusão:	Obrigatório	Não
Meio de Transporte Usado:	Não Obrigatório	Não
Tipo Sanguíneo:	Não Obrigatório	Não
País:	Obrigatório	Sim, mas de estrangeiros não migra
UF:	Obrigatório	Sim, mas de estrangeiros não migra
Município:	Obrigatório	Sim, mas de estrangeiros não migra
Nacionalidade:	Obrigatório	Sim, mas de estrangeiros não migra
RG:	Obrigatório	Não
Órgão de Expedição:	Obrigatório	Não
UF:	Obrigatório	Sim
Data de Expedição:	Obrigatório	Não
Título de Eleitor:	Não Obrigatório	Não
Zona:	Não Obrigatório	Não
Seção:	Não Obrigatório	Não
UF:	Não Obrigatório	Não
Certificado Militar:	Não Obrigatório	Não



Data de Expedição:	Não Obrigatório	Não
Série:	Não Obrigatório	Não
Categoria:	Não Obrigatório	Não
Órgão:	Não Obrigatório	Não
Passaporte:	Não Obrigatório	Não
RNE/RNM	Condicional	Não
CEP:	Obrigatório	Sim
Logradouro:	Obrigatório	Sim
N.º:	Obrigatório	Sim
Bairro:	Não Obrigatório	Sim
Complemento:	Não Obrigatório	Sim
UF:	Obrigatório	Não
Telefone:	Obrigatório	Sim
E-Mail:	Obrigatório	Sim
Banco:	Não Obrigatório	Não
Nº Agência:	Não Obrigatório	Não

Nº Conta Corrente:	Não Obrigatório	Não
Possui Alguma Necessidade Especial:	Obrigatório	Não
Auditiva/surdez:	Condicional	Não
Baixa Visão:	Condicional	Não
Cegueira	Condicional	Não
Visão Monocular	Condicional	Não
Surdocegueira	Condicional	Não
Física:	Condicional	Não
Múltipla:	Condicional	Não
Intelectual:	Condicional	Não
Superdotação/altas habilidades:	Condicional	Não
Transtornos Gerais de Desenvolvimento:	Condicional	Não
Transtorno do Espectro Autista	Condicional	Não
Outras:	Condicional	Não

Fonte: Elaborado pela Deia, 2023.

Portanto, a coleta dos dados dos estudantes é realizada no Sistema de Ingresso e no Sigaa com a importação dos dados da receita federal e a partir dos documentos apresentados pelos próprios no ato de matrícula. O levantamento de dados de retenção e processamento são feitos no Sigaa.

## **1.2 Problema – Situação Limite**

Neste contexto, podemos supor que a problemática que se coloca trata da falta ou desatualização dos dados referente à raça/cor, renda, grupo familiar e endereço na PNP, no Censo Escolar da Educação Básica e no Censo da Educação Superior que podem impactar no trabalho dos órgãos de controle, elaboração, análise e avaliação de políticas públicas, e nas decisões institucionais da gestão. E, neste sentido, cabe ao IFSC buscar alternativas para preencher e declarar dados qualificados e fidedignos periodicamente.

## **2. Objetivo Geral e Específicos**

### **2.1.1 Objetivo geral**

Promover a coleta e atualização dos dados dos estudantes do Instituto Federal de Santa Catarina no Portal do Discente, do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (Sigaa), visando fornecer à Diretoria de Estatísticas e Informações Acadêmicas (Deia) informações atualizadas para preenchimento da Plataforma Nilo Peçanha (PNP), coordenada pela Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC) e para a declaração nos censos educacionais coordenados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), garantindo a qualidade e fidedignidade das estatísticas institucionais no Instituto Federal de Santa Catarina.

### **2.1.2 Objetivos Específicos**

- Desenvolver e implementar estratégias de comunicação para mobilizar a comunidade acadêmica sobre a importância da atualização de dados no Portal do Discente, para sua participação ativa no processo, até o final do ano letivo de 2023.
- Disponibilizar orientações objetivas e acessíveis, com suporte técnico, para garantir que os estudantes possam atualizar seus dados de forma correta e sem dificuldades no Sigaa.
- Ampliar a cobertura da atualização de dados.
- Assegurar a qualidade e integridade dos dados.
- Acompanhar o progresso da coleta e atualização de dados.

### **3. Análise de Contexto**

Tanto as pesquisas educacionais como as pesquisas relacionadas às políticas públicas de impacto precisam, entre outros requisitos, de dados qualificados, base de dados confiáveis, e indicadores que possam ser mensuráveis e monitorados e séries históricas. Neste sentido, cabe destacar que mesmo pesquisas qualitativas fazem uso de dados quantitativos a fim de contextualizar e analisar seu objeto de estudo. Não obstante, pode-se verificar que o uso de dados nas formulações de estudos científicos muitas vezes é prejudicado justamente pela falta de uma base de dados confiável, ou por sistemas precários de monitoramento.

No IFSC as ações e projetos de políticas institucionais (de ordem pedagógica, assistencial ou inclusivas) têm se deparado com muitas dificuldades com relação ao uso de dados referentes ao reconhecimento e mapeamento do perfil de seus estudantes. Tal condição apresenta-se justamente pela falta de dados, ou inconsistência dos mesmos.

Não teremos tempo e espaço para fazer aprofundamentos teóricos neste sucinto projeto, contudo, cabe destacar a importância de uma campanha junto à comunidade acadêmica do IFSC para informar e atualizar dados referentes principalmente aos perfis dos sujeitos escolares. Parece tarefa simples a coleta destes dados, ou mesmo óbvia sua importância, entretanto em um país com tantas desigualdades sociais, econômicas e culturais, e com uma carga histórica de relações étnico raciais e de gênero com tantos preconceitos e apagamentos, a obtenção destas informações passa também por um processo formativo, pois:

- O estudante tem que se identificar a um perfil e se sentir seguro para fornecer informações;
- A identidade do estudante se dá em uma construção histórica mediada;
- As opções postas para a coleta de dados muitas vezes são incompreensíveis, ou não correspondem ao perfil do estudante.

Diante do exposto entendemos que uma campanha formativa possa contribuir de forma mais efetiva para a coleta e atualização dos dados dos estudantes.

## **4. Diretivas propostas**

- Produção de um texto resumido sobre a campanha e seus objetivos;
- Solicitar a produção de campanha comunicação junto Diretoria de Comunicação (Dircom) com o objetivo de mobilizar os estudantes e envolver os servidores nesta atividade;
- Solicitar para a Dircom a divulgação da campanha nas redes sociais do IFSC;
- Solicitar a Dircom a produção de material (arte) de divulgação da campanha;
- Encaminhar e-mail institucional com texto referente a campanha para os Diretores Gerais e Diretores de Ensino, Pesquisa e Extensão dos Câmpus, Fórum de Registros Acadêmicos, Coordenadorias Pedagógicas, Coordenadores de curso e gestores da reitoria.
- Produção de material de orientação com informações objetivas e acessíveis, com relação ao suporte técnico para que os estudantes possam atualizar seus dados de forma correta e sem dificuldades no Sigaa.
- Acompanhamento da atualização dos dados no Sigaa.
- Realizar análise do impacto da campanha na divulgação dos dados dos censos.
- Produção de relatório sobre o progresso da coleta e atualização de dados anualmente.

## **5. Público Alvo**

Esta campanha pretende mobilizar os estudantes matriculados e concluintes do IFSC para que realizem a inserção ou atualização de dados no SIGAA. Bem como, envolver a equipe da Diretoria de Estatísticas e Informações Acadêmicas, os servidores e gestores dos Câmpus e da reitoria do IFSC a fim de congregarem os estudantes nesta campanha.

## 6. Cronograma de Ações

Atividades	11/	12/	01/	02/	03/	04/	05/
	2023	2023	2024	2024	2024	2024	2024
Elaboração do projeto	x						
Elaboração de material de orientação de como atualizar os dados	x						
Execução da campanha		X					
Atualização dos dados pelos estudantes		X	X				
Acompanhamento do índice de atualizações realizadas		X	X				
Uso dos dados atualizados para preenchimento da PNP			X	X			
Uso dos dados atualizados para declaração do Censup				X	X		
Uso dos dados atualizados para declaração do Educacenso						X	X
Elaboração de análise e relatório de resultados							X
Apresentação dos							X



MzRiZiJ9&pageName=ReportSection4036c90b8a27b5f58f54&disablecdnExpiration=1699915033. Acesso em: 21 nov. 2023.

**– ANEXO 6 – MINUTA PARA OFÍCIO DO IFSC EM RESPOSTA AO OFÍCIO 1044/2023-TCU/AUDEDUCAÇÃO DE 18/7/2023, DA SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO UNIDADE DE AUDITORIA ESPECIALIZADA EM EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E DIREITOS HUMANOS (24/07/2023)**

Assunto: Resposta ao OFÍCIO 1044/2023-TCU/AudEducação de 18/7/2023.

Coordenador de Auditoria,

Antes de aludir a demanda a qual se destina as informações a seguir, cabe realizar alguns apontamentos concernentes ao tema da evasão escolar nos Institutos Federais. Propomos atenção a uma questão que parece óbvia, e que, no entanto, merece destaque com relação ao exposto no Acórdão 506/2013 TCU - Plenária que trata do fenômeno da evasão nos Institutos Federais, e não da permanência e êxito propriamente ditos. Neste diapasão, tratar o tema da evasão é distinto de tratar o tema da permanência e êxito escolar posto que os conceitos não são sinônimos, são correlatos, e incorremos no risco de abordar a permanência e o êxito enquanto enfrentamento e prevenção à evasão escolar, sem atentar a situação do “evadido” que pode ficar sem a devida atenção. Assim, é oportuno que a proposta de planos estratégicos para os IFs consolidem-se como Planos Estratégicos de Enfrentamento, Prevenção e Resgate da Evasão Escolar, caso contrário poderá ocorrer o escamoteamento do problema com metáforas que dissimulam e dificultam a organização de ações efetivas.

Outro ponto fulcral no tratamento e entendimento do fenômeno da evasão escolar relaciona-se à concepção dos “fatores intervenientes” que, enquanto fatores múltiplos e diversos, articulam-se e podem levar o estudante a evasão escolar. Diferente da concepção relacionada a “causa” ou “causas” da evasão escolar que vão estudar o tema e propor estratégias com recortes muito limitados da realidade,

e muitas vezes culpabilizando o sujeito excluído por sua condição. Os fatores intervenientes devem ser considerados quando da análise dos indicadores.

Destacamos ainda a necessidade de revisão do “Documento Orientador para Superação da Evasão e Retenção na Rede Federal (2014)” elaborado pela SETEC, uma vez que o mesmo encontra-se com contradições teóricas e metodológicas, e referencial conceitual desatualizado. Neste sentido, o conceito de organização, planejamento e acompanhamento/monitoramento das atividades e projetos relacionados ao enfrentamento da evasão também devem ser revistos na orientação de concepção dos planos estratégicos. Pois, há que se fazer distinção entre ações/atividades já institucionalizadas e normatizadas (como o caso dos conselhos de classe, atendimento paralelo, monitoria, repasse de auxílio financeiro, acompanhamento dos tutores na oferta de cursos a distância, entre outros), e as ações/atividades que são concebidas em resposta a uma demanda específica e que até podem vir a ser institucionalizadas posteriormente no caso de comprovação de sua efetividade. Estas ações/atividades/projetos são diferenciadas, trazendo em seu bojo o ineditismo, ou seja, apresentam-se como uma nova forma de enfrentar e prevenir a evasão escolar para além da configuração própria de uma instituição de ensino. Entendemos que as ações/atividades já institucionalizadas e normatizadas podem ser sempre qualificadas e aperfeiçoadas, mas são bem diferentes de conceber uma estratégia/metodologia ou objetos educacionais específicos em resposta a uma situação “desafiadora”.

Considerando o MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 13/2023 - AUDIN-REI (11.01.84), o OFÍCIO 1044/2023-TCU/AudEducação, a reunião do dia 21/06/23 com Apresentação da Auditoria Operacional (tema: Evasão de Estudantes na Rede Federal-Número do processo:TC 014.924/2023-4; relator: Ministro Antonio Anastasia), e os relatórios de auditoria interna (Relatório Gerencial de Auditoria Interna nº 05/2020, e Relatório Gerencial de Auditoria Interna nº 04/2017), com relação a evasão na Rede Federal EPT, e mais especificamente no IFSC, informamos que:

1. Com relação ao Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSC (RESOLUÇÃO CONSUP Nº 23, DE 21 DE AGOSTO DE 2018), o mesmo foi atualizado e revisado, e no momento encontra-se em consulta pública para aprovação da minuta do “Plano Estratégico de Acesso, Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSC: prevenção e enfrentamento à evasão escolar”. O lançamento da consulta

pública da minuta ([https://www.youtube.com/watch?v=21t\\_W1y8RxA](https://www.youtube.com/watch?v=21t_W1y8RxA)) foi dia 18 de maio/23, com o objetivo de mobilizar a comunidade acadêmica com relação ao tema e a efetivação das ações. A revisão e atualização do **Plano Estratégico de Acesso, Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSC: Prevenção e Enfrentamento à Evasão Escolar (PEAPEE-IFSC)** relaciona-se à decisão que definiu que a permanência e o êxito dos estudantes juntamente com a desburocratização e a qualidade de vida, compõem a tríade de temas prioritários da gestão 2021-2025 do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). Em anexo segue cópia do referido documento.

2. A proposta do atual **Plano Estratégico de Acesso, Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSC: Prevenção e Enfrentamento à Evasão Escolar (PEAPEE-IFSC)** é utilizar os indicadores da Plataforma Nilo Peçanha (PNP) como parâmetro para acompanhamento e monitoramento das ações. E, neste contexto, o plano está em conformidade com o disposto no Acórdão 612/2021-TCU-Plenário, a fim de refletir as exigências do novo marco legal aplicável à atuação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e à dinâmica de atuação dessas entidades.
3. Com a posse da gestão do IFSC, em 18 de agosto de 2021, foi criada a **Coordenadoria de Suporte Institucional a Permanência e Êxito**, vinculada à Diretoria de Estatística e Informações Acadêmicas (Deia), na Pró-Reitoria de Ensino. O objetivo principal da citada Coordenadoria é realizar a atualização e revisão do "Plano Estratégico de Acesso, Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSC: prevenção e enfrentamento à evasão escolar", bem como consolidar a formação e atuação da Comissões Locais de Permanência e Êxito nos Câmpus do IFSC, e acompanhar e monitorar as ações em articulação com a Comissão Central de Permanência e Êxito.
4. A Coordenadora da **Coordenadoria de Suporte Institucional a Permanência e Êxito (CSIPE)**, esta sob responsabilidade da Assistente Social Dra. Amanda Fabres Oliveira Radunz, (CSIPE), Amanda Fabres Oliveira Radunz, e-mail: amanda.fabres@ifsc.edu.br.
5. A partir da posse da atual gestão do IFSC, a Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), no período de outubro a dezembro de 2021, organizou seis encontros virtuais, transmitidos pelo canal do Youtube do IFSC, chamados "**Olhares sobre a evasão**". Com a seguinte programação dos encontros virtuais:
  - 7 de outubro de 2021- Palestra de abertura: "Políticas Públicas e Evasão Escolar". Palestrante: Professor Roberto Leher.

- 5 de novembro de 2021 - Palestra: Evasão em tempos de pandemia. Professora Rosângela Fritsch (Unisinos e Abapeve), e professor José Adelmo Menezes de Oliveira (IFSE e Abapeve)

- 17 de novembro de 2021- Relatos das rodas de conversas realizadas com estudantes do IFSC no período de isolamento social e atividades remotas: sobrevivência e resistência no período pandêmico. Lino Gabriel Nascimento (professor do IFSC); Olaine Aparecida Zilio Morona (assistente social do IFSC); Diogo Moreno Pereira Carvalho (professor do IFSC); Sandra Lopes Guimarães (pedagoga, Proen/IFSC).

- 24 de novembro de 2021- Palestra: Por que os discentes evadem? Uma abordagem para o fenômeno sob a ótica da Engenharia do Conhecimento. Sérgio Nicolau da Silva (analista de TI do IFSC). Palestra: Acesso, inclusão e direito à educação. Rosileia Lucia Nierotka (assistente social da UFFS).

- 25 de novembro de 2021- Palestra: Pontos e contrapontos do plano estratégico de permanência e êxito do estudante. João Oliveira Ramos Neto (professor do IF Goiano); Carlos Daniel Ofugi Rodrigues (professor do IFSC)

- 8 de dezembro de 2021- Palestra: O abandono escolar e os desafios para a permanência estudantil. Alexsandra Dal Pizzol Coelho Zanin (professora do IFRS); Patrícia Maccarini Moraes (assistente social do IFSC).

6. Nos dias 09 e 10 de novembro de 2022 o IFSC sediou e promoveu o **VII Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar** e o **V Workshop de Educação Profissional e Evasão Escolar** (<https://www.ifsc.edu.br/coloquio-ept-e-evasao>), com o seguinte resultados em números:

- Participantes por formação acadêmica:

Doutorado 89

Mestrado 118

Especialista/Pós-Graduação 92

Graduação 61

Ensino Médio 27

Técnico 17

Não identificados 19

**Total de inscrições válidas 423**

-Submissões de trabalhos realizadas: 53

- Submissões aprovadas de seções temáticas para apresentação: 41
- Mediadores das seções temáticas: 16 (sendo 9 doutores e 7 mestres)

O evento realizado permitiu um amplo debate sobre o tema da evasão escolar, com palestrantes de renome nacional e internacional e possibilitou, inclusive, apresentações de experiências realizadas por diferentes câmpus do IFSC. Foi também um espaço para troca de experiências e construções de redes de contato para a continuidade do trabalho nas instituições participantes. O Evento teve aporte financeiro da Chamada Pública EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA FAPESC Nº 34/2021 PROEVENTOS 2021/2022 - FASE II, Sinalizar a Parcela, Rubrica de CUSTEIO/ CAPITAL, no valor de R\$ 50.000,00.

7. O VII Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar e o V Workshop de Educação Profissional e Evasão Escolar contou com a apresentação de um documentário - **Entrevista com Rosemary Dore Heijmans - Do “pulo da rã” ao enfrentamento da evasão escolar** - produzido pelo IFSC, a fim de registrar o trabalho da professora Dra Rosemary Dore, pesquisadora de referência com relação a temática da evasão escolar na educação profissional e tecnológica no Brasil. O vídeo completo está disponibilizado no canal do youtube do IFSC, no link: [https://www.youtube.com/watch?v=xSgtli\\_mhLs](https://www.youtube.com/watch?v=xSgtli_mhLs) .
8. De acordo com um mapeamento das **Comissões Locais** realizado pela Coordenadoria de Suporte Institucional à Permanência e Êxito, entre novembro e dezembro de 2021, observou-se que no período de outubro de 2018 a dezembro de 2022, do total de 22 câmpus do IFSC, apenas sete comissões locais estavam consolidadas (formalizadas, ou desenvolvendo atividades), e quanto à **Comissão Central** estabelecida pela portaria de 2018, não foram identificadas informações. Neste sentido, não localizamos relatórios de monitoramento e avaliação das ações. Em 11/11/2022, das 8 às 12 horas, após o evento **VII Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar e o V Workshop de Educação Profissional e Evasão Escolar** foi realizada uma reunião com os integrantes do GT de revisão e atualização do PEAPEE, com integrantes das Comissões Locais em exercício, e com servidores dos Câmpus envolvidos com a temática, com o objetivo de organizar as próximas etapas do PEAPEE. Com a apreciação da minuta do PEAPEE nos Câmpus, até dia 31/07/2023 estamos

mobilizando a comunidade acadêmica para organização e consolidação das Comissões Locais, com uma primeira reunião agendada para 08/08/2023.

9. A Diretoria de Estatística e Informações Acadêmicas (Deia), em articulação com a Diretoria de Ensino da Pró-Reitoria de Ensino formularam e colocaram em execução o **Projeto de Acompanhamento da Frequência Escolar do Estudante na Perspectiva da Prevenção e Enfrentamento à Evasão**. Este projeto tem como objetivo acompanhar o registro de frequência, realizada pelo docente, no sistema de informações acadêmicas (SIGAA). O Departamento de Sistema de Informação (DSI/PRODIN) está customizando o SIGAA para que os coordenadores de curso possam monitorar os docentes que registram a frequência, e a Diretoria de Comunicação (DIRCON/PROEX) desenvolveu a arte da campanha que vai para os Câmpus do IFSC. A realização da chamada e do registro da mesma no SIGAA é fundamental para o acompanhamento da frequência do estudante, bem como para organização do acompanhamento e monitoramento dos estudantes em risco de evasão.



**Você já fez e registrou a chamada hoje?**

O registro diário da frequência dos estudantes está previsto no Regulamento Didático-Pedagógico (RDP) do IFSC e impacta em diversas ações, como:

- Acompanhamento da evasão;
- Levantamento de dados institucionais;
- Comprovação, para fins legais, da presença ou ausência de alunos;
- Recebimento de auxílios por parte dos estudantes;
- Orçamento institucional.

**Você já respondeu a chamada hoje?**

**Para o IFSC, é importante! Queremos saber se você está aí.**

O registro diário da frequência dos estudantes está previsto no Regulamento Didático-Pedagógico (RDP) do IFSC e impacta em ações como o recebimento de auxílios da assistência estudantil.

10. Regulamentação e implementação dos **Projetos de Ensino (DIREN/PROEN)**. Os programas e projetos de ensino, serão efetivados mediante participação no Edital nº 06/2023/Diren-Proen, publicado no dia 06/06/23, com o objetivo de apoiar financeiramente Projetos de Ensino, a fim de: Estimular a permanência e êxito dos estudantes; potencializar os processos de ensino e a aprendizagem; promover o desenvolvimento científico e cultural, a inovação e a práxis pedagógica; propiciar a integração entre áreas do conhecimento, componentes curriculares, níveis, formas e modalidades de ensino, conforme as necessidades de cada curso e com foco na formação integral dos estudantes. Está previsto o repasse global

de R\$ 121.000,00, a ser distribuído para até 22 propostas, sendo R\$ 3.500,00 para auxílio financeiro a estudantes e R\$ 2.000,00 de auxílio financeiro a servidores. Os projetos, nesta primeira edição, terão vigência de 5 meses. Os projetos submetidos serão alocados em temáticas, dentre elas a temática de Permanência e êxito, item 2.2.11, do referido edital. Destacamos que das 57 propostas submetidas na etapa inicial, cerca de 11 têm relação com a Permanência e êxito. Sendo que no momento estamos na etapa de análise dos projetos, com previsão de publicação do resultado final até o dia 14/08/23.

11. **Atualização dos formulários destinados a orientações para escrita/criação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC).** A Secretaria do Colegiado de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) em conjunto com demais setores da PROEN, ao longo de 2023, estão revisando e atualizando os formulários de criação dos PPC. Um dos avanços destas minutas é justamente a articulação entre as ações propostas no PPC e no PEAPEE, de forma a garantir que as ações sejam pensadas e planejadas considerando as características do público alvo, e da oferta formativa.

12. **Constituição do Laboratório de Ensino e Aprendizagem (CERFEAD/PROEN), em 2022.** Este espaço tem por objetivo promover o desenvolvimento e ou adaptações, metodológicas, didáticas, processuais e de materiais pedagógicos (ou objetos de aprendizagem) em resposta aos desafios da prática docente. O laboratório não se constitui a priori em um local físico no campus ou na reitoria, por outro lado não se descarta esta possibilidade. Contudo, apresenta-se como um *locus* onde professores e técnicos administrativos da área pedagógica possam trocar experiências, e buscar respostas que atendam algumas questões do cotidiano dos docentes no IFSC. É a construção e a possibilidade de consolidação de um espaço de confiança, para o acolhimento das dificuldades dos docentes a partir de estudo de caso a caso de forma coletiva, inter-multidisciplinar, e em rede. Diferente de uma formação previamente estruturada, o laboratório parte de uma questão pontual ou particular, um desafio, enfrentado pelo docente em um dos espaços escolares que é partilhado no coletivo dos participantes do laboratório na busca de soluções/respostas. A partir da identificação e delineamento da situação a ser analisada, o coletivo identifica áreas de afinidade, casos já estudados, e profissionais de referência (dentro ou fora do IFSC). Na sequência, após estudos, debates, e novas análises

da situação encaminha-se, sempre em parceria e com atenção as singularidades do docente, uma proposta de trabalho. Esta proposta pode estar relacionada a metodologia, didática, a um processo, a estratégia, ou elaboração e desenvolvimento de materiais pedagógicos (ou objetos de aprendizagem). O coletivo do laboratório segue dando suporte ao docente na aplicação, acompanhamento, avaliação, nova orientação/elaboração e socialização da experiência e seus resultados. O laboratório enquanto *locus* experimental no IFSC se estabelece (ou se qualifica) como uma metodologia de trabalho e pesquisa pedagógica da Diretoria de Ensino. E, neste sentido poderá contribuir no processo de ensino aprendizagem de forma auxiliar a mitigar os índices de abandono/evasão e retenção/repetência escolar, assim como integrar o processo formativo de docentes e técnicos administrativos da área pedagógica, e constituir-se como uma rede colaborativa de construção e socialização de saberes.

13. **Organização de formações para as Semanas Pedagógicas dos câmpus** a partir de temas centrais que contribuam na formação dos servidores, e na mitigação dos índices de evasão escolar (Departamento de Formação e Práticas Educativas/CERFEAD/PROEN). Apresentamos a seguir as formações ofertadas pela PROEN - 2022/2023:

**-Ciclo de Formação em Saúde Mental**

Data: 21/06/2023 - 19:00h

Tema: Trabalho digital, uberização e adoecimento: para onde vai o trabalho na educação?

Palestrante: Dr. Ricardo Antunes (UNICAMP)

<https://www.youtube.com/watch?v=fEyWe8duurQ>

**-Ciclo de Formação em Educação Especial**

Data: 01/06/2023 - 19:00h

Tema: Justiça Educacional para pessoas com deficiência

Palestrante: Dra. Geisa Leticia Kempfer Bock

Local: Câmpus Palhoça-Bilingue

<https://www.youtube.com/watch?v=DJRXXgimiik>

**-Projeto Pedagógico Institucional**

Data: 22/05/2023 - 10:00h

Tema: Processo de revisão PPI

Palestrante: Dr. Demerval Saviani

<https://www.youtube.com/watch?v=njR8l2HxNco>

**-Formação Pedagógica**

Data: 09/05/2023 - 14:00h

Tema: Racismo, Gênero e Capacitismo: interseccionalidades no cotidiano da escola

Palestrante: Dra. Marlene de Fáveri (UDESC), Ma. Maria Helena Tomaz (UDESC),

Dra. Karla Garcia Luiz (IFSC)

Local: Câmpus Continente

<https://www.youtube.com/watch?v=-Zh3afpOzs8>

**-Formação Pedagógica**

Data: 09/05/2023 - 09:00h

Tema: Trabalho e Educação na EPT

Palestrante: Dr. Dante Henrique Moura (IFRN)

Local: Câmpus Garopaba

<https://www.youtube.com/watch?v=vllObbyS7Gs>

**-Ciclo de Formação em Direitos Humanos**

Data: 08/05/2023 - 14:30h

Tema: Reflexões sobre Direitos Humanos para todas as humanidades

Palestrante: Dra. Patrícia Rosa

<https://www.youtube.com/watch?v=1W7zZ4OcUio>

**-Ciclo de Formação em Teorias Pedagógicas**

Data: 05/05/2023 a 30/06/2023

Primeiro módulo: Teorias Pedagógicas, Trabalho Educativo e Sociedade

Palestrante: Dr. Newton Duarte (UNESP)

Material de apoio: <https://moodle.ifsc.edu.br/course/view.php?id=281>

Agenda de aulas síncronas:

05/05: <https://www.youtube.com/watch?v=0DRm9GgitRM>

09/05: [https://www.youtube.com/watch?v=dXiFtPv\\_nAI](https://www.youtube.com/watch?v=dXiFtPv_nAI)

**-Ciclo de Formação em Direitos Humanos**

Data: 28/04/2023 - 09:00h-10:30h / 15:30h-17:00h / 19:00h-20:30h

Título da peça: Dona Jacinta

Grupo: Cia. Nosso Olhar

Local: Câmpus Continente

Data: 18/04/2023 a 23/05/2023

**-Primeiro módulo: Fundamentos da Educação a Distância**

Palestrante: Dra. Ilane Ferreira Cavalcante

Material de apoio: <https://moodle.ifsc.edu.br/course/view.php?id=282>

Agenda de aulas síncronas:

25/04: <https://www.youtube.com/watch?v=0DRm9GgitRM&feature=youtu.be>

09/05: [https://www.youtube.com/watch?v=dXiFtPv\\_nAl](https://www.youtube.com/watch?v=dXiFtPv_nAl)

23/05: <https://www.youtube.com/watch?v=rsCoFKDbxrQ>

**-Semana Pedagógica 2023.1**

Data: 03/02/2023 - 9:00h

Tema: Combate ao racismo no ambiente escolar

Palestrante: Ma. Angela Della Flora (UFSC)

Local: Câmpus São José

<https://www.youtube.com/watch?v=NYpMusesr2E>

Data: 03/02/2023 - 14:00h

Tema: Nunca mais seremos os/as mesmos/as: que educação pós-isolamento social queremos?

Palestrante: Ma. Beatriz de Paula Souza (USP)

Local: Câmpus Gaspar

<https://www.youtube.com/watch?v=3a94kjVDRfg>

Data: 03/02/2023 - 14:30h

Tema: A didática e a pedagogia histórico-crítica: o trabalho pedagógico na educação profissional

Palestrante: Dra. Ana Carolina Galvão Marsiglia (UFES)

Local: Campus Jaraguá Centro (com participação presencial do Campus Jaraguá Rau)

<https://www.youtube.com/watch?v=RVfRT3O8Y84>

Data: 02/02/2023 - 14:00h

Tema: Fundamentos da pedagogia histórico-crítica: da teoria à prática pedagógica

Palestrante: Dra. Ana Carolina Galvão Marsiglia (UFES)

Local: Câmpus Joinville

<https://www.youtube.com/live/lpMNUUyLZzw?feature=share>

Data: 01/02/2023 - 17:00h

Tema: Produção de Videoaulas

Palestrante: Equipe docente da UFSC

<https://www.youtube.com/watch?v=Yh-kl2mDQu4>

Data: 01/02/2023 - 14:00h

Tema: Recursos da turma virtual no SIGAA

Palestrante: Dra. Maria da Gloria Silva e Silva (IFSC)

<https://www.youtube.com/live/YRXkHBzoMDI?feature=share>

Data: 01/02/2023 - 9:00h

Tema: Reiventando o nosso ofício de mestre/a: nossas identidades educadoras

Palestrante: Dr. Miguel Gonzalez Arroyo (UFMG)

[https://www.youtube.com/live/POj3Zb9Q\\_xU?feature=share](https://www.youtube.com/live/POj3Zb9Q_xU?feature=share)

**-Construção de Diretrizes para os Cursos Integrados do IFSC**

Data: 04/11/2022 - 9:00h

Tema: Pedagogia histórico-crítica e construção das diretrizes curriculares para o ensino médio integrado

Palestrante: Dr. Newton Duarte (UNESP)

<https://www.youtube.com/live/a87X4m0bo8U?feature=share>

**-Fundamentos da Pedagogia Histórico Crítica**

Data: 28/09/2022 - 9:00h

Tema: Gestão da educação com justiça social

Palestrante: Dr. Miguel Gonzalez Arroyo (UFMG)

<https://www.youtube.com/watch?v=dWDJ4NffaVo>

**-Ciclo de Formação em Educação Inclusiva**

Data: 26/07/2023 - 08:30h / 19:00h

Título da peça: Felpe Filva

Grupo: Artístico Cultural Marques Joaquim LTDA

Local: Câmpus Criciúma

**-Semana Pedagógica 2023-2**

Data: 25/07/2023 - 09:00h

Tema: Diversidade, inclusão e pertencimento

Palestrante: Rita Von Hunty

Local: Câmpus Florianópolis-Continente

-Semana Pedagógica 2023-2

Data: 25/07/2023 - 14:30h

Tema: Avaliação escolar: Instrumento para a democratização da educação pública?

Palestrante: Dra. Maria Esteban do Valle

Local: Câmpus Itajaí

-Ciclo de Formação em Educação Inclusiva

Data: 24/07/2023 - 13:30h

Título da peça: Julia

Grupo: Artístico Cultural Marques Joaquim LTDA - Cirquinho do Revirado

Local: Câmpus Criciúma

14. As atividades vinculadas à **assistência estudantil**, na Diretoria de Assuntos Estudantis (DAE), da Pró-reitoria de Ensino (Proen), conforme previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFSC 2020/2024, "Para tornar efetiva a permanência e o êxito do discente nos cursos, estão sendo implementados, desde 2011, programas de assistência estudantil. São organizadas diversas ações, por meio das quais os estudantes têm acesso a atividades desportivas, apoio à participação em eventos, auxílio financeiro para necessidades básicas, tais como alimentação, transporte e material didático, dentre outras."

A assistência estudantil no IFSC é regulamentada por meio da Resolução CEPE/IFSC nº 01/2010 e contempla os Programas de atendimento universal e os Programas de atendimento ao estudante em vulnerabilidade social. Alguns Programas também possuem regulamentação específica. Neste momento a assistência estudantil encontra-se em processo de revisão, iniciada no segundo semestre de 2022 com a elaboração do Plano de Trabalho para Revisão da Assistência Estudantil, publicado no site do IFSC (<https://ifsc.edu.br/politica-de-assistencia-estudantil>), com previsão de conclusão para o final de 2024.

Diversos avanços foram realizados a partir dos processos de discussão interna, avaliação e revisão dos programas de assistência estudantil, bem como dos apontamentos feitos a partir das auditorias internas. A possibilidade de novos

avanços ainda serão discutidos durante todo o processo de revisão em curso no momento.

Atualmente no IFSC são executadas diferentes ações de assistência estudantil visando a permanência dos estudantes em curso, algumas com caráter mais universal como as do Programa de Alimentação estudantil outras voltadas para o público em vulnerabilidade social, por meio de diversos auxílios financeiros. Alguns dos auxílios financeiros são gerenciados centralmente pela Diretoria de Assuntos Estudantis (DAE) como, por exemplo, os Auxílios Permanência, Equiparação, Ingressante Cotista, Compulsórios, Emergencial, Moradia, Eventos, dentre outros, custeados por meio da ação 2994 da assistência estudantil. Conforme consta no relatório de gestão em 2022 foram pagos de janeiro a dezembro 57.307 auxílios financeiros contemplando 5.970 estudantes.

Para gerenciar os auxílios financeiros descritos acima, desde 2017 o IFSC possui um sistema próprio para gerenciamento, o Sistema PAEVS, que vem sendo constantemente atualizado para adequação às mudanças de regulamentações, inclusão de novas ações e melhoria da usabilidade, sendo gerenciado pela DAE. Além dos auxílios financeiros também engloba a operacionalização e gestão do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS). Sua implantação impactou positivamente o gerenciamento e a operacionalização de tais ações e auxílios, beneficiando a instituição como um todo.

Em relação às ações inclusivas de acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, visando a sua permanência nos cursos, o IFSC dispõe de Núcleos de acessibilidade Educacional (NAES) em todos os câmpus, dois laboratórios de tecnologia assistiva para produção de materiais pedagógicos acessíveis, professores de educação especial, e profissionais especializados para tradução e interpretação de Língua de Sinais, dentre outros.

Ainda, visando a inclusão de estudantes, o IFSC também busca fomentar ações e projetos de equidade por meio de editais. Para além das ações ofertadas a partir de editais centrais, gerenciados pela DAE, alguns câmpus também realizam outras ações utilizando outras fontes de recurso, como por exemplo a concessão de auxílios financeiros (ex: auxílio moradia e transporte escolar) e diversas outras ações e projetos voltados para o atendimento dos estudantes (ex:

- apoio pedagógico, acolhimento psicológico e social, ações de cultura, esporte e arte).
15. Constituição do **Observatório de Permanência e Êxito Escolar (PROEN/IFSC)**, que em parceria com o Instituto Federal Catarinense está em processo de elaboração de um edital para publicação de um e-book com experiências exitosas e relatos de experiência relacionados à ações e pesquisas sobre permanência e êxito nos dois IFs. A previsão de lançamento do e-book é final de dezembro de 2023.
  16. A equipe da Diretoria de Estatística e Informações Acadêmicas desenvolveu e atualiza o **Dashboard de Informações Acadêmicas** (<https://lookerstudio.google.com/u/0/reporting/aaee7021-8db1-46d8-b221-5ac449c3cb8c/page/wIFSC?s=tDVIVix-BNo>) com informações relacionadas a frequência dos estudantes, status de matrícula, e reprovações, entre outros. As informações servem para uso gerencial interno do IFSC, uma vez que esta ferramenta tem por objetivo subsidiar com dados os Coordenadores de Curso, Coordenadorias Pedagógicas e Diretores de Ensino nos Câmpus do IFSC para que possam planejar e executar atividades junto a estudantes em risco de evasão. Este dashboard contém informações extraídas do sistema acadêmico SIGAA e atualizadas diariamente.
  17. Campanha de regularização do status dos estudantes a partir de emissão de **portarias de cancelamento das matrículas ativas no sistema**, mas sem vínculo em nenhuma turma (DEIA/DIREN/Chefe DEPE dos câmpus). Esta Campanha está em execução desde setembro/2021, e tem por finalidade atualizar dados no sistema acadêmico organizados e disponibilizados também no **Dashboard de Informações Acadêmicas**. A seguir apresentamos o print de tela com o quantitativo de estudantes na condição de matrícula ativa no sistema e sem turma, respectivamente no período de 21/06/2022, 25/08/2022 e 20/06/2023,

destacados

em

vermelho:



[Ativos sem turma](#) | [Reprovados](#) | [Trancados](#) | [Registro de frequência pelos docentes](#) | [Frequência discentes cursos integrados](#) | [Frequência discentes \(outros cursos\)](#) | [% Ch Cancelados](#)



18. Planos de ação desenvolvidos pela **Comissão de Implementação da Política de Educação de Jovens e Adultos** e a **Comissão Permanente de Educação de Jovens e Adultos (EJA - CPEJA/DIREN/PROEN)** com o objetivo de planejar e desenvolver ações específicas que garantam a permanência e êxito dos trabalhadores-estudantes.

**19. Reorganização dos processos de ingresso com vistas à permanência e êxito.**

Entende-se que o ingresso de estudantes na instituição de ensino possui como diretriz a materialização das políticas de acesso à educação balizada pela busca de processos de ingresso inclusivos, promovendo o diálogo e debate quanto a identificação dos sujeitos a quem se destina a oferta formativa do IFSC de forma articulada às ações que garantam a permanência e êxito. Nesta perspectiva, a partir de agosto de 2021 o Departamento de Ingresso, vinculado à Diretoria de Assuntos Estudantis da Pró-Reitoria de Ensino, tem desenvolvido as seguintes ações:

- a. Criação do Fórum de Ingresso (Portaria do Reitor, nº 477, de 24/02/2022): objetiva organizar um coletivo perene para dialogar sobre o acesso e ingresso no IFSC, estabelecendo estratégias de melhorias e auxiliando nas tomadas de decisão dos grupos gestores.
- b. Revisão do Regulamento de Ingresso, com previsão de aprovação do Conselho Superior no mês de novembro de 2023, com premissa de melhor ocupação de vagas e de estabelecer diálogo com grupos sociais que apresentem demandas por elevação de escolaridade e a formação profissional, porém desconhecem ou não conseguem ter acesso às ofertas educativas oferecidas pela instituição.
- c. Aprimoramento do fluxo de análise de cotas e do módulo cotas no Sistema de Ingresso no que se refere a maior transparência e agilidade na emissão dos resultados de análise de cotas, incluindo o contato direto com o candidato e auxiliando no vínculo ao curso já semestre de ingresso.

**20. Inclusão do IFSC no Projeto Sissa** a partir do segundo semestre de 2023 - a solicitação feito pelo IFSC à coordenação do projeto foi atendida pelo MEC/SETEC e o IFSC fará parte desse esforço nacional para o enfrentamento da evasão escolar e para a permanência e êxito na rede federal. O projeto Sissa é uma plataforma de Inteligência Artificial e oferece integração de dados, predição acadêmica, análise de dados, apoio acadêmico e Chatbot. O IFSC participará deste projeto piloto com turmas do Câmpus Florianópolis em um primeiro momento.

**21. Disponibilizamos em anexo o relatório elaborado pela Coordenadoria de Suporte Institucional a Permanência e Êxito** que é o resumo das atividades realizadas junto aos campi do IFSC (julho/2023), em função do processo de consulta pública à comunidade acadêmica do IFSC (período de 19 de maio a 31 de julho de 2023) com relação ao **Plano Estratégico de Acesso, Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSC: Prevenção e enfrentamento à evasão escolar (PEAPEE)**.

**22.** A partir das diferentes ações elencadas acima, percebe-se todo o esforço institucional do IFSC no sentido da construção coletiva e participativa de um plano estratégico que possa mitigar os índices de evasão escolar, buscando ao mesmo tempo o recrudescimento dos índices de acesso, permanência e êxito escolar. Cabe

apontar que a atualização do **Plano Estratégico de Acesso, Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSC: Prevenção e enfrentamento à evasão escolar (PEAPEE)**, que segue em anexo, foi realizada a partir de pesquisas em fontes bibliográficas e dados institucionais atualizados, resultado também do movimento de muitos pesquisadores institucionais que têm produzido suas dissertações e teses, nos últimos dez anos, tendo como objeto de pesquisa a temática da evasão escolar, e seus temas correlatos.

A revisão e atualização do **PEAPEE** foi concebida de forma articulada com momentos de formação institucional, seja nas semanas pedagógicas, eventos presenciais ou virtuais, com o objetivo de garantir elementos para o planejamento e elaboração de ações efetivas, balizadas pela mobilização e conscientização da importância e amplitude do tema.

23. Sem mais para o momento, colocamos a **Coordenadoria de Suporte Institucional a Permanência e Êxito** do IFSC à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários, pelo e-mail [permanencia.exito@ifsc.edu.br](mailto:permanencia.exito@ifsc.edu.br).

Atenciosamente,

MAURICIO GARIBA JUNIOR